

## II.5.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

Como área de influência deste capítulo, foram considerados os municípios com atividades econômicas passíveis de sofrerem interferência com a atividade de desenvolvimento e escoamento de petróleo no Bloco BM-C-41, além do município confrontante à área de produção, de acordo com os critérios estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para distribuição de royalties. Para o item de Uso e Ocupação do Solo, foi considerado também o município de localização da base de apoio marítimo, Briclog, que se situa na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com o primeiro critério, foi considerada somente a atividade pesqueira artesanal, visto que, devido à localização do bloco, que dista 71,3 km da costa, não é esperada interferência com outras atividades econômicas, como o turismo desenvolvido no litoral.

Para a identificação das frotas pesqueiras artesanais com potencial para atuação em áreas compatíveis com a do Bloco BM-C-41, foram estudadas as dinâmicas pesqueiras das frotas existentes no trecho litorâneo entre Saquarema/RJ e Itapemirim/ES. Como resultado, identificou-se que as frotas pesqueiras artesanais com potencial de sofrerem interferência em suas atividades localizam-se nos municípios de Cabo Frio, Macaé, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, no estado do Rio de Janeiro, e Itapemirim, no estado do Espírito Santo.

Já de acordo com o critério de recebimento de royalties, conforme a metodologia adotada pela legislação pertinente, apenas o município de Arraial do Cabo é considerado município produtor.

A Tabela II.5.3.1 apresenta os critérios de inclusão dos municípios da área de influência.

**TABELA II.5.3.1 – Área de influência do meio socioeconômico.**

Município	Critério de inclusão		
	Receptores de royalties	Atividade pesqueira	Base de apoio
Rio de Janeiro (*)			X
Arraial do Cabo	X		
Cabo Frio		X	X
Macaé		X	
São João da Barra		X	
São Francisco de Itabapoana		X	
Itapemirim		X	

(\*) Somente para o item Uso e Ocupação do Solo

Para a elaboração deste diagnóstico, foram utilizados dados secundários, como estudos ambientais desenvolvidos anteriormente pela AECOM (antiga ENSR International), publicações específicas realizadas por institutos de pesquisa, periódicos e sítios da Internet.

## A) Uso e ocupação do solo

A área de influência do Bloco BM-C 41 é composta por municípios litorâneos localizados nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Estão presentes municípios das regiões Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas, no Rio de Janeiro e a Microrregião de Itapemirim no Sul do Espírito Santo (Tabela II.5.3.2).

**TABELA II.5.3.2 – Municípios e regiões e da área de influência**

Município	Região
Itapemirim	Microrregião de Itapemirim
São Francisco de Itabapoana	Norte Fluminense
São João da Barra	
Macaé	
Cabo Frio	Baixadas Litorâneas
Arraial do Cabo	

Fonte: FUNDAÇÃO CIDE, 2007 e IJSN, 2007.

Embora todos os municípios sejam litorâneos, possuem características diferentes quanto ao uso e ocupação do solo. No Espírito Santo, na divisa com o estado do Rio de Janeiro, localiza-se a Microregião de Itapemirim, onde está inserido o município de Itapemirim, cujo processo de ocupação incidiu sobre o rio de mesmo nome. Segundo GIRARDI (2006), o histórico de desenvolvimento da cidade está ligado ao cultivo da cana-de-açúcar.

Na Região Norte Fluminense, Macaé destaca-se por sediar uma unidade de negócio da Petrobras, o que a tornou uma cidade tipicamente urbana, com muitos moradores vindos de outros municípios. Caracteriza-se, ainda, pelo turismo de negócio, consequência também da presença da indústria petrolífera. Já os municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra apresentam uma economia baseada na agricultura. Atualmente, no litoral de São João da Barra, está sendo construído o Porto do Açú. Por se tratar de um empreendimento recente, não se sabe ao certo os possíveis impactos, porém mudanças na dinâmica da cidade já estão sendo vistas em relação à infraestrutura rodoviária, aumento de empresas nos setores de serviços e construções habitacionais.

As Baixadas Litorâneas apresentam dois padrões típicos de uso do solo: áreas litorâneas de vocação turística, onde se concentram os usos urbanos, e porções interioranas, onde predomina uma atividade rural pouco expressiva do ponto de vista econômico.

A regulamentação do uso do solo nas regiões litorâneas vem sendo objeto de preocupação constante do poder público e da sociedade civil, nas últimas décadas, resultando em múltiplos dispositivos legais voltados para a regulamentação do uso e ocupação de seus territórios e a proteção de seus recursos naturais. O estabelecimento de Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais e o tombamento de bens do patrimônio cultural pelas três esferas do poder representam mecanismos significativos, embora não suficientes, para assegurar o controle de processos espontâneos de ocupação do território.

### ➤ **Região Microrregião de Itapemirim**

A microrregião de Itapemirim localiza-se ao sul do Espírito Santo e tem como municípios litorâneos, além de Itapemirim, Presidente Kennedy e Marataízes. Itapemirim caracteriza-se por uma estrutura fundiária de pequenas propriedades. A ocupação de pastagens naturais ou plantadas é predominante nesta região, assim como a pecuária de gado de corte e leite. Na lavoura de cultivo permanente, é comum o plantio de abacaxi e cana-de-açúcar. A Lei Orgânica 1/1990 ordena o uso do solo do município.

### ➤ **Região Norte Fluminense**

Os municípios de Macaé, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana fazem parte da Mesorregião do Norte Fluminense. Estes municípios tiveram a ocupação iniciada pelo cultivo de cana-de-açúcar. A exploração de madeira era uma atividade secundária praticada nesta região, que utilizava intensivamente mão de obra escrava. A povoação se instalou neste território pela foz do Rio Managé hoje conhecido como Itabapoana. A cana-de-açúcar e a pecuária foram atividades fundantes desta região ligadas ao comércio externo e interno.

São Francisco de Itabapoana e São João da Barra apresentam uma economia agrária decadente e um grande êxodo populacional para outros municípios como Macaé. Destina, ainda hoje, parte significativa de seu território ao uso agrícola (especialmente para a produção de cana-de-açúcar e fruticultura) e áreas de pastagens. Estes usos ocupam 67,59% do território norte-fluminense, sendo que Macaé possui o maior rebanho bovino do estado. É também a região com a menor proporção de áreas com cobertura vegetal (26,80%) e os menores remanescentes de Mata Atlântica, praticamente restritos à região serrana, onde se localiza o Parque Estadual do Desengano (FUNDAÇÃO CIDE, 2007). Há no litoral uma extensa área de restinga, ocupando 44 km da costa, que se encontra protegida no Parque Nacional de Jurubatiba.

Na década de 1970, a Petrobras escolheu Macaé para sediar sua Unidade de Negócio da Bacia de Campos. Desde então, mais de quatro mil empresas se instalaram no município, como empresas de engenharia naval e hotéis de luxo destinados a executivos e trabalhadores da indústria petrolífera (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, 2011). Macaé tem como fomento o Plano Diretor, representado pela Lei Complementar 076/2006. Nesta lei, são apresentados os dispositivos para o ordenamento do solo.

Na Lei Orgânica do Município 30/1999, de São Francisco de Itabapoana, estão descritas políticas ao uso do solo e seu ordenamento principalmente para a área urbana. Para a área rural, prevalecem políticas voltadas para o desenvolvimento agrícola como, por exemplo, as Escolas Técnicas Agrícolas.

O município de São João da Barra está em novo processo de ordenamento do solo, com a construção do Porto do Açú. Inúmeras empresas já estão se instalando na cidade, mudando a dinâmica do local. No ano de 1990, foi criada a Lei Orgânica para o município. Porém, como os dispositivos desta lei não são suficientes para atender a demanda atual, está sendo elaborado um Plano Diretor para contemplar as transformações incididas no ordenamento da cidade.

## ➤ Região das Baixadas Litorâneas

A Região das Baixadas Litorâneas tem importante atividade turística concentrada no litoral. Possui inúmeras praias com sistema lagunar em seu reverso de grande importância. Dentre seus municípios, integram a área de influência Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Em suas áreas interioranas, são encontradas terras destinadas às atividades agrícolas, que correspondem segundo dados da Fundação CIDE, 2007, a 9,35% do uso do solo na região – fortemente concentradas em Cabo Frio – e as pastagens, que ocorrem em 43,68% de seu território, estando presentes em praticamente todos os municípios.

A região mantém 29,32% de seu território com cobertura vegetal, sobretudo nas áreas serranas. Ganha expressão a cobertura do solo por corpos d'água (9,45%) tendo em vista seu importante sistema lagunar. O sistema lagunar da região, assim como as áreas de seu litoral, principalmente com a presença de restingas, é objeto de diversos instrumentos legais regulamentadores em âmbito federal, estadual e municipal.

As zonas urbanas correspondem a 7% de seu território, fortemente concentradas no litoral e no entorno das lagoas. São destinadas principalmente ao uso residencial, com especial destaque para as residências de temporada, que caracterizam a atividade turística local, e o uso comercial e de serviços, também direcionados para a atividade turística. A região tem no turismo e na pesca suas principais atividades econômicas. Em Cabo Frio há ainda o extrativismo de sal, a atividade é realizada pela empresa Sal Cisne, 2011.

Cabo Frio possui plano diretor municipal que disciplina o uso do solo, através da Lei Complementar 145/06. Este plano diretor está em processo de atualização, através de instrumento de planejamento participativo, com reuniões realizadas em seus distritos. No município de Arraial do Cabo, com o auxílio da Lei Orgânica Municipal 5/1990, foi desenvolvido alguns dispositivos para o uso e ocupação do solo. O plano diretor, contudo, ainda esta em processo de realização.

A partir dos dados do IBGE, foi realizada uma comparação entre as populações que vivem nas áreas urbanas e rurais no ano de 2010 e 2000 (Tabela II.5.3.3). Conforme pode ser observado, não há discrepância significativa entre estes dois períodos.

**TABELA II.5.3.3 – Residência em áreas urbanas e rurais na área de influência – 2000 e 2010**

Município	Ano 2010		Ano 2000	
	Área Urbana (%)	Área Rural (%)	Área Urbana (%)	Área Rural (%)
Itapemirim	62,07	37,93	58,09	41,91
São Francisco de Itabapoana	51,09	48,91	47,39	52,61
São João da Barra	77,6	22,4	71,1	28,9
Macaé	100	-	95,1	4,9
Arraial do Cabo	100	-	100	-
Cabo Frio	76,44	23,56	84,29	15,71

Fonte: IBGE, 2011.

Na Tabela II.5.3.4, pode-se verificar que os municípios que apresentam maiores quantidades de empresas cadastradas são Cabo Frio e Macaé, com valores de quase nove vezes a mais que os outros. Como se tem observado, estes municípios possuem maiores investimentos e tem visto a sua população crescer devido à influência da indústria do petróleo e do turismo. Os outros municípios possuem praticamente a mesma quantidade de empresas cadastradas. São Francisco de Itabapoana destaca-se expressivamente em relação aos estabelecimentos de agropecuária. São João da Barra e Macaé também têm uma importância expressiva nesse setor. Todos os municípios da área de influência, à exceção de São João da Barra, possuem Unidades de Conservação.

**TABELA II.5.3.4 – Uso do Solo por unidade de estabelecimentos na área de influência**

Município	Empresas Cadastradas (2009)	Estabelecimentos Agropecuários (2006)	Unidades de Conservação
Itapemirim	551	79	2
São Francisco de Itabapoana	517	3.493	1
São João da Barra	594	689	-
Macaé	5.516	626	7
Arraial do Cabo	539	1	2
Cabo Frio	5.558	178	2

Fonte: IBGE, 2006 e 2009 e MMA, 2011.

#### ➤ Caracterização do município da base de apoio

A Briclog, base de apoio da atividade de desenvolvimento e escoamento de petróleo no Bloco BM-C-41 está localizada na cidade do Rio de Janeiro, que se situa na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A cidade reúne características essencialmente urbanas e sua zona litorânea lhe assegura a primazia na atividade turística do país. A ocupação desordenada do solo representa um grave problema com reflexos significativos sobre seus recursos naturais ameaçando, inclusive, suas vocações turísticas relacionadas à qualidade ambiental de suas áreas litorâneas.

Segundo dados do IBGE (2010), a área urbana corresponde a 100% do território na região. São áreas complexas, com presença de usos residenciais, comerciais, de serviços e industriais, com expressiva presença de usos institucionais, decorrentes de suas funções como capitais estaduais e da função do Rio de Janeiro como antiga capital federal. As regiões litorâneas são áreas nobres, onde predominam os usos residenciais, comerciais e de serviços de melhor padrão e que concentram a principal atividade turística do país. As faixas litorâneas na região metropolitana abrigam, também, a atividade pesqueira.

De acordo com informações do IBGE (2010), o município do Rio de Janeiro apresenta 191.164 empresas cadastradas, algumas de importância nacional, como as relacionadas à indústria do petróleo. Depara também no seu território com 47 unidades de conservação.

O município possui estrutura portuária diversificada, atendendo aos setores petrolíferos, mineração e de alimentos. Quanto ao sistema viário, os principais eixos rodoviários de acesso são a BR-101 e a BR-116.

Em 2014, o Rio de Janeiro sediará a Copa do Mundo e diversas obras principalmente de infraestrutura já estão sendo realizadas, ocasionando em modificações na dinâmica do uso do solo. No site da Prefeitura do

Rio de Janeiro, no mês de fevereiro de 2011, foi declarada a criação de um novo Plano Diretor, para contemplar as mudanças ocorridas no município, tendo como um dos dispositivos, novo zoneamento do espaço. O Plano Diretor utilizado até o momento é de 1992.

## B) Grupos de interesse

Os grupos de interesse foram selecionados de acordo com a interação do Bloco BM-C-41 e suas atividades. Foram agrupados de acordo com suas atribuições e seus níveis de competência (federal, estadual e municipal).

### Âmbito Federal e Estadual

#### Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA

Em 2003, através da Medida Provisória 103/03, foi criada a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR) com o objetivo de fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro. Em 2009, a secretaria foi transformada em Ministério pela Lei Federal 11.958/09 que criou o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2011).

O Ministério é responsável pela implantação de uma política nacional pesqueira e aquícola, transformando estas atividades econômicas em fonte sustentável de trabalho, renda e riqueza. A Tabela II.5.3.5 apresenta endereços, telefones e pessoas responsáveis.

**TABELA II.5.3.5 – Grupo de interesse – MPA**

Setor	Endereço
Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministro Luiz Sérgio SBS Quadra 02 lote 10 bloco "J" – Ed. Carlton Tower Brasília – DF Tel.: (61) 2023-3000
Diretor do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca Artesanal	Dir. João Dias Machado SBS Quadra 02 lote 10 bloco "J" – Ed. Carlton Tower Brasília – DF Tel.: (61) 2023-3342
Coordenador Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca Artesanal Marinha	Coord. Sérgio Macedo Gomes de Mattos SBS Quadra 02 lote 10 bloco "J" – Ed. Carlton Tower Brasília – DF Tel.: (61) 2023-3329
Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Estado do Rio de Janeiro	Sup. Jayme Tavares Av. Rodrigues Alves, 129/904 – Centro Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-250 Tel.: (21) 2233-9054
Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Estado do Rio de Janeiro	Sup. Cledson de Souza Feilpe Pç. Costa Pereira, 52 – Ed. Micheline – sala 705 Vitória – ES CEP: 29010-080 Tel.: (27) 3185-9160

### Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Através do Decreto 6.099/07, foi aprovada a nova estrutura regimental do IBAMA fazendo parte de sua estrutura a Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros subordinada à Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas. Compete a essa diretoria coordenar, controlar, supervisionar, normatizar, monitorar, orientar e avaliar a execução das ações federais referentes à autorização de acesso, manejo e uso dos recursos florestais, florísticos e faunísticos.

A gerência executiva do IBAMA no Estado do Rio de Janeiro é o órgão gestor ambiental na sua jurisdição e tem, sob sua responsabilidade, executar o ordenamento pesqueiro e todas as portarias federais sobre a pesca no nível do estado, com amplos poderes de fiscalização e aplicação de penalidades. A Tabela II.5.3.6 apresenta os endereços, os telefones e as pessoa para contato.

**TABELA II.5.3.6 – Grupo de interesse – IBAMA**

Setor	Endereço
Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas	Dir. José Carlos Nedel Ed. Sede do IBAMA – SCEN – Trecho 2 – Bloco B Térreo – Sala 01 – Brasília – DF CEP: 70818-900 Tel.: (61) 3307-1278
Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros	Coord. Clemeson José Pinheiro da Silva Ed. Sede do IBAMA – SCEN – Trecho 2 – Bloco B Térreo – Sala 01 – Brasília – DF CEP: 70818-900 Tel.: (61) 3307-1975
Superintendência do IBAMA no Espírito Santo	Sup. Reginaldo Anaissi Costa Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.487 Bento Ferreira – Vitória – ES CEP: 29051-625 Tel.: (27) 3089-1150
Superintendência do IBAMA no Rio de Janeiro	Sup. Adilson Gil Pç. XV de Novembro, 42/10º andar – Centro Rio de Janeiro – RJ CEP: 20010-010 Tel.: (21) 3077-4287
Escritório Regional de Campos dos Goytacazes	Chefe Rosa Maria Wekid Castelo Branco Pç. São Salvador, 62/anexo – Centro Campos dos Goytacazes – RJ CEP: 28010-000 Tel.: (22) 2733-7212

### Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Em abril de 2007, foi publicada a Medida Provisória 366 que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal responsável por executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza.

A autarquia é responsável também pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade.

A Medida Provisória prevê que o Instituto Chico Mendes exerça ainda o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União. Isso, no entanto, não exclui o poder supletivo de polícia ambiental do IBAMA.

De acordo com a medida provisória, o patrimônio, o pessoal e os recursos orçamentários que eram vinculados ao IBAMA e agora estão relacionados às finalidades da nova autarquia são transferidos para o Instituto Chico Mendes.

São competências do Instituto Chico Mendes:

- I – executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
- II – executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;
- III – fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade; e
- IV – exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União.

Sob administração do instituto, têm-se na área de influência a Reserva Extrativista (RESEX) de Arraial do Cabo e o Parque Nacional (PARNA) da Restinga de Jurubatiba. A primeira tem como objetivo preservar o bioma marinho costeiro e a segunda o bioma da restinga.

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA) é uma unidade especializada do ICMBio, com atuação em todo o território nacional. Atua em prol dos mamíferos aquáticos e de seus habitats, o CMA coordena, executa e promove estudos, projetos e programas de pesquisa e conservação destes animais (MMA, 2011).

A Tabela II.5.3.7 apresenta os endereços, os telefones e as pessoa para contato.

**TABELA II.5.3.7 – Grupo de interesse – ICMBio**

Setor	Endereço
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Pres. Rômulo José Fernandes Barreto Mello EQSW 103/104 – Bloco C – Complexo Administrativo Setor Sudoeste – Brasília – DF CEP: 70670-350 Tel.: (61) 3341-9101



Setor	Endereço
Coordenação Regional do ICMBio no Rio de Janeiro	Coord. Marcelo Braga Pessanha Est. Velha da Tijuca, 77 – prédio anexo – Usina Rio de Janeiro – RJ CEP: 20531-08 Tel.: (21) 2492-5407
Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – RESEX	Chefe da Unidade Álvaro Braga R. Marechal Floriano Peixoto, s/n – Praia dos Anjos Arraial do Cabo – RJ CEP: 28930-000 – Tel.: (22) 2622-1980
PARNA da Restinga de Jurubatiba	Rod. Amaral Peixoto, 5.000 – km 172 São José do Barreto – Macaé – RJ CEP: 27910-130

### *Instituto Estadual do Ambiente – INEA*

Criado através da Lei nº 5.101/07, o instituto unificou e ampliou a ação dos três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) do Rio de Janeiro: a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Tem como responsabilidade o licenciamento e a fiscalização de empreendimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente poluidores e daqueles que possam causar degradação ambiental; das atividades potencialmente poluidoras; a medição de ruídos; o monitoramento das águas interiores e costeiras, dos sedimentos, do ar e do solo. Além disso, é sua atribuição o gerenciamento costeiro e a gestão das Áreas de Proteção Ambiental, a definição de padrões de qualidade ambiental e de diretrizes para uso dos recursos ambientais, e, ainda, a prevenção e a atuação em caso de poluição acidental.

O instituto atua de maneira descentralizada por meio de Superintendências Regionais correspondentes às regiões hidrográficas, de modo a conferir autonomia às representações regionais, agilidade no atendimento, mecanismos mais eficientes de controle, acompanhamento e participação.

De maneira geral, as Superintendências Regionais estão capacitadas a:

- Conduzir os procedimentos de licenciamento de atividades de baixo impacto ambiental;
- Fazer o monitoramento e a classificação da qualidade ambiental dos municípios e a divulgar esses dados à sociedade;
- Exercer a fiscalização ambiental;
- Acompanhar os procedimentos de licenciamento ambiental das prefeituras conveniadas;
- Fazer parcerias com os municípios em atividades concernentes à gestão ambiental.

Na área de influência, existem três Superintendências Regionais do INEA. A Tabela II.5.3.8 relaciona as superintendências com atuação na área de influência, as bacias hidrográficas correspondentes e os municípios da área de influência abrangidos pelas bacias.

**TABELA II.5.3.8 – Superintendências Regionais do INEA e bacias correspondentes**

Superintendência Regional	Bacias correspondentes	Município da área de influência
Superintendência Regional Lagos São João	Bacia do São João, Bacia do Una, Bacias contribuintes ao Complexo Lagunar de Saquarema, Jaconé e Araruama e Bacias do Litoral de Búzios	Cabo Frio e Arraial do Cabo
Superintendência Regional Macaé e Rio das Ostras	Bacia do Jundiá, Bacia do Macaé e Bacia do Imboacica	Macaé
Superintendência Regional do Baixo Paraíba do Sul	Bacia do Muriaé, Bacia do Pomba, Bacia do Pirapetinga, Bacia do Córrego do Novato e adjacências, Pequenas bacias da margem esquerda do Baixo Paraíba do Sul, Bacia do Cacimbas, Bacia do Muritiba, Bacia do Coutinho, Bacia do Grussaí, Bacia do Iquipari, Bacia do Açú, Bacia do Pau Fincado, Bacia do Nicolau, Bacia do Preto, Bacia do Preto Ururaí, Bacia do Pernambuco, Bacia do Imbé, Bacia do Córrego do Imbé, Bacia do Prata, Bacia do Macabu, Bacia do São Miguel, Bacia do Arrozal, Bacia da Ribeira, Bacia do Marapebus	São João da Barra, Macaé, São Francisco de Itabapoana

A Tabela II.5.3.9 apresenta o endereço e os contatos da sede do instituto e as superintendências regionais identificadas nos municípios da área de influência.

**TABELA II.5.3.9 – Grupos de interesse – INEA**

Setor	Endereço
Sede	Diretora Marilene Ramos Av. Venezuela, 110 – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312
Superintendência Regional Lagos São João – SUPLAJ	R. Bernardo de Vasconcelos, 154 – Centro Araruama – RJ CEP: 28970-000 Tel.: (22) 2665-7004
Superintendência Regional Macaé e Rio das Ostras – SUPMA	R. Punta Del Este, 187 – Cavaleiros – Macaé – RJ CEP: 27920-170 Tel.: (22) 2765-5303
Superintendência Regional do Baixo Paraíba do Sul – SUPSUL	Av. José Alves de Azevedo, 483 – Parque Rosário Campos dos Goytacazes – RJ CEP: 28025-496 Tel.: (22) 2731-6494

#### *Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos – IEMA*

O IEMA, criado em 2002, é uma entidade autárquica vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA, do Espírito Santo, com autonomia técnica, financeira e administrativa e tem por finalidade planejar, coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades de meio ambiente, dos recursos

hídricos estaduais e dos recursos naturais federais, cuja gestão tenha sido delegada pela União. A Tabela II.5.3.10 apresenta o endereço e o contato do instituto.

**TABELA II.5.3.10 – Grupos de interesse – IEMA**

Setor	Endereço
IEMA	Diretor-presidente Aladim Fernando Cerqueira BR 262 Km 0, s/n – Jardim América – Cariacica – ES CEP: 29140-500 Tel.: (27) 3636 2500

*Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)*

A ANP é uma autarquia integrante da Administração Pública Federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia com a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, de acordo com o estabelecido na Lei 9.478/97 – Lei do Petróleo (Tabela II.5.3.11).

**TABELA II.5.3.11 – Grupo de interesse – ANP**

Setor	Endereço
Escritório Central	Diretor-geral Haroldo Borges Rodrigues Lima Av. Rio Branco, 65/12º ao 22º andar Rio de Janeiro – RJ CEP: 20090-004 Tel.: (21) 2112-8100
Sede	SGAN, Quadra 603, Módulo I, 3º andar – Brasília – DF CEP: 70830-902 Tel.: (61) 3426-5199

*Ministério Público*

Tem como atribuição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais. Para atender a todo território nacional, nas mais diversas questões e instâncias judiciais, o Ministério Público está estruturado em Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal. A Tabela II.5.3.12 apresenta o endereço e contato dos Ministérios Públicos dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

**TABELA II.5.3.12 – Grupos de interesse – Ministérios Públicos Estaduais**

Setor	Endereço
Ministério Público Federal	SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C – Brasília – DF CEP: 70050-900 Tel.: (61) 3105-5100
Ministério Público Federal – Espírito Santo	R Humberto Martins de Paula, 350 Ed. Promotor Edson Machado – Vitória – ES CEP: 29050-265
Ministério Público Federal – Rio de Janeiro	Av. Nilo Peçanha, 31 – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20020-100

Setor	Endereço
Ministério Público do Estado do Espírito Santo	Procurador-Geral Fernando Zardini Antonio R. Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, 350 Santa Helena – Vitória – ES CEP: 29050-265 Tel.: (27) 3194-4500
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Procurador-Geral Cláudio Soares Lopes Av. Mal. Câmara, 370 – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.020-080 Tel.: (21) 2550-9050

### *Fundação CEPERJ*

Sucessora da FESP-RJ e herdeira das técnicas de estudo e pesquisa da extinta Fundação CIDE, a instituição, criada pela Lei 5.420/09, é um centro de capacitação, de recrutamento, de cultura, de produção de estatísticas, de estratégia das modernas políticas públicas. A Tabela II.5.3.13 apresenta o endereço e o contato da fundação.

**TABELA II.5.3.13 – Grupos de interesse – Fundação CEPERJ**

Setor	Endereço
Fundação CEPERJ	Pres. Jorge Guilherme de Mello Barreto Av. Carlos Peixoto, 54 / 3º andar – Botafogo Rio de Janeiro – RJ CEP: 22290-090

### *Instituto Jones dos Santos Neves*

Vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) tem como finalidade produzir conhecimento e subsidiar políticas públicas através da elaboração e implementação de estudos, pesquisas, planos, projetos, programas de ação e organização de bases de dados estatísticos e geo-referenciados, nas esferas estadual, regional e municipal, voltados ao desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo, disponibilizando essas informações ao Estado e à sociedade. A Tabela II.5.3.14 apresenta o endereço e o contato do instituto.

**TABELA II.5.3.14 – Grupos de interesse – IJSN**

Setor	Endereço
IJSN	Diretora-presidente Ana Paula Vitali Janes Vescovi Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.524 Ed. Instituto Jones dos Santos Neves Jesus de Nazareth – Vitória – ES CEP: 29052-015 Tel.: (27) 3636-8050

### *Marinha do Brasil e Capitania dos Portos*

A Marinha do Brasil é uma das três forças armadas do país. É responsável pelas operações navais em geral. Dentre suas competências, está a de policiar a costa brasileira.

À Capitania dos Portos compete a segurança das embarcações e da navegação. Dentre suas principais atribuições estão: o cumprimento das normas que regulam os tráfegos marítimos; exercer a fiscalização do serviço de praticagem; exercer a fiscalização do tráfego aquaviário; auxiliar o serviço de salvamento marítimo; dentre outras coisas. A Tabela II.5.3.15 apresenta os endereços e contatos dos grupos de interesse da Marinha do Brasil.

**TABELA II.5.3.15 – Grupos de interesse – Marinha do Brasil e Capitania dos Portos**

Setor	Endereço
Capitania dos Portos do Espírito Santo	Capitão dos Portos Paulo César Gomes Bessa R. Belmiro Rodrigues, 145 – Enseada do Suá Vitória – ES CEP: 29050-435 Tel.: (21) 2104-5320/2104-5305
Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Capitão dos Portos Walter Eduardo Bombarda Av. Alfredo Agaches, s/n – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20021-000 Tel.: (21) 2104-5320

### *Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e do Estado do Espírito Santo*

O Tribunal de Contas é a organização responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos por parte dos governantes. O uso de todo o dinheiro do contribuinte aplicado em impostos é verificado por esse setor da Administração Pública, que tem sua missão e atribuição definidas pela Constituição. O tribunal fiscaliza diversos aspectos do dinheiro utilizado pelos administradores públicos, ressaltando aqui a administração de royalties de petróleo. A Tabela II.5.3.16 apresenta o Tribunal de Contas dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

**TABELA II.5.3.16 – Grupos de interesse – Tribunais de Contas Estaduais**

Setor	Endereço
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	Pres. Jonas Lopes de Carvalho Junior Pç. da República, 70 – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20211-351 Tel.: (21) 3231-5200
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	Pres. Sérgio Aboudib Ferreira Pinto R. José Alexandre Buaiz, 157 – Enseada do Suá Vitória – ES CEP: 29050-913 Tel.: (27)3334-7600

### Órgãos da administração pública estadual

Os estados possuem órgãos responsáveis pelas execuções de políticas públicas relacionadas aos seus setores. A Tabela II.5.3.17 apresenta os órgãos da administração pública dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

**TABELA II.5.3.17 – Grupos de interesse – órgãos da administração pública estadual**

<b>Autarquia</b>	<b>Endereço</b>
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo	Sec. Maria da Glória Brito Abaurre BR 26, km 0 – Pátio Porto Velho, s/n – Jardim América Cariacica – ES CEP: 29140-500 – Tel.: (27) 3136-3441
Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pesca do Espírito Santo	Sec. César Roberto Conalgo R. Raimundo Nonato, 116 – Forte São João Vitória – ES CEP: 29010-540 – Tel.: (27) 3132-1423
Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	Av Primeiro de Março, s/n – Palácio Tiradentes Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20010-000
Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA	Sec. Carlos Minc Av. Venezuela, 110 / 5º andar – Praça Mauá Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312 Tel.: (21) 2332-5609
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro	Sec. Christino Áureo da Silva Alameda São Boa Ventura, 770 – Fonseca Niterói – RJ CEP: 24.120-191 Tel.: (21) 2627-1580
Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior do Estado	Sec. Cláudio Vilella Vieira R. Visconde de Inhaúma, 102 – Parque Tamandaré Campos dos Goytacazes – RJ CEP: 28035-005 Tel.: (22) 2723-1699
Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ	Diretor-presidente Benito da Igreja Júnior Alameda São Boaventura, 770 – Fonseca Niterói – RJ CEP: 24.210-191 Tel.: (21) 2625-6712

### Organizações da sociedade civil

Os sindicatos do setor pesqueiro atuam como representantes dos trabalhadores da pesca, armadores e donos de indústrias pesqueiras. As federações têm por objetivo agregar as entidades do setor. A Tabela II.5.3.18 apresenta as organizações da sociedade civil do setor pesqueiro localizados na área de influência.

TABELA II.5.3.18 – Grupos de interesse – organizações da sociedade civil – setor pesqueiro

Organização	Endereço
Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro	Pres. José Maria Pugas R. Visconde do Rio Branco, 1 – Ponta da Areia Niterói – RJ CEP: 24020-000 Tel.: (21) 2629-7178
Federação dos Pescadores do Estado do Espírito Santo	Pres. Adwalter Lima Av. Talma Rodrigues Ribeiro, 5.416 Portal de Jacaraípe – Serra – ES CEP: 29173-795 Tel.: (27) 3243-3632
Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – SAPERJ	Pres. Alexandre Espongeiro R. Engenheiro Fabio Goulart, 605 – Ilha da Conceição Niterói – RJ CEP: 24050-090 Tel.: (21) 2722-0410
Sindicato da Indústria do Pescado do Estado do Rio de Janeiro – SIPERJ	Pres. Adalberto Soares da Hora R. Visconde de Uruguai, 535 / 9º andar – Centro Niterói – RJ CEP: 24030-077 Tel.: (21) 2717-6892
Sindicato dos Pescadores dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo	Pres. Antonio Moreira da Silva R. Buenos Aires, 2/302 – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20070-020 Tel.: (21) 2233-7717
Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FAERJ	Pres. Rodolfo Tavares Av. Rio Branco, 135, grupo 910 – Centro Rio de Janeiro – RJ CEP: 20040-006 Tel.: (21) 2242-1896
Federação das Associações de Aquicultores e Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FAPARJ	Pres. Sílvio Couto R. Almeida Marques, 61 – Sampaio – Saquarema – RJ CEP: 28997-000
União das Entidades de Pesca e Aquicultura	Coordenador de Pesca Chico Pescador R. José de Castro Neto, lote 56 – Pontal da Atalaia Arraial do Cabo – RJ CEP: 28930-000 Tel.: (22) 2622-7587

### Âmbito Municipal

#### Órgãos da administração pública municipal

Nos municípios da área de influência, há secretarias relacionadas às atividades ambientais e pesqueiras, sendo que algumas há dedicação compartilhada com outras secretarias. A Tabela II.5.3.19 apresenta os principais órgãos da administração pública municipal de interesse na área de influência.

**TABELA II.5.3.19 – Grupos de interesse – órgãos da administração pública municipal**

Autarquia	Endereço
Prefeitura Municipal de Itapemirim	Pref. Norma Ayub Alves Pç. Domingos José Martins, s/n – Centro Itapemirim – ES CEP: 29330-000 Tel.: (28) 3529-6722
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itapemirim	Sec. José Santiago de Lima R. Bernardino Monteiro, 398 – Centro Itapemirim – ES CEP: 29330-000 Tel.: (28) 3529-6419
Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca de Itapemirim	Sec. José Mauro R. Catarina Fernandes da Rocha, 55 – Itaipava Itapemirim – ES CEP: 29338-000 Tel.: (28) 3529-1311
Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana	Pref. Carlos Alberto Silva de Azevedo Pç. dos Três Poderes, s/n – Centro São Francisco de Itabapoana – RJ CEP: 28230-000 Tel.: (22) 2789-1717/ 2789-1722
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil de São Francisco de Itabapoana	Secr. Roberto Vinagre Pç. dos Três Poderes, s/n – Centro São Francisco de Itabapoana – RJ CEP: 28230-000 Tel.: (22) 2789-2085
Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca de São Francisco de Itabapoana	Secr. Nival Ornelas Ferreira R. Joaquim da Mota Sobrinho, 230 Altos – Centro São Francisco de Itabapoana – RJ CEP: 28230-000 Tel.: (22) 2789-1118
Prefeitura Municipal de São João da Barra	Pref. Carla Maria Machado dos Santos R. Barão de Barcelos, 88 – Centro São João da Barra – RJ CEP: 28200-000 Tel.: (22) 2741-1233
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São João da Barra	Secr. Marcos Antônio de Sá Machado R. Dr. Dirceu Graça Raposo, 39 – Centro São João da Barra – RJ CEP: 28200-000 Tel.: (22) 2741-7878 ramal: 322
Secretaria Municipal de Pesca de São João da Barra	Secr. João Batista dos Santos Filho R. Barão de Barcelos, 88 – Centro São João da Barra – RJ CEP: 28200-000 Tel.: (22) 2741-7878 ramal: 303
Prefeitura Municipal de Macaé	Pref. Riverton Mussi Ramos Av. Pres. Feliciano Sodré, 534 – Centro – Macaé – RJ CEP: 27910-490 Tel.: (22) 2791-9008



Autarquia	Endereço
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macaé	Contato: Secr. Henrique Emery R. da Igualdade, 537 – Imbetiba – Macaé – RJ CEP: 27900-000 Tel.: (22) 2791-2158
Subsecretaria Municipal de Pesca de Macaé	R. Dr. Têlio Barreto, 28 – Centro – Macaé – RJ CEP: 28735-000 Tel.: (22) 2791-2158
Prefeitura Municipal de Cabo Frio	Pref. Marcos da Rocha Mendes Pç. Tiradentes, s/n – Centro – Cabo Frio – RJ CEP: 28908-290 Tel.: (22) 2647-2130
Coordenadoria Geral de Meio Ambiente de Cabo Frio	Coord. Júlio Cesar Rodriguez Largo do Itajurú, 131 – Itajurú – Cabo Frio – RJ CEP: 28908-050 Tel.: (22) 2645-3131
Coordenadoria Geral Indústria, Comércio e Pesca de Cabo Frio	Coord. Ricardo Valentim de Azevedo Av. Nossa Senhora da Assumpção, s/n – Píer – Centro Cabo Frio – RJ CEP: 28908-050 Tel.: (22) 2643-4056
Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo	Pref. Wanderson Cardoso de Brito Av. da Liberdade, s/n – Centro – Arraial do Cabo – RJ CEP: 28930-000 Tel.: (22) 2622-1650

### Organizações da sociedade civil

As colônias, capatazias e associações de pescadores existentes na área de influência representam os pescadores artesanais e armadores de pesca. A Tabela II.5.3.20 apresenta seus endereços e contatos.

**TABELA II.5.3.20 – Grupos de interesse – organizações da sociedade civil – setor pesqueiro**

Organização	Endereço
Colônia de Pescadores de Itaipava – Z-10	Pres. Aurely Lopes R. Estevão Viana, 28 – Itaipava – Itapemirim – ES CEP: 29338-000 Tel.: (28) 3529-2951
Associação dos Pescadores e Armadores do Distrito de Itaipava – APEDI	Pres. Jorge Fernandes Freitas R. Nelcy Rocha Raposo, 365 – Itaipava Itapemirim – ES CEP: 29338-000 Tel.: (28) 3529-1706
Colônia de Pescadores de São Francisco de Itabapoana – Z-1	Pres. José Geraldo Soares R. Josefino Menezes, 39/2 – Gargaú São Francisco de Itabapoana – RJ CEP: 28230-973 Tel.: (22) 2789-3786

Organização	Endereço
Colônia de Pescadores de São Francisco de Itabapoana – Z-1 – Núcleo de Guaxindiba	Adm. Diviane Santos das Chagas Barreto Av. Atlântica, 562 – Guaxindiba São Francisco de Itabapoana – RJ CEP: 28230-000 Tel.: (22) 2727-2432
Colônia de Pescadores de São Francisco de Itabapoana – Z-1 – Núcleo de Barra de Itabapoana	Adm. Nurievi Pessanha R. da Praia, 54 – Barra de Itabapoana São Francisco de Itabapoana – RJ CEP: 28230-000 Tel.: (22) 9984-7447
Colônia de Pescadores de Atafona – Z-2	Pres. William da Silva Pereira R. Nossa Senhora da Penha, 58 – Atafona São João da Barra – RJ CEP: 28200-000 Tel.: (22) 2741-2580
Colônia de Pescadores de Macaé – Z-3	Pres. Marcelo Pereira Dias Madalena R. Dr. Júlio Olivier, 148 – Centro – Macaé – RJ CEP: 27913-162 Tel.: (22) 2772-1700
Associação Mista de Pescadores de Macaé	Contato: Pres. Waltair Pessanha R. Marlon, s/n – Nova Brasília – Macaé – RJ CEP: 27975-290 Tel.: (22) 9985-4278
Colônia de Pescadores de Cabo Frio – Z-4	Pres. Alexandre Marques R. Major Belegaro, s/n – São Bento – Cabo Frio – RJ CEP: 28907-050 Tel.: (22) 2643-5525
Associação de Pescadores e Amigos da Gamboa	Pres. Eliezer Araújo R. Jorge Veiga, 70 – Gamboa – Cabo Frio – RJ CEP: 28922-030 Tel.: (22) 2647-6890
Capatazia da Colônia de Pescadores de Cabo Frio – Z-4 – 2º distrito	Rep. Nádia Realli R. Brasília – Jardim Excelsior – Santo Antônio Cabo Frio – RJ CEP: 28900-000 Tel.: (22) 2630-8071

### *Empresas, cooperativas e armadores de pesca*

A Tabela II.5.3.21 apresenta as empresas e armadores de pesca cujas embarcações podem atuar na área do Bloco BM-C-41.

**TABELA II.5.3.21 – Grupos de interesse – organizações da sociedade civil – setor pesqueiro**

Empresa	Endereço
Da Hora Indústria de Pesca Ltda.	Sr <sup>a</sup> . Eliane da Hora Av. Almirante Barroso, 905 – Passagem Cabo Frio – RJ CEP: 28906-280 Tel.: (22) 2647-1174

Empresa	Endereço
Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda.	Sr. Francisco Carlos Av. Almirante Barroso, 1.139 – Passagem Cabo Frio – RJ CEP: 28906-280 Tel.: (22) 2643-3030
Brasfish Indústria e Comércio Ltda.	Sr. Vicenzo Scuotto Ilha da Draga, 1 – Cabo Frio – RJ CEP: 28922-240 Tel.: (22) 2645-1313
Atum do Brasil Captura, Indústria e Comércio	Contato: Dir. Mauro Lúcio Peçanha de Almeida R. Sebastião Alves de Almeida, s/n – Itaipava Itapemirim – ES CEP: 29338-000 Tel.: (28) 3529-1145

### *Projeto Tartaruga Marinha (Projeto TAMAR)*

O Projeto TAMAR, criado em 1980 pelo IBAMA, tinha como objetivo proteger e preservar as cinco espécies de tartarugas marinhas que migravam para a costa brasileira para se reproduzir. Sua área de atuação está voltada para o controle e fiscalização das áreas de desova das tartarugas marinhas, com a ajuda e a conscientização da população e dos pescadores locais, visando reverter à ameaça de extinção das tartarugas marinhas.

A principal ameaça às tartarugas marinhas, ao longo do litoral brasileiro, até o início das atividades do Projeto TAMAR, era a matança indiscriminada das fêmeas ao saírem do mar para desovar nas praias e o roubo de praticamente todos os seus ovos, resultando no desaparecendo de forma progressiva, sob o risco de extinção em um curto espaço de tempo.

No período de desova, que começa em setembro, as praias são patrulhadas todas as noites para que se efetue a marcação das fêmeas, no ato da postura dos ovos, a partir de grampos de aço inoxidável, colocados nas nadadeiras anteriores. Este procedimento visa estudar suas rotas migratórias, seu comportamento de desova e o tamanho de sua população. Ao nascerem, os filhotes são contados, identificados e liberados nas áreas de maior concentração de desovas, ao longo das praias.

O Projeto TAMAR possui 18 bases de atuação em pontos estratégicos do litoral e trabalhos desenvolvidos em ilhas oceânicas. Nos estados da área de influência do empreendimento, destacam-se as bases da Baía de Campos, localizada em Farol de São Tomé, no município de Campos dos Goytacazes, e de Vitória, no Estado do Espírito Santo (Tabela II.5.3.22).

**TABELA II.5.3.22 – Grupos de interesse – Projeto Tamar**

Base	Endereço
Base Baía de Campos	R. Francisco Soares de Souza, 29 Farol de São Tomé – Campos dos Goytacazes – RJ CEP: 28140-973 Tel.: (22) 2747-5277

Base	Endereço
Base de Vitória	Av. Paulino Muller, 1.111 – Jucutuquara Vitória – ES CEP: 53900-000

### Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

A OAB é o conselho de classe dos advogados do Brasil e possui regionais nos estados da área de influência. A Tabela II.5.3.23 apresenta os escritórios regionais.

**TABELA II.5.3.23 – Grupos de interesse – Projeto Tamar**

Escritório regional	Endereço
OAB/RJ	Pres. Wadih Nemer Damous Filho Av. Marechal Câmara, 150 – Centro Rio de Janeiro – RJ CEP: 20020-080 Tel.: (21) 2730-6525
OAB/ES	Pres. Antônio Augusto Genelhu Júnior R. Alberto Oliveira Santos, 59 / 3º e 4º andares Ed. Ricamar – Centro – Vitória – ES CEP: 29010-908 Tel.: (27) 3232-5600

### Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível – IBP

O IBP (Tabela II.5.3.24) é uma organização privada de fins não econômicos com mais de 200 empresas associadas, tem como foco a promoção do desenvolvimento do setor nacional de petróleo, gás e biocombustíveis, visando uma indústria competitiva, sustentável, ética e socialmente responsável (IBP, 2011).

**TABELA II.5.3.24 – Grupos de interesse – IBP**

Sede	Endereço
IBP	Av. Almirante Barroso, 52 / 26º andar – Centro Rio de Janeiro – RJ CEP: 20031-000

## C) Organização social

A seguir, são apresentadas as organizações sociais identificadas na área de influência. Foram descritas as organizações de pescadores, uma vez que é o setor que possui maior interface com os processos de licenciamento ambientais, sendo privilegiadas as organizações com maior atuação e representatividade entre os pescadores e que geralmente são alvo dos convites para participação em audiências públicas e visitas para realização de comunicação social.

### ➤ Organização social dos pescadores no Brasil

Oficialmente, as áreas de pesca ou jurisdições pesqueiras surgiram em 1846, com a promulgação da Lei 447, que atribuía à Marinha do Brasil a responsabilidade administrativa pelas áreas de pesca ou distritos de pesca,

como foi denominada a divisão da costa brasileira. Cabia à Marinha a identificação e matrícula de todos os pescadores que atuavam nos distritos.

Posteriormente, em 1912, o governo brasileiro criou a Inspetoria de Pesca, com a determinação da criação de colônias de pescadores, ampliando a responsabilidade do Ministério da Marinha sobre as embarcações, as colônias e a fiscalização da pesca.

As primeiras colônias de pescadores foram criadas através das cruzadas da Marinha, lideradas por Frederico Villar<sup>1</sup> a partir de 1919 (LOPES, 2004), denominadas de “tríplice missão” por terem como pontos norteadores: a nacionalização da pesca, a organização dos serviços de pesquisas oceanográficas e o saneamento do litoral. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, era criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização.

Junto à criação das colônias, foram criadas as federações de pesca, responsáveis pela supervisão e apoio às colônias existentes em determinada Unidade da Federação, que por vez estavam submetidas à Confederação Nacional da Pesca – CNP, criada em 1920.

Com a 1ª Guerra Mundial, a defesa e a fiscalização da costa brasileira foram intensificadas. O lema das colônias passou a ser “Pátria e Dever”. O objetivo era mobilizar os pescadores para a defesa da costa nacional. No entanto, a estrutura dessas novas colônias determinava que somente seus sócios pudessem exercer oficialmente a profissão de pescador, o que apesar de ter contribuído para um sentido de corporação, não permitia esquecer que eram entidades criadas pelo governo, não sendo livres associações de classe (LOPES, 2004).

Com a instituição do Estado Novo, na Era Vargas, a organização dos pescadores passou a se subordinar ao Ministério da Agricultura deixando de estar sob o controle do Ministério da Marinha. Foi criada a Divisão de Caça e Pesca para o gerenciamento da atividade pesqueira no Brasil. Durante muito tempo as federações e a confederação de pesca estiveram fortemente relacionadas ao aparelho do Estado, de forma que o cargo de presidente da confederação, segundo o próprio estatuto, teria que ser de confiança do Ministro da Agricultura (DIEGUES, apud. DIAS-NETO; MARRUL-FILHO).

Com o início da II Guerra Mundial, as entidades pesqueiras deixaram de ser subordinadas ao Ministério da Agricultura e o controle das colônias voltou a ser do Ministério da Marinha.

Na década de 1960, a Divisão de Caça e Pesca foi extinta e foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE para promover, desenvolver e fiscalizar a atividade. A verba destinada à pesca foi centralizada no desenvolvimento da indústria pesqueira nacional (DIAS-NETO; MARRUL-FILHO, op. cit.).

---

<sup>1</sup> O Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Villar comandou a primeira tentativa de organizar a pesca artesanal no país, no período de 1919-1923, ao percorrer toda a costa brasileira e o rio Amazonas, organizando os pescadores em colônias e levando serviços de saúde e educação.

Durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, as entidades de classe, em geral, tiveram dificuldade de organização e articulação, em especial as colônias de pesca, que não possuíam autonomia legal para representar os interesses dos pescadores. Diante disso, em 1980, surgiu a Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que atuava na mobilização e articulação dos interesses dos pescadores, além de orientá-los com relação à comercialização, aposentadoria e previdência social. Somente em 1988, com a equiparação das colônias aos sindicatos rurais, estabelecida na Constituição Federal, ganham autonomia para aprovarem seus próprios estatutos e estabelecerem suas normas e regras.

Os adeptos da pesca de lazer, os proprietários de terrenos na praia e outros indivíduos também podiam afiliar-se às colônias. A diversificação de associados enfraquecia a organização e a representação da classe pesqueira, uma vez que a entidade representava múltiplos interesses.

Outra situação que foi determinante para as entidades pesqueiras data de 1989 quando o setor foi transferido da competência do Ministério da Agricultura e Abastecimento e passou a ser gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente / IBAMA, deixando de pertencer ao órgão de fomento para pertencer ao órgão fiscalizador. Segundo depoimentos de lideranças pesqueiras, o setor sofreu prejuízos, dentre eles a perda de crédito para manutenção e investimento. A atividade passou por diversas restrições entre 1989-1998, levando a uma grande desmobilização dos pescadores em função da dificuldade encontrada para desenvolver a atividade.

Com o intuito de fomentar a atividade pesqueira e ao mesmo tempo dirimir os conflitos existentes entre as entidades de pesca, a antiga Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, criada pelo governo federal em 2003, passou a reconhecer as associações de pescadores como órgãos de representação social do grupo, apesar de não ter representação de classe, como sindicatos e colônias de pesca. Desde então, foram criadas inúmeras associações.

Em 2008, a Lei Federal 11.699 reconhece a confederação, as federações e as colônias de pescadores como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, obedecendo ao princípio da livre organização.

A Confederação Nacional da Pesca é presidida atualmente pelo Sr. Abraão Lincoln Ferreira, que também preside a Federação dos Pescadores do Estado do Rio Grande do Norte. Sua eleição ao cargo de presidente da confederação ocorreu em 2009.

## ➤ **Organização social dos pescadores de representação estadual**

### • **Federação dos Pescadores**

As Federações dos Pescadores têm a função de agregar as colônias dos pescadores do seu estado, assim como organizar e promover o encontro estadual para definição de diretrizes e ações em conjunto. No estado do Rio de Janeiro, a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – FEPERJ é presidida atualmente pelo Sr. José Maria Pugas, que representa o interesse de cerca de 500 mil pessoas que vivem direta ou indiretamente da pesca, sendo a grande maioria relacionada à pesca artesanal.

A FEPEES é presidida atualmente pelo Sr. Adwalter Lima, também presidente da colônia de pescadores de Jacaraípe, ambas com sede no município de Serra.

- **Sindicato dos Armadores do Estado do Rio de Janeiro – SAPERJ**

O SAPERJ representa o interesse dos armadores da pesca industrial do estado do Rio de Janeiro, sendo sua diretoria composta principalmente por armadores.

Atualmente, a sede do sindicato encontra-se no pátio do entreposto pesqueiro de Niterói, na Ilha da Conceição, o principal porto de desembarque no estado do Rio de Janeiro. Sob administração da entidade, há dois veículos de comunicação importantes para o setor: a rádio costeira PUE-45 e o Revista Pesca & Mar.

### **Organização social dos pescadores de representação municipal**

- **Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio**

Fundada em 1934, a Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio (Figura II.5.3.1) tem como área de atuação e limites de jurisdição: do distrito de Santo Antônio, divisa com Casimiro de Abreu até Baixo Grande, em São Pedro D’Aldeia. Com a emancipação de Arraial do Cabo e Armação dos Búzios e a criação de colônias nestes municípios, sua jurisdição foi modificada, em função dos novos arranjos territoriais.



**FIGURA II.5.3.1 – Sede da Colônia de Pescadores Z-4.**

Foto: Acervo AECOM.

Durante contato com o presidente da Colônia de Pescadores de Cabo Frio Z-4, Sr. Alexandre Marques (julho/2011), foi informado que a direção iniciou recentemente o recadastramento de pescadores na colônia, que já contabilizou aproximadamente 900 associados, e espera que até o final do processo chegue a 2.000 associados. No início de 2011, a colônia contava com apenas 25% dos associados adimplentes. A entidade encontra-se em processo de reestruturação, tendo a atual diretoria assumido a gestão através de eleição realizada no início de julho de 2011, após um período escândalos de corrupção na mídia referentes à antiga diretoria.

- **Associação de Pescadores e Amigos da Gamboa – APAG**

A associação (Figura II.5.3.2) foi fundada em 2003, e regularizada apenas em 2005, com o intuito de defender os interesses dos moradores do local frente ao crescimento urbano do município e de valorização do bairro da Gamboa.



**FIGURA II.5.3.2 – Sede da Associação de Pescadores e Amigos da Gamboa**

Foto: Acervo AECOM.

De acordo com a presidente, Sra. Eliezer Araújo, a associação possui cerca de 100 associados e é composta majoritariamente por pescadores e marisqueiras. Uma mensalidade é cobrada dos associados, apesar do alto grau de inadimplência.

A realização anual do Festival de Culinária da Pesca de Cabo Frio organizada pela associação com o apoio da Prefeitura tem gerado autofinanciamento para a aquisição de equipamentos e instrumentos de utilização ordinária dos pescadores da comunidade da Gamboa, como por exemplo: macaco, máquina de solda e carregador de baterias.

- **Colônia de Pescadores Z-3 de Macaé**

A Colônia dos Pescadores Z-3 (Figura II.5.3.3) era, até 1982, uma capatazia da Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio. Com o crescimento econômico da atividade pesqueira no município e região, os pescadores locais reivindicaram a federação a fundação de uma colônia própria no município. Atualmente, a colônia tem como área de atuação os municípios de Macaé e Carapebus, além de atender também os pescadores mais antigos de Quissamã e Rio de Ostras.





**FIGURA II.5.3.3 – Sede da Colônia de Pescadores Z-3.**

Foto: Acervo AECOM.

O presidente Sr. Marcelo Pereira Madalena e os dirigentes da Colônia informaram que há no município mais de 2.000 pescadores, sendo que 1.500 são inscritos na colônia. Há apenas 30 mulheres inscritas, mas acreditam que haja mais 150 trabalhando no descasque de camarão e na filetagem de peixe (janeiro/2011).

É cobrada uma mensalidade que dá ao associado o direito de recorrer à instituição para defender os interesses dos pescadores, tais como aposentadoria, seguro-defeso, e de usufruir da assistência dentária e médica oferecida pela organização.

- **Associação Mista de Pescadores de Macaé**

A Associação Mista de Pescadores de Macaé, representada pelo presidente Sr. Waltair Pessanha, possui cerca de 650 filiados e 100 associados adimplentes. A diretoria é composta por dez integrantes que realizam reuniões mensais.

- **Colônia de Pescadores de Atafona Z-2**

A Colônia de pescadores Z-2 de Atafona (Figura II.5.3.4), localizada no município de São João da Barra, foi fundada em 1979. De acordo com do presidente da colônia, Sr. William Pereira, a entidade possui 1.200 pescadores sócios, sendo que deste total 50% estão com as contribuições regularizadas.



**FIGURA II.5.3.4 – Sede da Colônia de Pescadores Z-2**

Foto: Acervo AECOM.

- **Colônia de Pescadores de São Francisco de Itabapoana (Z-1)**

A Colônia de Pescadores Z-1 (Figura II.5.3.5), fundada em 1984, possui duas capatazias: em Guaxindiba, fundada em 2008, e em Barra de Itabapoana, fundada em 2009. Ao todo, são 1.800 pescadores no município (julho/2011).



**FIGURA II.5.3.5 – Sede da Colônia de Pescadores Z-1**

Foto: Acervo AECOM.

De acordo com o presidente, Sr. José Geraldo, a realização de audiências é importante para informar a comunidade sobre a implantação e andamento de novos empreendimentos. Os pescadores sempre são incentivados a participar e o último efetivo de participação da comunidade nas audiências da indústria do petróleo em 2010 foi de aproximadamente 50 pessoas.

- **Colônia de Pescadores e Aquicultores de Itapemirim Z-10**

A Colônia Z-10, fundada em 1999, funcionou durante anos em uma sala anexa à casa do presidente Sr. Aurely Lopes. A entidade recebeu em junho de 2011, como compensação como parte do licenciamento ambiental da empresa OGX, uma sede (Figura II.5.3.6). A diretoria da colônia é composta por dez pessoas. No entanto, o presidente afirmou que trabalha a maior parte do tempo sozinho e não são realizadas reuniões internas, uma vez que os outros componentes da diretoria se dedicam integralmente à atividade pesqueira. A entidade possui atualmente de 2.200 associados, porém apenas 1/3 desses estão adimplentes.



**FIGURA II.5.3.6 – Nova sede da Colônia Z-10**

Foto: Acervo OGX.

- **Associação dos Pescadores e Armadores do Distrito de Itaipava – APEDI**

A APEDI foi fundada em 1987, representando, principalmente, os armadores de pesca do distrito de Itaipava. O diretor presidente, Sr. Jorge Freitas, informou que a entidade possui quatro diretores. De acordo com o representante há 133 embarcações associadas. A entidade possui uma sala de rádio que funciona 24 horas através de parcerias com as empresas de petróleo Shell e Chevron (Figuras II.5.3.7 e II.5.3.8)



**FIGURAS II.5.3.7 e II.5.3.8 – Sede e sala de rádio ZXU-75 em operação**

Foto: Acervo AECOM.

## D) Dinâmica populacional

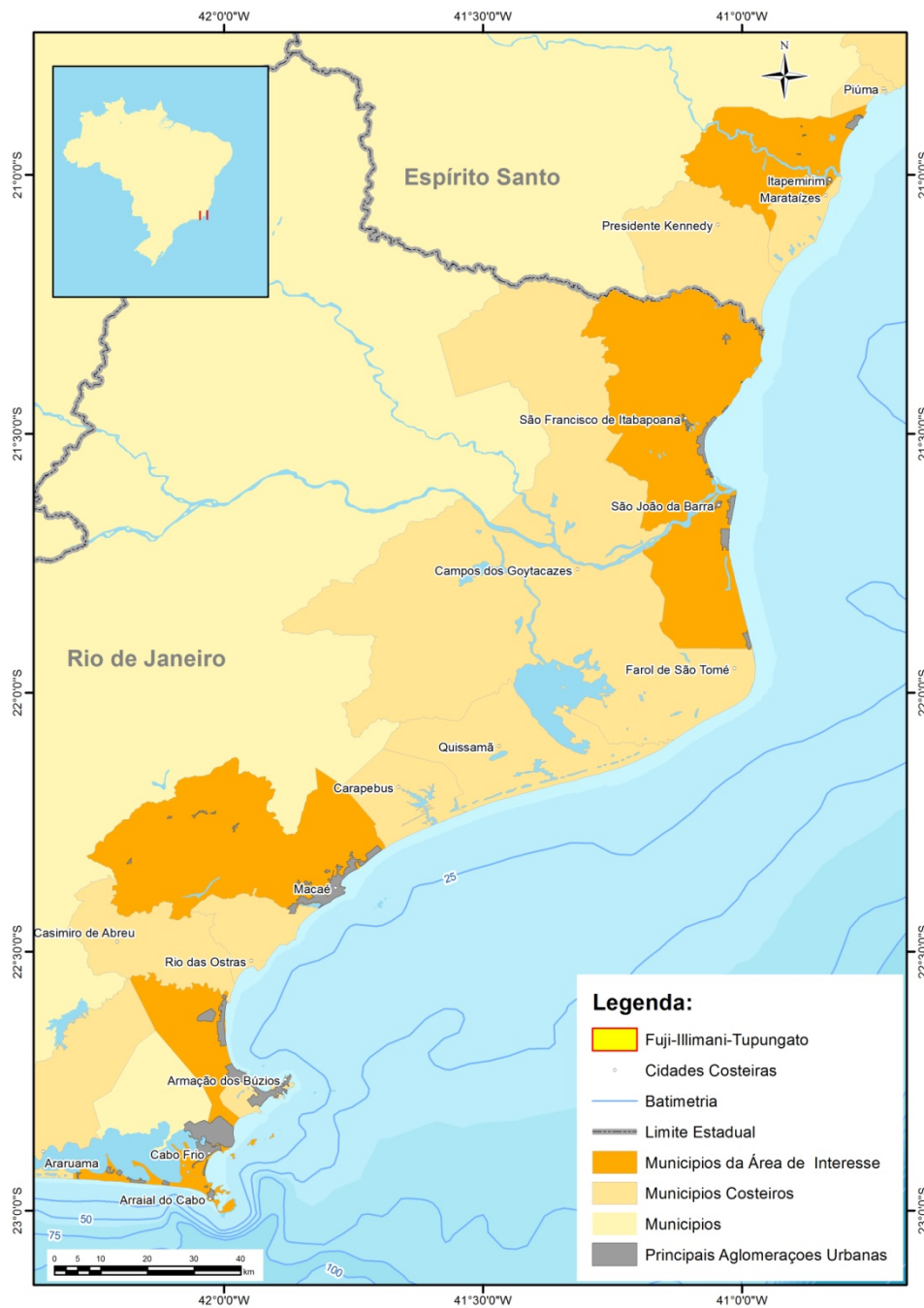
O total da população residente nos municípios componentes da Área de Influência do empreendimento, segundo dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, é de 525.759 habitantes, sendo que grande parte deles se divide entre os municípios de Macaé (39,3%) e Cabo Frio (35,4%), os dois municípios mais populosos no grupo aqui avaliado, conforme apresenta a Tabela II.5.3.25.

**TABELA II.5.3.25 – População residente na área de influência**

Município	População	% da AI
Arraial do Cabo	27.715	5,3
Cabo Frio	186.227	35,4
Macaé	206.728	39,3
São João da Barra	32.747	7,9
São Francisco de Itabapoana	41.354	6,2
Itapemirim	30.988	5,9
<b>Total da Área de Influência</b>	<b>525.759</b>	-

Fonte: IBGE, 2010.

A Figura II.5.3.9, elaborada a partir de imagens de satélite do mês de junho de 2011, disponibilizadas pelo *software Google Earth Pro*, apresenta a localização dos principais assentamentos humanos na área de influência. Através dela, pode-se verificar que Macaé e Cabo Frio, municípios mais populosos, são os que apresentam maior concentração de assentamentos humanos.



**FIGURA II.5.3.9 – Localização dos principais assentamentos humanos na área de influência**

Quanto ao crescimento demográfico dos municípios da área de influência nas últimas décadas (Tabela II.5.3.26), percebe-se o crescimento destacado do município de Macaé, o maior entre os municípios avaliados, no período de 2000 a 2010. Este aumento expressivo ocorreu pelo rápido desenvolvimento da indústria de exploração do petróleo e seus derivados na Bacia de Campos, neste período.

**TABELA II.5.3.26 – Crescimento demográfico na área de influência**

Ano	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Macaé	São João da Barra	São Francisco de Itabapoana	Itapemirim
1991	19.886	84.915	100.895	59.561	*	44.492
1996	21.458	115.020	120.009	63.437	35.810	51.112
2000	23.877	126.828	132.461	27.682	41.145	28.121
2007	25.248	162.229	169.513	28.889	44.475	30.833
2010	27.560	186.227	206.728	32.747	41.354	30.988

Fonte: IBGE, 2011.

\* Dado inexistente, uma vez que São Francisco de Itabapoana era distrito do município de São João da Barra, tendo sido emancipado em 1995.

Este crescimento populacional, no entanto, veio acompanhado dos problemas enfrentados nas grandes cidades brasileiras como engarrafamentos típicos de grandes capitais, favelas próximas a bairros nobres, violência e prostituição. O Produto Interno Bruto de Macaé cresceu 131% em termos nominais desde 2000, mas 16,26% de seus domicílios estão em favelas. A população mais que duplicou desde 1991 e em 2007 o município tinha uma das maiores taxas de homicídio do país (FUNDAÇÃO CIDE, 2007).

Cabe ressaltar que São João da Barra e Itapemirim sofreram decréscimo populacional nos últimos anos, entre 1996 e 2000, e depois voltam a crescer. Isso se deve à emancipação dos distritos de São Francisco de Itabapoana e Marataízes, respectivamente. Marataízes é parte do desmembramento de Itapemirim, realizado em 1997, e São Francisco de Itabapoana fazia parte do município de São João da Barra até 1995.

Conforme pode ser observado na Tabela II.5.3.27, os municípios pertencentes à área de influência são predominantemente urbanos, sendo Arraial do Cabo totalmente urbanizado, seguido de Macaé, com 98% de urbanização.

**TABELA II.5.3.27 – População urbana e rural da área de influência**

Município	Total	Rural	Urbana	Taxa Urbanização
Arraial do Cabo	27.715	-	27.715	100%
Cabo Frio	186.227	45.741	140.486	75%
Macaé	206.728	3.869	202.859	98%
São João da Barra	32.747	7.054	25.693	78%
São Francisco de Itabapoana	41.354	20.262	21.092	51%
Itapemirim	30.988	11.658	19.330	62%
Total da Área de Influência	525.759	88.584	437.175	83%

Fonte: IBGE, 2010.

Os municípios de São Francisco de Itabapoana e Itapemirim possuem as menores taxas de urbanização, com 51% e 62% de população urbana, respectivamente. São João da Barra e Cabo Frio contam com aproximadamente 1/3 de sua população vivendo em área rural.

Dentre os municípios da área de influencia, Cabo Frio é o que apresenta maior densidade demográfica, de 453,75 hab/km<sup>2</sup>. São Francisco de Itabapoana tem a segunda maior área do grupo e apresenta a menor densidade demográfica, de 36,84 hab/ km<sup>2</sup> (Tabela II.5.3.28).

**TABELA II.5.3.28 – Densidade demográfica – 2010**

Município	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Arraial do Cabo	160,29	172,91
Cabo Frio	410,42	453,75
Macaé	1.216,84	169,89
São João da Barra	455,04	71,96
São Francisco de Itabapoana	1.122,43	36,84
Itapemirim	557,32	55,60

Fonte: IBGE, 2011.

Em Macaé, a presença da indústria petrolífera contribuiu para a concentração da população na área urbana e a alta densidade demográfica neste município, com valor superior a 100 hab/km<sup>2</sup> (SILVA, 2006).

Todos os municípios possuem um alto número de pessoas em idade ativa (15 a 64 anos), que demandam investimento em educação e podem ter sua mão de obra aproveitada pelos empreendimentos próximos aos municípios. Em Macaé, 72% da população se encontra nesta faixa etária, como mostra a Tabela II.5.3.29. Em Cabo Frio e Arraial do Cabo, a porcentagem de pessoas nesta faixa etária também é alta, 69%. São João da Barra é o município onde a taxa é mais baixa: de 64%.

**TABELA II.5.3.29 – População por faixa etária na área de influência – 2010**

Faixa Etária	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Macaé	São João da Barra	São Francisco de Itabapoana	Itapemirim
0 a 14 anos	22,5%	24%	23%	29%	24%	25%
15 a 64 anos	69%	69%	72%	64%	67%	67%
65 anos ou mais	8,5%	7%	5%	6%	9%	7%

Fonte: IBGE, 2011.

A população mais velha, de 65 ou mais, representa uma porcentagem bem menor da população. Em Macaé, por exemplo, significa somente 5% – o que demonstra que muitos moram na cidade para trabalhar, mas mudam de residência ao se aposentar. Já Cabo Frio, segundo município mais populoso da área de influência, mas com características distintas de Macaé, tem 7% dos moradores com mais de 65 anos. Em Arraial do Cabo, esta faixa representa 8,5% da população.

## E) Fluxos migratórios atuais

Os processos migratórios são analisados sob diferentes pontos de vista ao longo dos anos, apesar do conceito de migração, em si, se referir apenas ao deslocamento de pessoas através de fronteiras para estabelecer residência permanente.

Diferentes análises, atualmente, se dão principalmente pela tentativa de se compreender melhor as razões para que os deslocamentos ocorram. Segundo PAGANOTO & BECKER (2007) até os anos 70, no Brasil, predominava a análise através dos fluxos demográficos, de forma a não buscar a compreensão dos motivos que levaram ao deslocamento, segundo um modelo onde se consideravam os fluxos “sem que houvesse pressões produzidas por forças socioeconômicas externas”. A partir dos anos 70, análises mais abrangentes

passam a considerar alguns fluxos através dos motivos que os levaram a acontecer, tais como busca por emprego e vínculos familiares.

O fluxo migratório de alguns dos municípios da área de influência é bastante fortalecido devido à indústria petrolífera. Macaé é um exemplo de município que recebe forte migração devido às atividades de prospecção e exploração do petróleo, processo que se iniciou em 1970, com o início das explorações pela Petrobrás.

Como mostrado na Tabela II.5.3.30, Cabo Frio é o município da região que apresenta a maior taxa líquida de migração, sendo que as razões para que isso tenha ocorrido provavelmente decorrem da exploração turística na região. O turismo é bastante significativo na economia do município, sendo a cidade um dos destinos mais procurados pelos brasileiros, segundo a EMBRATUR. A economia aquecida no município, seja pela indústria petrolífera ou pela indústria do turismo, faz com que ocorra uma grande busca por fixação de residência no município.

**TABELA II.5.3.30 – Taxa líquida de migração dos municípios da área de influência pertencentes ao estado do Rio de Janeiro (%)**

Municípios do Rio de Janeiro	1991-2000
Arraial do Cabo	0,73
Cabo Frio	3,84
Macaé	2,23
São João da Barra	0,81
São Francisco de Itabapoana	-0,23

Fonte: CEPERJ/Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

O município de São Francisco de Itabapoana é o único da área de influência a ter sofrido um decréscimo migratório durante as últimas décadas. O município, que teve sua emancipação declarada recentemente – em 1997, está ainda em processo de estabelecimento de sua identidade, a população deverá variar até que a cidade passe a oferecer mais ofertas para sua fixação no território.

Segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves, do Estado do Espírito Santo, o saldo migratório do município de Itapemirim entre 2000 e 2007 foi de 860 pessoas, obtendo uma Taxa Líquida de Migração de 0,03 – bastante insignificante.

Como se vê na Tabela II.5.3.31, a quantidade de brasileiros naturalizados e estrangeiros é bastante mais alta nos municípios de Cabo Frio e Macaé, se comparadas às de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, onde são mínimas. Em Cabo Frio tal característica provavelmente se deve à indústria do turismo, enquanto em Macaé a probabilidade é que esta população tenha sido atraída devido à indústria petrolífera.



**TABELA II.5.3.31 – População residente por nacionalidade dos municípios da área de influência pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro – 2000**

Municípios do Rio de Janeiro	Brasileiros natos	Brasileiros naturalizados e estrangeiros
Arraial do Cabo	23.776	101
Cabo Frio	126.318	510
Macaé	131.614	847
São João da Barra	27.663	19
São Francisco de Itabapoana	41.466	9

Fonte: CEPERJ, 2011

Através da análise da Tabela II.5.3.32, pode-se verificar que no município de Itapemirim, cerca de 90% da população residente é natural do Estado do Espírito Santo. Em seguida, aproximadamente 10% é natural do Estado do Rio de Janeiro. Macaé e Cabo Frio são os que mais recebem migrantes, segundo os dados do IBGE 2000. Destaca-se a quantidade de migrantes provenientes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pará e Pernambuco.

**TABELA II.5.3.31 – Pessoas residentes nos municípios da área de influência por estado de nascimento – 2000**

Estado de Nascimento	Macaé	Cabo Frio	São João da Barra	São Francisco de Itabapoana	Itapemirim	Arraial do Cabo
Rondônia	25	38	-	-	2	-
Acre	9	38	-	-	-	-
Amazonas	60	93	9	-	43	11
Roraima	9	13	19	-	-	-
Pará	1.124	187	24	9	72	21
Amapá	46	48	-	-	4	-
Tocantins	28	-	-	-	-	9
Maranhão	429	450	10	30	34	14
Piauí	172	141	12	-	4	20
Ceará	575	1.025	9	34	131	168
Rio Grande do Norte	903	621	11	7	22	234
Paraíba	711	1.664	52	12	51	233
Pernambuco	1.248	1.608	24	11	127	236
Alagoas	341	370	17	38	103	46
Sergipe	505	302	21	-	10	55
Bahia	2.832	1.808	115	170	479	159
Minas Gerais	3.767	4.749	199	287	2.033	487
Espírito Santo	2.551	2.782	222	615	60.508	645
Rio de Janeiro	113.116	108.186	26.839	40.144	3.785	21.221
São Paulo	1.653	1.098	58	95	587	140
Paraná	438	187	6	-	54	28
Santa Catarina	114	148	-	-	23	7
Rio Grande do Sul	598	294	-	14	8	14
Mato Grosso do Sul	79	97	-	-	-	5
Mato Grosso	28	95	7	-	9	-
Goiás	112	34	8	-	67	-
Distrito Federal	123	211	-	-	66	23

Estado de Nascimento	Macaé	Cabo Frio	São João da Barra	São Francisco de Itabapoana	Itapemirim	Arraial do Cabo
Brasil - Sem especificação	18	31	-	-	2	-
País estrangeiro	847	510	19	9	56	101

Fonte: IBGE, 2011.

Os maiores contingentes populacionais, em todos os municípios analisados, provêm do próprio Estado. Intui-se, desta forma, que os efeitos do crescimento econômico na região ainda não converteram os municípios em grandes receptores de migração, e as atividades que vem proporcionando grandes investimentos na região (petróleo e turismo) não representam uma ameaça em termos de pressão populacional. No entanto, não se deve desconsiderar a necessidade de planejamento em infra-estrutura e oferta de serviços básicos. Destaca-se ainda que os dados aqui mostrados datam de 2000, e que uma nova análise será necessária quando da publicação dos dados mais recentes.

## F) Infraestrutura

### ➤ Sistema de Saúde

A análise da rede ambulatorial de saúde foi realizada a partir dos dados disponibilizados pelo DATASUS referentes a maio de 2011. As informações apresentadas na Tabela II.5.3.32 indicam uma rede hospitalar modesta nos municípios da área de influência, a exceção dos municípios de Macaé e Cabo Frio, que possuem um maior dinamismo populacional. Destaca-se a predominância de hospitais da rede privada nestes mesmos municípios.

**TABELA II.5.3.32 – Hospitais vinculados ao SUS por tipo de prestador na área de influência – maio de 2011.**

Município	Público	Privado	Total
Arraial do Cabo	9	5	14
Cabo Frio	47	153	200
Macaé	81	501	582
São João da Barra	22	4	26
São Francisco de Itabapoana	28	4	32
Itapemirim	16	21	37
<b>TOTAL</b>	<b>203</b>	<b>688</b>	<b>891</b>

Fonte: DATASUS, 2011.

Quanto aos hospitais públicos vinculados ao SUS, não há na área de influência hospitais federais ou estaduais. Todos os hospitais públicos da área de influência são municipais (DATASUS, 2011).

Macaé e Cabo Frio apresentam a maior oferta de leitos hospitalares de internação (Tabela II.5.3.33), que são em sua maioria da rede privada. Em todos os municípios da área de influência, predominam leitos hospitalares de internação da rede privada, com exceção de São Francisco de Itabapoana, o qual possui somente leitos na rede pública.

**TABELA II.5.3.33 – Leitos hospitalares de internação por tipo de prestador na área de influência – maio de 2011.**

Município	Público	Privado	Total	Leitos/mil hab.
Arraial do Cabo	75	-	75	2,71
Cabo Frio	235	300	535	2,87
Macaé	141	228	369	1,79
São João da Barra	-	42	42	1,28
São Francisco de Itabapoana	52	-	52	1,26
Itapemirim	-	73	73	2,36
<b>TOTAL</b>	<b>503</b>	<b>643</b>	<b>1146</b>	<b>2,18</b>

Fonte: DATASUS, 2011.

De todos os municípios da área de influência, apenas Arraial do Cabo e Cabo Frio possuem a quantidade de leitos por habitantes de acordo com o parâmetro estabelecido pelo Ministério da Saúde, que varia de 2,5 a 3 leitos para cada mil habitantes. São Francisco de Itabapoana e São João da Barra possuem uma quantidade de leitos por mil habitantes bastante inferior ao recomendado pelo Ministério da Saúde.

## ➤ Transporte

### • Rodoviário

A área de influência do empreendimento abrange uma densa malha rodoviária, que interliga importantes rodovias federais e estaduais a pólos econômicos de importância nacional.

O legado da configuração espacial atual do Brasil, sobretudo da Região Sudeste, deve ser assinalada pela ação particular de empresas estatais e privadas que configuraram o território do estado do Rio de Janeiro como meio de dispersão para outros pontos do Brasil. Sendo assim, principais vias de acesso localizam-se ou passam pela Região Sudeste. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), ligado ao Ministério dos Transportes, a Fundação de Estrada e Rodagem (DER-RJ) juntamente ao Departamento de Rodagem do Espírito Santo DER-ES, são os órgãos responsáveis pelas vias de acesso da área de influência, (DNIT na esfera federal e os DERs na esfera estadual) (Tabelas II.5.3.34 e II.5.3.35).

**TABELA II.5.3.34 – Rodovias Federais na área de influência**

Rodovias Federais	Descrição
BR-101	Rodovia Federal que interliga todo o litoral, do norte – Touros (RN) ao sul do país – Chuí (RS). É inteiramente pavimentada e tem suma importância econômica. Está integrada ao Plano Rodovia Pan-Americana que se estende a estradas de norte ao sul do continente americano. Atualmente, parte da rodovia que faz parte da área de influência está sob concessão da Autopista Fluminense, com validade de 22 anos. Neste pequeno trecho, foram contabilizados também cinco pedágios o que demonstra a privatização da rodovia.
BR-116	Rodovia longitudinal que tem início no Estado do Ceará e término no Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai. A extensão total da rodovia é de aproximadamente 4.400 km, passando por dez estados e ligando cidades importantes como Pelotas, Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Curitiba, São Paulo, São José dos Campos, Volta Redonda, Rio de Janeiro, Muriaé, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Fortaleza.

Rodovias Federais	Descrição
BR-120	Conecta o Estado Rio de Janeiro, em Cabo Frio, a Minas Gerais.
BR-356	Rodovia que interliga Minas Gerais a São João da Barra, passado pelos municípios de Itapemirim e Campos de Goytacazes.

Fonte: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E AUTOPISTA FLUMINENSE, 2011.

**TABELA II.5.3.35 – Rodovias Estaduais na área de influência**

Rodovias Estaduais	Descrição
RJ-104	Conhecida como Rodovia Niterói-Manilha, interliga Niterói às Baixadas Litorâneas.
RJ-106	Conhecida como Rodovia Amaral Peixoto, inicia em São Gonçalo, atravessa Saquarema, terminando na sede municipal de Macaé.
RJ-102	Margeia a zona costeira de Niterói a Arraial do Cabo, percorrendo municípios litorâneos.
RJ-168	Corta a região de Macaé, ligando o município a BR-101.
RJ-178	Interliga Macaé a Campos de Goytacazes.
RJ 140	Liga o município de Arraial do Cabo a Silva Jardim. Diversos trechos desta rodovia não são pavimentados.
RJ-196	Corta o litoral de São Francisco de Itabapoana, ligando-o ao distrito de Barra de Itabapoana, divisa com o Estado do Espírito Santo.
RJ-232	Liga a sede do município de São Francisco de Itabapoana ao distrito de Guaxindiba.
ES-487	Corta o município de Itapemirim até a BR-101.
ES-490	Corta o município de Itapemirim. Conecta a BR 101 ao litoral (ES-060).
ES-060	Rodovia do Sol. De Presidente Kennedy a Vitória.

Fonte: DER-RJ/DER-ES, 2011.

Vale ressaltar que uma das rodovias muito utilizada para chegar as Baixadas Litorâneas é a Via Lagos, sob concessão da empresa CCR, assim como parte da BR-101.

- **Ferrovário**

Na área de influência, está presente a empresa Ferrovia Centro-Atlântica (FCA). Sua rede ferroviária é composta por uma malha ferroviária com mais de 8.000 km de extensão, passando por sete estados brasileiros, dentre os quais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Está sob administração da FCA, o Terminal de Marítima, no centro da capital fluminense, e pátios ferroviários em Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes e Paraíba do Sul. A linha-tronco Campos Elíseos/Campos dos Goytacazes atravessa Macaé, transportando exclusivamente carga, especialmente derivados de petróleo (FCA, 2011).

- **Aéreo**

Cabo Frio possui o Aeroporto Internacional, administrado pela Costa do Sol Operadora Aeroportuária S/A. Em funcionamento desde 2001, é o único aeroporto do país sob administração privada que opera com terminal de carga internacional. O projeto de ampliação realizado em duas etapas possibilitou o aumento do pátio de aeronaves de 12.000 m<sup>2</sup> para 30.400 m<sup>2</sup> e expansão da pista de 1.700 m para 2.550 m. Existe, ainda, um projeto para ampliar a pista para 3.000 m de comprimento.

Macaé dispõe de um aeroporto com pista de 1.200 m, administrado pela Infraero e com capacidade para 135.000 passageiros/ano. Possui, ainda, outro equipamento utilizado exclusivamente pela Petrobras, com pista de 1.500 m de extensão pavimentada e sistema de rádio navegação, com capacidade para receber aeronaves de médio porte, fazendo, em média, 70 vôos diários. Segundo dados da INFRAERO (2011), o Aeroporto de Macaé apresenta como principal vocação receber pousos e decolagens de helicópteros que circulam entre as bases marítimas da Petrobras localizadas na Bacia de Campos.

- **Marítimo**

Em Cabo Frio, situa-se um dos principais portos de desembarque pesqueiro industrial do Estado do Rio de Janeiro. Em Macaé, o porto localizado em Imbetiba é intensamente utilizado no transporte de passageiros e cargas, entre o continente e as plataformas petrolíferas.

O Porto do Forno, em Arraial do Cabo, localiza-se estrategicamente entre a Bacia de Campos e de Santos, tornando-se uma importante base de apoio *offshore*. Além de sua posição geográfica, apresenta boas condições para a atracação dos navios.

Os municípios com vocação turística apresentam também embarcações destinadas a passeios náuticos, onde foram instaladas inúmeras marinas e garagens náuticas. Atualmente, no Município de São João da Barra está sendo construído o Porto do Açú.

➤ **Comunicações**

A rede de comunicação existente nos municípios da área de influência foi identificada através da rede dos correios e dos terminais telefônicos em serviços públicos disponibilizados pelos CORREIOS (2011) e FUNDAÇÃO CEPERJ (2009).

Na área de influência, as empresas concessionárias responsáveis pelos serviços de telefonia fixa são a Telemar e a Embratel (ANATEL, 2011).

Os dados apresentados na Tabela II.5.3.36 demonstram que os municípios possuem apenas uma agência dos correios considerada própria.

**TABELA II.5.3.36 – Comunicações na área de influência**

Município	Número de agências dos correios			Terminal Telefônico	
	Própria	Franqueada	Outros	Em serviços	Públicos
Itapemirim	1	-	-	*	*
São Francisco de Itabapoana	1	-	15	4.239	382
São João da Barra	1	-	8	4.446	408
Macaé	1	2	12	46.312	1.222
Cabo Frio	1	3	1	40.441	11.179
Arraial do Cabo	1	-	-	5.372	266

Fonte: CORREIOS, 2011/ FUNDAÇÃO CEPERJ, 2011.

\* Os dados relacionados a terminais telefônicos para o município de Itapemirim não foram disponibilizados.

### ➤ Abastecimento de Água Potável e Energia Elétrica

Para a análise, foram definidos como parâmetros a oferta e o atendimento dos serviços de abastecimento de água e de energia elétrica para a população residente nos municípios. Esta análise foi realizada com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico de 2010.

A maioria da população residente na área de influência dispunha em seus domicílios, em 2010, de água encanada, sendo abastecida pela rede geral. Macaé foi o município que estimou maiores valores de domicílios abastecidos pela rede geral. Conforme pode ser observado na Tabela II.5.3.37, apenas em São Francisco de Itabapoana a forma de abastecimento predominante é poço ou nascente na própria propriedade.

**TABELA II.5.3.37 – Abastecimento de água por domicílio na área de influência – 2010.**

Município	Abastecimento de água (%)		
	Rede geral de Abastecimento	Poço ou nascente na propriedade	Outra condição
Itapemirim	70,52	22,75	4,73
São Francisco de Itabapoana	25,32	70,55	4,12
São João da Barra	70,97	27,99	1,83
Macaé	78,88	19,35	38,02
Cabo Frio	69,42	29,95	9,77
Arraial do Cabo	69,02	24,87	6,08

Fonte: IBGE, 2011.

Segundo o SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E SANEAMENTO (2011), os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto para as Baixadas Litorâneas são realizados pela empresa privada PROLAGOS/SA. Em Macaé, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, a concessão esta sob responsabilidade da CEDAE. Em Itapemirim, os serviços são realizados pela autarquia municipal Serviço Autônomo de Esgoto e Água de Sinop.

Quase a totalidade dos domicílios da área de influência é abastecida com energia elétrica (Tabela II.5.3.38). A empresa responsável pelo fornecimento em 73% do estado do Rio de Janeiro é a Ampla, incluindo os municípios da área de influência fluminenses. Em Itapemirim, o serviço está sob concessão da empresa EDP Escelsa.

**TABELA II.5.3.38 – Energia Elétrica por domicílio – 2010**

Município	Domicílios (%)
Itapemirim	99,33
São Francisco de Itabapoana	98,68
São João da Barra	99,02
Macaé	98,86
Cabo Frio	99,09
Arraial do Cabo	99,72

Fonte: IBGE, 2010.

## ➤ Segurança Pública

As forças regulares de segurança pública têm suas competências reguladas pelas esferas de atuação federal, estadual e municipal. As descrições a seguir compõem o quadro de atuação das forças de segurança pública na área de influência.

### Polícia Federal

O Departamento de Polícia Federal é um órgão subordinado ao Ministério da Justiça, cuja função é exercer a segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A Polícia Federal é órgão permanente organizado e mantido pela União. Atua na clássica função institucional de polícia. Tem como principais funções:

- I. Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- II. Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- III. Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- IV. Exercer, com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária da União.

Os municípios do Rio de Janeiro e de Vila Velha, respectivamente, sediam a Superintendência Regional da Polícia Federal nos estados da área de influência. Há ainda delegacia da polícia federal em Macaé (Tabela II.5.3.39).

**TABELA II.5.3.39 – Polícia Federal**

Unidade	Endereço
Superintendência Regional do Rio de Janeiro	Superintendente: Delci Carlos Teixeira Av. Rodrigues Alves, 1 / 3º andar – Centro Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-250 Tel.: (21) 2203-4000 / 2203-4008
Departamento da Polícia Federal – Macaé	Polícia Federal – Macaé – RJ R. Gov. Roberto Silveira, 427 – Macaé – RJ CEP 27910-000 Tel: (22) 2762-0820 / 2762-0806
Superintendência Regional do Espírito Santo	Superintendente: Sergio Barboza Menezes R. Vale do Rio Doce, 1 – São Torquato Vila Velha –ES CEP: 29114-670 Tel.: (27) 3331-8000

Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / POLÍCIA FEDERAL, 2011.

## Polícia Militar

A Polícia Militar é subordinada, em última instância, ao Governador do Estado, com função regulada pela Constituição Brasileira de policiamento ostensivo. No Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Militar atua em três grandes áreas, sendo uma na capital (compreendendo o município do Rio de Janeiro), Baixada (compreendendo os municípios da baixada fluminense: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti e Magé) e Interior (compreendendo os demais municípios do estado). Cada uma destas áreas está vinculada a um Comando de Policiamento e a eles se subordinam as unidades que executam as diversas formas de policiamento (geral, radiopatrulhamento, rodoviário, florestal, etc.). Existem outras unidades que pelo seu alto grau de especialização reúnem-se num Comando de Policiamento Especial que abrange todo o estado. É composto de unidades de polícia de choque, operações policiais especiais, patrulhamento rodoviário, florestal, montado e ferroviário.

A Tabela II.5.3.40 apresenta os telefones das delegacias e batalhões da Polícia Militar (PM) no Estado do Rio de Janeiro.

**TABELA II.5.3.40 – Polícia Militar no Estado do Rio de Janeiro**

Unidade	Telefones
Polícia Militar de Itapemirim	(28) 3529-6722
Polícia Militar de São Francisco de Itabapoana	190
Delegacia de São João da Barra	(22) 2741-1314
7º Batalhão da Polícia Militar de Macaé	(22) 2762-0052
Polícia Militar de Cabo Frio 25ºBPM	(22)2647-0190
Polícia Militar de Arraial do Cabo	(22) 2622-0190

## Guardas Municipais no Estado do Rio de Janeiro

As atribuições da guarda municipal estão traçadas no Capítulo III da Constituição Federal de 1988, que trata da segurança pública. O parágrafo 8º do art. 144 estabelece que os municípios podem criar guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. As superintendências das guardas municipais na área de influência são enumeradas na Tabela II.5.3.41.

**TABELA II.5.3.41 – Guardas municipais na área de influência**

Unidade	Telefones
Guarda Municipal de Itapemirim	192
Guarda Municipal de São Francisco de Itabapoana	(22) 2789-1977
Guarda Municipal de São João da Barra	193
Guarda Municipal de Macaé	(22) 2773-0466/ 0800-2820949/153
Guarda Municipal de Cabo Frio	153
Guarda Municipal de Arraial do Cabo	(22) 2622-1650

### ➤ Saneamento

Os indicadores de saneamento básico fornecem uma dimensão da qualidade de vida e da qualidade ambiental dos municípios em estudo. Isto porque, frequentemente, um município ao se tornar mais urbanizado e/ou



expandir sua população rápida e demasiadamente, acaba por sobrecarregar suas estruturas de saneamento básico, nem sempre suportando a demanda gerada por estas condições.

O serviço de coleta de lixo dos domicílios é de responsabilidade das prefeituras municipais. Na Tabela II.5.3.42 observou-se que nos domicílios possuem este serviço, em menor proporção, em São Francisco de Itabapoana.

**TABELA II.5.3.42 – Coletas de Lixo em domicílio na área de influência – 2010**

Município	Domicílios (%)
Itapemirim	90,14
São Francisco de Itabapoana	76,12
São João da Barra	93,64
Macaé	97,90
Cabo Frio	97,40
Arraial do Cabo	99,00

Fonte: IBGE, 2011.

Os altos percentuais verificados nem sempre refletem a qualidade dos serviços prestados. Muitas das vezes os lixos são destinados para os lixões dos municípios. Como exemplo, tem-se o lixão da Baía Formosa em Cabo Frio, um dos piores problemas da Costa do Sol, que no ano de 2008 foi fechado justamente pela precariedade do local.

Os dados da Tabela II.5.3.43 mostram que Macaé e Arraial do Cabo são os únicos municípios com mais da metade da população utilizando a rede de esgoto geral. Nos demais municípios, a metade dos domicílios não é contemplada pela rede geral de esgoto. Nas Baixadas Litorâneas, a quantidade de domicílios contemplados pela rede geral de esgoto é inferior no município de Cabo Frio do que em Arraial do Cabo. Na região do Norte Fluminense, São Francisco de Itabapoana apresenta o maior valor na utilização da fossa rudimentar, que não é uma prática adequada já que aumenta os riscos de contaminação nas águas subterrâneas.

**TABELA II.5.3.43 – Esgoto por domicílio na área de influência – 2000**

Município	Esgoto (%)					
	Rede de esgoto geral ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoadouro
Itapemirim	9,27	56,89	14,46	11,40	1,20	-
São Francisco de Itabapoana	-	1,31	81,49	1,65	3,70	-
São João da Barra	18,68	42,96	35,39	0,62	1,14	-
Macaé	66,57	15,41	9,66	2,93	-	-
Cabo Frio	27,39	51,08	16,15	1,54	0,23	-
Arraial do Cabo	62,83	26,27	9,59	-	-	0,21

Fonte: IBGE, 2011.

## G) Estrutura Produtiva

A análise do emprego na área de influência foi realizada a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Os dados permitem verificar as atividades que têm apresentado maior dinamismo e que

oferecem oportunidades de emprego nos municípios. Merece registro o fato de que esses dados abrangem apenas o emprego formal com carteira assinada. A ocupação no mercado informal se ressentiu da falta de dados consistentes, impossibilitando sua análise. Destaca-se, ainda, que na maioria dos municípios da área de influência, a pesca, especialmente a artesanal, se constitui em importante atividade geradora de empregos no mercado de trabalho informal.

Os setores de serviço, comércio e administração pública são as principais fontes de emprego formal na área de influência como um todo, juntamente com a indústria extrativa mineral (Tabela II.5.3.44). A atividade extrativa mineral é relevante somente no município de Macaé (23,14%), representada principalmente pela produção de petróleo. Porém, como o município é muito populoso, estes empregos significam 15,27% do total de postos de trabalho da área de influência.

A atividade agropecuária só é significativa nos municípios de São Francisco de Itabapoana e Itapemirim (respectivamente 16,85% e 14,93%). Este último município também possui significativa influência da indústria de transformação (21,79%), sendo a indústria pesqueira do atum uma importante atividade econômica do município.

Em São João da Barra, a construção civil tem ganhado importância na geração de empregos nos últimos anos (23,62% em 2010), por conta da obra do Complexo do Porto do Açú.

Em Arraial do Cabo e Cabo Frio, comércio e serviços são os principais setores que geram postos de trabalho formais, em função do turismo.

**TABELA II.5.3.44– Empregos formais, total e percentual por setor de atividade econômica na área de influência – dezembro de 2010**

Municípios	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Outros/ Ignorados
Arraial do Cabo	24.745	1,08%	9,08%	1,29%	9,58%	35,45%	35,56%	7,77%	0,16%	0,03%
Cabo Frio	35.229	1,63%	2,90%	0,47%	4,35%	29,50%	35,14%	25,04%	0,98%	-
Macaé	115.775	23,14%	12,31%	0,53%	6,53%	12,47%	37,27%	7,37%	0,39%	-
São João da Barra	7.397	-	5,72%	0,04%	23,62%	8,77%	11,14%	48,44%	2,27%	-
São Francisco de Itabapoana	2.403	-	5,74%	0,04%	3,16%	24,43%	8,78%	40,99%	16,85%	-
Itapemirim	4.975	0,50%	21,79%	2,89%	0,84%	14,77%	7,68%	36,58%	14,93%	-
<b>TOTAL</b>	<b>204.149</b>	<b>13,55%</b>	<b>9,50%</b>	<b>0,64%</b>	<b>6,65%</b>	<b>18,78%</b>	<b>35,47%</b>	<b>14,33%</b>	<b>1,06%</b>	<b>0%</b>

Fonte: RAIS/MTE, 2011.

Os dados de admissões e demissões na área de influência são apresentados em relação ao período de janeiro a junho de 2011 (Tabela II.5.3.45) e para os últimos 12 meses, ou seja, em relação ao mesmo mês de junho do ano de 2010 (Tabela II.5.3.46). É importante destacar que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, fonte destas tabelas, somente disponibiliza a flutuação do emprego formal para municípios com mais de 30.000 habitantes, de acordo com o Censo 2000, motivo pelo qual os municípios de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo e Arraial do Cabo e São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, não constam das referidas tabelas.

**TABELA II.5.3.45 – Flutuação do emprego formal de janeiro/2011 a junho/2011 na área de influência**

Município	Admissões	Desligamentos	Saldo	Varição Emprego
Cabo Frio	7.923	7.315	608	2,35%
Macaé	30.708	24.608	6.100	5,71%
São Francisco de Itabapoana	1.091	349	742	50,10%
TOTAL	39.722	32.272	7.450	-

Fonte: CAGED/MTE, 2011.

**TABELA II.5.3.46 – Flutuação do emprego formal nos últimos 12 meses (junho/2011) na área de influência**

Município	Admissões	Desligamentos	Saldo	Varição Emprego
Cabo Frio	15.491	13.945	1.546	6,20%
Macaé	57.950	46.018	11.932	11,82%
São Francisco de Itabapoana	1.640	1.534	106	5,01%
TOTAL	75.081	61.497	13.584	-

Fonte: CAGED/MTE, 2011.

São Francisco de Itabapoana é o município que possui o maior saldo relativo de admissões e desligamentos e a maior variação percentual de emprego em 2011. No entanto, na flutuação acumulada do emprego formal nos últimos 12 meses, o saldo e a variação no emprego não são tão altos. Como a maior parte dos empregos da economia deste município está relacionada à administração pública e o segundo setor mais importante em termos de quantidade de postos de trabalho é o agropecuário, uma explicação para isto são as contratações sazonais, muito relacionadas à lavoura da cana-de-açúcar, presente no município.

Destaca-se, também, a variação do emprego nos últimos 12 meses em Macaé (11,82%), o que retrata uma economia em expansão.

As estimativas da OGX para o número de empregos diretos gerados na etapa de produção de petróleo no Bloco BM-C-41 são de 160 postos de trabalho (considerando dois turnos de trabalho), entre técnicos, profissionais de nível superior e oficiais marítimos, para operação do FPSO. De forma conservativa, não são consideradas as tripulações dos barcos de apoio, por entender que não são empregos diretamente gerados por esta atividade, já que a estrutura de apoio é compartilhada com outros empreendimentos.

Cabe ressaltar ainda, que, parte desse contingente já ocupa as funções requeridas nas empresas a serem contratadas, tratando-se, dessa forma, da manutenção dos empregos existentes.

A partir dos empregos diretos, o critério de adoção da proporcionalidade 1:3 foi considerado para estimar a geração de empregos indiretos. Considerando como base os 160 empregos diretos, prevê-se, no caso do empreendimento analisado, a geração de 480 postos de trabalho indiretos. Estes postos de trabalho deverão estar concentrados nos municípios de Cabo Frio (base de apoio aéreo) e Rio de Janeiro (base de apoio marítimo) e entorno, onde estão localizadas as empresas de apoio logístico ao empreendimento.

## H) Educação

Segundo dados do IBGE, os municípios da área de influência apresentam uma taxa média de alfabetização inferior à taxa da capital do estado, Rio de Janeiro, que apresenta uma taxa de 93%. Como observado na Tabela II.5.3.47, o município com as piores taxas é Itapemirim, no Espírito Santo. Destaca-se também Macaé, que tem aproximadamente 25% de sua população rural analfabeta, e também a população rural do município de São Francisco de Itabapoana, que apresenta uma taxa de alfabetização bastante baixa, de apenas 69,97%.

**TABELA II.5.3.45 – Taxa de alfabetização da área de influência – 2000**

Município	Rural (%)	Urbana (%)
Arraial do Cabo	*	90,68
Cabo Frio	83,48	88,87
Macaé	73,38	89,90
São João da Barra	78,00	87,07
São Francisco de Itabapoana	69,97	79,23
Itapemirim	40,48	59,52

Fonte: IBGE, 2011.

O IBGE ainda não publicou os dados de alfabetização referentes ao Censo Demográfico realizado em 2010 (previsão de publicação dos indicadores sociais municipais em outubro/2011), portanto é importante ressaltar que estes dados possivelmente sofreram alterações na última década.

Os dados da Tabela II.5.3.48 mostram que nos municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, a população tem menos anos de estudo que a população residente em Arraial do Cabo, Macaé e Cabo Frio. Estas informações, juntamente com as taxas de analfabetismo das cidades, mostram como é importante investir em educação nestes dois municípios. Não há esse tipo de informação disponível para o município de Itapemirim, no Espírito Santo.

**TABELA II.5.3.48 – Anos médios de educação da população de 10 anos ou mais de idade na área de influência**

Município	Anos
Arraial do Cabo	6,4
Cabo Frio	6,1
Macaé	6,7
São Francisco de Itabapoana	3,8
São João da Barra	4,8

Fonte: Fundação CEPERJ, 2000.

O corpo docente da região analisada constitui-se de 3.523 professores na rede municipal, e 1.446 na rede estadual de ensino, sendo que os municípios de Macaé e Cabo Frio são os que apresentam os maiores números, como pode ser observado na Tabela II.5.3.49. Cabo Frio é o único município da área de influência que possui estabelecimentos de ensino oferecidos pelo governo federal.

**TABELA II.5.3.49 – Professores em exercício na área de influência, nos Ensinos Fundamental e Médio**

Município	Estadual	Municipal	Particular	Federal
Arraial do Cabo	98	221	87	-
Cabo Frio	445	1.234	517	20
Macaé	411	1.199	608	49
São Francisco de Itabapoana	232	352	27	-
São João da Barra	192	221	57	-
Itapemirim	68	296	13	-

Fonte: IBGE, 2009

Os municípios com maior oferta de estabelecimentos de ensino são Macaé e Cabo Frio, como mostra a Tabela II.5.3.50. Estes dois municípios são os que mais têm visto sua população crescer devido à indústria do petróleo e turismo, sendo que, desta forma, a oferta de estabelecimentos de ensino torna-se ainda mais importante.

**TABELA II.5.3.50 – Estabelecimentos de ensino na área de influência – 2009**

Município	Educação Especial	Educação Infantil	Educação Jovens e Adultos	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Arraial do Cabo	1	13	8	15	6	-
Cabo Frio	4	64	17	96	25	1
Macaé	5	98	44	98	25	3
São Francisco de Itabapoana	2	66	10	65	9	-
São João da Barra	2	31	6	40	6	-
Itapemirim	-	27	-	42	4	-

Fonte: IBGE, 2011.

Macaé possui apenas três estabelecimentos de ensino superior. Vale ressaltar que a oferta de ensino superior é imprescindível para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento da região. A formação de profissionais nas cidades de investimento da indústria petroleira facilita a contratação de pessoas da própria região, sem necessidade de “importação” de profissionais de outros estados e cidades.

Arraial do Cabo possui o menor número de estabelecimentos de Ensino Infantil – 13 escolas – e Fundamental – 15 escolas, sendo que a população de 1 a 14 anos soma 5.864 pessoas. A população de 10 a 14 anos, que frequenta o Ensino Fundamental, soma 2.428 crianças, o que significaria quase 162 crianças desta faixa etária por escola.

Além de apresentarem maior número de estabelecimentos de ensino e de alunos matriculados, os municípios

de Macaé e Cabo Frio são os únicos municípios da área de influência que possuem estabelecimentos de Educação Profissional, como apresentado na Tabela II.5.3.51. Observou-se também que os cursos profissionalizantes são oferecidos, em sua maioria, por instituições privadas.

**TABELA II.5.3.51 – Estabelecimentos de ensino por alunos matriculados na área de influência.**

Município	Esfera	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos	Educação Especial
Cabo Frio	Federal	-	-	153	125	125	1
	Estadual	-	2.750	3.297	58	3005	22
	Municipal	5.970	23.976	1.629	0	1446	449
	Privada	1500	3.901	945	443	76	69
	Total	7.470	30.627	6.024	626	4527	541
Macaé	Federal	-	-	577	321	55	2
	Estadual	-	2.585	4.101	-	5391	33
	Municipal	8.210	22.866	766	55	3419	312
	Privada	1880	5.416	1.259	2.381	290	196
	Total	10.090	30.867	6.703	2.757	8578	543
São João da Barra	Estadual	-	1.660	1.162	-	185	4
	Municipal	1457	3580	0	-	535	85
	Privada	259	582	62	-	-	4
	Total	1.716	5.822	1.224	-	720	96
São Francisco de Itabapoana	Estadual	-	2.065	1.233	-	649	7
	Municipal	2.017	4953	-	-	526	34
	Privada	151	393	21	-	-	104
	Total	2.168	7.411	1.254	-	1175	145
Itapemirim	Estadual	-	1.697	899	-	987	21
	Municipal	1507	3632	29	-	-	55
	Privada	-	-	-	-	-	-
	Total	1507	5.329	928	-	987	76

Fonte: INEP, 2010.

No que se refere a cursos específicos na área de Educação Ambiental, verificou-se que a Secretaria de Educação do Espírito Santo criou, em 2005, políticas públicas específicas para a área, elaborando o Programa CONVIVER, que tem o propósito de fortalecer a Educação Ambiental no estado. O programa é subdividido em diversos eixos: fortalecimento da Educação Ambiental escolar, desenvolvimento curricular, com produção de materiais didáticos e formação continuada de profissionais da educação.

No Estado do Rio de Janeiro, a Coordenação Estadual de Educação Ambiental (CEEA) foi criada em junho de 2008 pela Secretaria de Estado de Educação para responder à demanda de ensino da Educação Ambiental, tendo como objetivo fortalecer a Educação Ambiental nas escolas, articulando diversos órgãos públicos, ONGs e iniciativa privada, de forma a difundir o tema de diferentes formas.

São escassos os dados relativos a números de escolas onde já foram implantados os programas, tanto no Espírito Santo como no Rio de Janeiro, bem como os demais dados de alunos matriculados e professores

envolvidos. Em levantamento realizado, verificou-se que somente no município de Macaé existem cursos técnicos especializados na área de meio ambiente, oferecidos pelo SENAI (CEPERJ, 2010).

Em relação a cursos profissionalizantes em outras áreas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – oferece alguns em Cabo Frio e Macaé, como mostra a Tabela II.5.3.52. O curso de Técnicas de Saloneiro Offshore tem duração de um mês (87 horas) e o de Taifeiro, dois meses (76 horas, somente aos finais de semana). Os dois cursos visam formar mão de obra qualificada para trabalho em embarcações, demonstrando a importância da indústria do petróleo na região. Os cursos oferecidos em Cabo Frio demonstram uma maior preocupação na formação para a oferta de serviços, o que é normal em uma cidade com o perfil mais voltado para o turismo.

**TABELA II.5.3.52 – Cursos Profissionalizantes – SENAC**

Cabo Frio	Macaé
Cabeleireiro	Camareira em Meios de Hospedagem
Contabilidade Básica e Escrituração Fiscal	Contabilidade Básica e Escrituração Fiscal
Decoração Básica de Interiores	Moda e Estilo
Design de Sobancelhas	Técnicas de Camareiro (a)
Especialização Técnica em Enfermagem	Técnicas para Saloneiro Offshore
	Técnicas para Taifeiro Offshore
	Técnico em Administração
	Técnico de Segurança do Trabalho

Fonte: SENAC – RJ, 2010.

No Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, são oferecidos cursos técnicos na área de Petróleo, somente no município de Macaé (CEPERJ, 2009). Em 2009, o curso teve o segundo maior número de alunos matriculados, somente atrás da cidade do Rio de Janeiro.

Os dados educacionais da Área de Influência mostram uma necessidade grande de investimento nos menores municípios (São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Itapemirim) que contam com pouca oferta educacional nos ensinos fundamental e médio e nenhuma estrutura de ensino profissionalizante e superior. Nestes municípios, como visto anteriormente, as taxas de alfabetização da população são bastante baixas, se comparadas às da capital do Estado e dos demais municípios da área de influência.

### I) Lazer, turismo e cultura

Os municípios da área de influência estão localizados na costa sudeste do litoral brasileiro, sendo que cinco deles se encontram no litoral norte fluminense e um deles no litoral sul do Espírito Santo.

A localização dos municípios no litoral faz com que muitos deles sejam reconhecidamente destinos procurados por turistas, tais como Arraial do Cabo, Cabo Frio e Macaé. A variedade de atrações e a quantidade de recursos naturais oferecidos nos dois primeiros municípios, e a economia em expansão no último, atraem a atenção de turistas proporcionando grandes investimentos econômicos no setor e possibilitando a geração de empregos e renda.



Os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo adotaram, na última década, medidas para impulsionar o turismo através da regionalização dos destinos. O estado do Rio de Janeiro foi dividido em 11 regiões, sendo que os municípios pertencentes à área de influência fazem parte de duas delas, como observado na Tabela II.5.3.53: Costa Doce (que conta com os municípios de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana, São Fidelis e São João da Barra) e Costa do Sol – Região dos Lagos (da qual os municípios Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema fazem parte). Dentro da divisão realizada pelo Governo do Espírito Santo, Itapemirim se situa na Rota da Costa e da Imigração.

**TABELA II.5.3.53 – Regiões turísticas da área de influência**

Região	Município
Costa do Sol	Arraial do Cabo
	Cabo Frio
	Macaé
Costa Doce	São Francisco de Itabapona
	São João da Barra
Rota da Costa e da Imigração	Itapemirim

Fonte: Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro, 2011/ Governo do Estado do Espírito Santo, 2011.

Em grande parte dos municípios da área de influência, o tipo de turismo mais praticado é de ocupação de hotéis e pousadas, seguido do de segunda residência e do turismo de negócios, bastante realizado em Macaé, por exemplo.

Esportes náuticos são normalmente praticados nas praias e lagoas dos municípios, sem atingir grandes distâncias da costa. O ecoturismo, em função da presença da riqueza do patrimônio natural e de inúmeras unidades de conservação existentes, é prática comum na área de influência. O município de Cabo Frio faz parte da rota de diversos cruzeiros marítimos que passam pela região, fortalecendo o turismo náutico na área de influência.

Os dados referentes aos impactos da indústria do turismo na região são bastante escassos em alguns casos, mas a estrutura das cidades demonstra em que grau os serviços e o comércio da região estão voltados para o setor. Algumas das secretarias municipais de turismo dos municípios disponibilizam informações detalhadas sobre a oferta de atrativos e infraestrutura, demonstrando também como o setor é importante para a economia em alguns dos municípios.

A maioria dos municípios integrantes da área de influência apresenta infraestrutura turística que disponibiliza uma grande variedade de hotéis, pousadas, restaurantes e atividades de lazer náutico.

Cabo Frio, por exemplo, é um dos municípios onde o turismo é bastante representativo para o desenvolvimento econômico da região. Segundo dados da Embratur (2007), a cidade é o 18º destino mais visitado no turismo interno brasileiro. A grande procura deve-se, em grande parte, pela alta concentração de belezas naturais. Segundo dados da Fundação CEPERJ (2011), o município contava, em 2009, com 88 estabelecimentos hoteleiros, como mostra a Tabela II.5.3.54.

**TABELA II.5.3.54 – Número de estabelecimentos hoteleiros nos municípios fluminenses da área de influência**

Município	Nº Estabelecimentos
Arraial do Cabo	30
Cabo Frio	88
Macaé	69
São João da Barra	3
São Francisco de Itabapoana	3
Itapemirim	7

Fonte: Fundação CEPERJ, 2009 / Prefeitura Municipal de Itapemirim, 2011.

Na costa marítima de Cabo Frio, são realizados, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, torneios de pesca devido à presença de espécies como Marlin Azul, Marlin Branco e Sailfish. Estes torneios são considerados atração turística nacional e internacional.

A cidade é conhecida por sua arquitetura colonial, que é vista em monumentos como o Forte São Mateus, construído em 1650, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, de 1686 (Figura II.5.3.10) e a Igreja de São Benedito, construída em 1701.



**FIGURA II.5.3.10 – Convento Nossa Senhora dos Anjos, Cabo Frio.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2011.

Cabo Frio é o município que possui a melhor infraestrutura turística dentre os que fazem parte da área de influência e possui diversos atrativos naturais, sendo mais de 100 sítios arqueológicos, como observado no capítulo P “Identificação e Caracterização de Tombamentos”. A beleza de sua costa, como a observada na Praia do Perú (Figura II.5.3.11) favorece ainda mais a procura do município como destino turístico.



**FIGURA II.5.3.11 – Praia do Peró, Cabo Frio.**

Foto: Acervo AECOM.

O município de Arraial do Cabo é conhecido por suas bonitas praias – como a Praia do Forno (Figura II.5.3.12), que oferecem diversas opções de mergulho, sendo conhecida como “capital do mergulho” na região. Segundo informações da Associação dos Operadores de Mergulho da cidade, treze empresas atuam neste seguimento em Arraial do Cabo. Os locais de mergulho mais conhecidos na região são: Ilha dos Porcos, Saco do Cherne, Saco do Anequim, Enseada do Oratório e Ilha dos Franceses.



**FIGURA II.5.3.12 – Praia do Forno, Arraial do Cabo.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, 2011.

Em São João da Barra são 32 km de praias, destacando-se as Praias de Atafona – onde o rio Paraíba do Sul (Figura II.5.3.13) se encontra com o mar, formando o segundo maior delta do país – e Grussaí, onde costumam acontecer diversos shows no verão, atraindo muitos turistas. O turismo no município conta com infraestrutura desenvolvida, com atividades de ecoturismo pelas margens do rio Paraíba do Sul e na Lagoa de Grussaí. Na região também se encontram manguezais e ruínas históricas.



**FIGURA II.5.3.13 – Rio Paraíba do Sul,  
São João da Barra.**

Foto: Acervo AECOM.

O município de São Francisco de Itabapoana está localizado na fronteira com o Espírito Santo. Além do turismo regular, suas praias são procuradas devido ao poder medicinal de suas areias. A cidade é conhecida como “Capital Regional dos Ventos”, e possui diversas praias de mar tranquilo. Juntamente com São João da Barra, é o município da área de influência que conta com menor infraestrutura turística.

Em Macaé, as atividades da indústria petrolífera têm desenvolvido a economia do município também em função da expansão do turismo de negócio. De acordo com dados Secretaria Municipal de Turismo da cidade, esse segmento corresponde hoje a 71% do turismo e representa 10% do PIB do município.

A Praia dos Cavaleiros (Figura II.5.3.14) é o balneário mais procurado por turistas, com sua orla ocupada por hotéis de luxo, bares e restaurantes.



**FIGURA II.5.3.14 – Praia dos Cavaleiros,  
Macaé.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Macaé, 2011.

Além disso, o município conta com atrações naturais como o Arquipélago de Santana que engloba três ilhas: Santana, do Francês e Ilhote Sul, e o Parque Nacional da Jurubatiba, onde há grande preservação de restinga e se realiza prática de mergulho. O Parque abrange, além de Macaé, os municípios de Carapebus e Quissamã.

O turismo esportivo no município é representado pela prática da pesca amadora. A Praia do Pecado é muito freqüentada para pesca de linha e submarina. Encontram-se praticantes de surfe nas praias do Pecado, Campista e Prainha do Farol. Nas Praias do Forte e Imbetiba, são realizados passeios e caminhadas

Já no litoral do Espírito Santo, Itapemirim possui uma costa com mais de 40 km de extensão, onde se encontram as praias Itaoca, Barra do Itapemirim e Itaipava (Figura II.5.3.15) – uma enseada natural que serve como ancoradouro para barcos. Não foram encontrados dados referentes à quantidade de estabelecimentos hoteleiros no município.



**FIGURA II.5.3.15 – Praia de Itaipava, Itapemirim.**

Foto: Acervo AECOM.

Em todos os municípios da Área de Influência, os períodos de alta temporada se dão durante o alto verão (dezembro e janeiro) e carnaval. Cabo Frio é o município da área que conta com o maior número de eventos durante o ano todo, com diversos shows e festas aos finais de semana como por exemplo, o Festival do Camarão que já está em sua sétima edição e acontece no primeiro final de semana de julho. Itapemirim promove um Festival de Inverno durante o mês de julho também, e durante os demais períodos do ano promove festas religiosas. As prefeituras de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra não fornecem um calendário de eventos e festas típicas.

Tradicionalmente, durante o mês de junho, são realizados em todos os municípios da área de influência festejos em comemoração ao dia de São Pedro, que se celebra no dia 29 desse mês. A data é comemorada principalmente pelas comunidades de pescadores, uma vez que o santo é reconhecido por ser seu protetor. São realizadas missas, quermesses com barraquinhas de comidas e bebidas, e procissões marítimas em homenagem ao santo. Normalmente, os barcos são enfeitados com bandeirinhas e flores e disputam prêmios de embarcação mais bonita.

Nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo as Secretarias Estaduais têm desenvolvido programas específicos de fomento ao turismo.

A Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro lançou, em 2004, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (que subdivide o Estado em onze regiões, como mencionado anteriormente),

com o objetivo de fazer com que os municípios trabalhem de forma mais integrada, desenvolvendo a cooperação e buscando a ampliação e a qualificação do mercado de trabalho e a diminuição das desigualdades regionais.

São nove as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo do Estado do Rio de Janeiro:

- 1) Sensibilização, visando à busca de comprometimento dos atores locais;
- 2) Mobilização, buscando promover a articulação entre os diversos atores com o objetivo de traçar caminhos para a regionalização do turismo;
- 3) Institucionalização da Instância de Governança Local para a representação das diversas esferas dos municípios em organizações que possam coordenar e acompanhar a gestão integrada da regionalização (Atualmente, o município da Área de Influência que conta com Conselho Municipal é São João da Barra);
- 4) Elaboração de Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, estabelecendo ações para o futuro do turismo na região;
- 5) Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo regional, através de projetos específicos;
- 6) Sistema de Informações Turísticas do Programa, objetivando a reunião e divulgação dos dados do setor;
- 7) Roteirização Turística, apoiando a consolidação de roteiros com qualidade nos serviços e aumento do fluxo de turistas;
- 8) Promoção e Apoio à Comercialização, promovendo o comércio dos produtos turísticos dentro de um modelo de sustentabilidade;
- 9) Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa, para gerar informações em tempo real que servirão de base para políticas relacionadas ao turismo.

A Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo também conta com um programa de regionalização do turismo. O município de Itapemirim elaborou um planejamento específico para o fortalecimento do turismo em maio de 2010, onde estabelece, em parceria com o SEBRAE, algumas necessidades básicas para o desenvolvimento turístico da região, que deverão ser implantadas pelo município, são elas: incentivo à cultura de participação dos munícipes, a necessidade de levantar dados que gerem informações para a construção de uma base de conhecimento, planejar de forma não setorializada, trabalhar conjuntamente para o turismo, organização político-administrativa e gestão pública compartilhada.

## **J) Controle e fiscalização ambiental**

Neste item são descritas as instituições governamentais encarregadas do controle e fiscalização ambiental nas esferas federais, estaduais e municipais na área de influência do empreendimento.

### **➤ Instituições Federais**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, é o órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização ambiental, em âmbito nacional. Atua sobre as atividades marítimas e empreendimentos interestaduais, além de ser responsável pelo licenciamento ambiental de grandes projetos de infraestrutura, com impactos em mais de

uma unidade da federação e nas atividades do setor de petróleo e gás natural *offshore*. Para a atuação na área de influência, o IBAMA possui escritórios e agências identificados na Tabela II.5.3.55.

**TABELA II.5.3.55 – Escritórios e agências do IBAMA com atuação na área de influência.**

Escritórios/Agências	Endereço
Superintendência do IBAMA no Rio de Janeiro	Contato: Sup. Adilson Gil Pç. XV de Novembro, 42 / 8º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.010-010 Tel.: (21) 2506-1734 / Fax: (21) 2221-4911
Superintendência do IBAMA no Espírito Santo	Contato: Sup. Reginaldo Anaisse Costa Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2.487 Bento Ferreira – Vitória – ES CEP: 29.051-121 Tel.: (27) 3324-1811
Escritório Regional de Cabo Frio	Contato: Neemias Pinho Av. Antônio Ferreira dos Santos, 189 Braga – Cabo Frio – RJ Tel.: (22) 2648-0373
Escritório Regional do IBAMA em Campos dos Goytacazes	Contato: Rosa Maria Wekid Castelo Branco Pç. São Salvador, 62/anexo – Centro Campos dos Goytacazes – RJ CEP: 28010-000 Tel. (22) 2723-3565

Fonte: IBAMA, 2011.

Por meio de seus escritórios regionais, o IBAMA tem estabelecido acordos e convênios com diversas instituições com o objetivo de fortalecer a política de controle e conservação ambiental em toda área de influência.

Em abril de 2007, foi publicada a Medida Provisória 366 que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia federal responsável por executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza.

A autarquia é responsável também pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade.

A Medida Provisória prevê que o Instituto Chico Mendes exerça ainda o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União. Isso, no entanto, não exclui o poder supletivo de polícia ambiental do IBAMA.

De acordo com a medida provisória, o patrimônio, pessoal e os recursos orçamentários que eram vinculados ao IBAMA e agora estão relacionados às finalidades da nova autarquia serão transferidos para o Instituto Chico Mendes (ICMBio). São competências do ICMBio:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

- II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;
- III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade; e
- IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União.

É, portanto, de competência do ICMBio, a administração da Resex de Arraial do Cabo, criada em 1997 com o objetivo de garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal por população extrativista do município.

### ➤ **Instituições Estaduais**

A Secretaria de Estado do Ambiente – SEA é o órgão estadual que tem como atribuições formular e coordenar a política ambiental do estado do Rio de Janeiro. A SEA coordena o sistema estadual de meio ambiente, da qual fazem parte:

- **O Instituto Estadual do Ambiente (Inea)** – Criado através da Lei nº 5.1010, de 04 de outubro de 2007, tem como missão proteger, conservar e recuperar o meio ambiente para promover o desenvolvimento sustentável. O novo instituto, instalado em 12 de janeiro de 2009, unifica e amplia a ação dos três órgãos ambientais vinculados à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA): a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).
- **Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA)** – órgão colegiado diretamente vinculado à SEA, a quem compete, entre outras atribuições, baixar as normas ambientais e outros atos complementares necessários ao funcionamento do licenciamento ambiental; aplicar as penalidades cabíveis aos infratores da legislação de controle ambiental, mediante apreciação dos Autos de Constatação lavrados pelos órgãos fiscalizadores; e dar solução final aos processos de licenciamento ambiental.
- **Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA)** – órgão deliberativo e normativo a quem cabe o estabelecimento das diretrizes da Política Estadual de Controle Ambiental;
- **Fundo Estadual de Controle Ambiental (FECAM)** – fundo de natureza contábil que tem por objetivo financiar projetos de apoio à execução da Política Estadual de Meio Ambiente. Os recursos são provenientes, principalmente, da arrecadação de multas e indenizações por infração à legislação ambiental estadual e de royalties de petróleo.

Além disso, o instituto atua de maneira descentralizada por meio de Superintendências Regionais correspondentes às regiões hidrográficas, de modo a conferir autonomia às representações regionais, agilidade no atendimento, mecanismos mais eficientes de controle, acompanhamento e participação.

De maneira geral, as Superintendências Regionais estão capacitadas a:

- Conduzir os procedimentos de licenciamento de atividades de baixo impacto ambiental;
- Fazer o monitoramento e a classificação da qualidade ambiental dos municípios e a divulgar esses dados à sociedade;
- Exercer a fiscalização ambiental;
- Acompanhar os procedimentos de licenciamento ambiental das prefeituras conveniadas;



- Fazer parcerias com os municípios em atividades concernentes à gestão ambiental.

Na área de influência, existem três Superintendências Regionais do INEA. A Tabela II.5.3.56 relaciona as superintendências com atuação na área de influência, as bacias hidrográficas correspondentes e os municípios da área de influência abrangidos pelas bacias.

**TABELA II.5.3.56 – Superintendências regionais e bacias correspondentes**

Superintendência Regional	Bacias correspondentes	Municípios da área de influência
Superintendência Regional Lagos São João	Bacia do São João, Bacia do Una, Bacias contribuintes ao Complexo Lagunar de Saquarema, Jaconé e Araruama e Bacias do Litoral de Búzios.	Cabo Frio e Arraial do Cabo
Superintendência Regional Macaé e Rio das Ostras	Bacia do Jundiá, Bacia do Macaé e Bacia do Imboacica.	Macaé
Superintendência Regional do Baixo Paraíba do Sul	Bacia do Muriaé, Bacia do Pomba, Bacia do Pirapetinga, Bacia do Córrego do Novato e adjacências, Pequenas bacias da margem esquerda do Baixo Paraíba do Sul, Bacia do Cacimbas, Bacia do Muritiba, Bacia do Coutinho, Bacia do Grussaí, Bacia do Iquipari, Bacia do Açú, Bacia do Pau Fincado, Bacia do Nicolau, Bacia do Preto, Bacia do Preto Ururaí, Bacia do Pernambuco, Bacia do Imbé, Bacia do Córrego do Imbé, Bacia do Prata, Bacia do Macabu, Bacia do São Miguel, Bacia do Arrozal, Bacia da Ribeira e Bacia do Marapebus.	São João da Barra, Macaé, São Francisco de Itabapoana

A SEAMA, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, tem como finalidade propor, elaborar e gerenciar as políticas estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, supervisionar e apoiar a elaboração de pesquisas, estudos científicos e projetos que visem à elaboração e definição de padrões ambientais, supervisionar as ações que visem promover a preservação e a melhoria da qualidade ambiental e promover a integração das atividades ligadas à defesa do Meio Ambiente.

Além disso, é responsável pela coordenação das ações do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente (Conremas) e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH).

O IEMA, criado em 2002, é uma entidade autárquica vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA, do Espírito Santo, com autonomia técnica, financeira e administrativa e tem por finalidade planejar, coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades de meio ambiente, dos recursos hídricos estaduais e dos recursos naturais federais, cuja gestão tenha sido delegada pela União.

A Tabela II.5.3.57 apresenta o endereço e o contato da secretaria e do instituto.

**TABELA II.5.3.57 – Instituições estaduais no Espírito Santo**

Setor	Endereço
SEAMA	Secretário: Paulo Ruy Valim Carnelli BR 262 Km 0, s/n – Jardim América – Cariacica – ES CEP: 29140-500 Tel.: (27) 3636-2603
IEMA	Diretor-presidente : Aladim Fernando Cerqueira BR 262 Km 0, s/n – Jardim América – Cariacica – ES CEP: 29140-500 Tel.: (27) 3636-2500

### ➤ **Instituições Municipais**

As prefeituras municipais da área de influência dispõem de órgãos municipais responsáveis pelo gerenciamento e controle dos ecossistemas municipais. Essas secretarias são identificadas na Tabela II.5.3-X apresentadas no item II.5.3.B – Grupos de Interesses.

### **K) Instrumentos de Gestão Ambiental**

O presente item visa identificar os principais instrumentos de gestão ambiental e do território nas esferas federal, estadual e municipal que possuam interface com a atividade de desenvolvimento e escoamento da produção de petróleo no Bloco BM-C-41.

### ➤ **Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC**

O Gerenciamento Costeiro é um programa do Governo Federal que tem como objetivo orientar e disciplinar a utilização racional dos recursos ambientais da Zona Costeira de forma a contribuir para a elevação da

qualidade de vida da população, promovendo a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. Está integrado ao Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II, desenvolvido pelo MMA.

A partir da promulgação da Lei Federal 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, fundamentado na Política Nacional de Meio Ambiente, os estados ficam obrigados a instituírem coordenações estaduais de Gerenciamento Costeiro.

Dessa forma, conforme o Decreto 5.300/04, que regulamenta o PNGC, compete ao estado do Rio de Janeiro, através da sua coordenação Estadual de Gerenciamento Costeiro, as seguintes atribuições:

- Designar o Coordenador para execução do PEGC;
- Elaborar, implementar, executar e acompanhar o PEGC, obedecidas a legislação federal e o PNGC;
- Estruturar e manter o subsistema estadual de informação do gerenciamento costeiro;
- Estruturar, implementar, executar e acompanhar os instrumentos previstos no art. 7º, bem como os programas de monitoramento cujas informações devem ser consolidadas periodicamente em RQA-ZC, tendo como referências o macrodiagnóstico da zona costeira, na escala da União e o PAF;
- Promover a articulação intersetorial e interinstitucional em nível estadual, na sua área de competência;
- Promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro, mediante apoio técnico, financeiro e metodológico;
- Elaborar e promover a ampla divulgação do PEGC e do PNGC;
- Promover a estruturação de um colegiado estadual.

A DIGAT/GEGET coordena o Gerenciamento Costeiro no Estado do Rio de Janeiro, que responde por programas como o Projeto Orla – Gestão Integrada da Orla Marítima, que é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPO), via Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em parceria com os Governos Estaduais. Suas ações buscam o ordenamento da Orla Marítima sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade.

O Projeto Orla tem como objetivo fortalecer a articulação dos diferentes atores do setor público para gestão integrada da orla, aperfeiçoando o arcabouço normativo para o ordenamento de usos e ocupação desse espaço.

Em 2003, 15 municípios do estado, incluindo três da área de influência, participaram do projeto: Arraial do Cabo, Cabo Frio e Macaé.

O Projeto foi retomado em 2009 com a capacitação da Comissão Técnica Estadual de acompanhamento do Projeto e em 2010 com a realização das oficinas de elaboração do plano de Gestão Integrada da Orla de Niterói e Campos dos Goytacazes. E em 2011 estão previstas as atividades de mobilização e planejamento no município de São João da Barra.

No Espírito Santo, o GERCO está vinculado à Gerência de Recursos Naturais do IEMA que tem por finalidade o planejamento, a implantação, a coordenação e a execução de ações relacionadas com a preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais, bem como o desenvolvimento de estudos e

pesquisas ambientais, utilizando-se de técnicas de zoneamento e planos de conservação, buscando o desenvolvimento sustentável de forma integrada com a proteção e conservação dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade.

O Gerenciamento Costeiro no Espírito Santo – GERCO-ES tem por finalidade, conforme disposto na Instrução de Serviço/IEMA 108-S, de 15 de setembro de 2005:

- O planejamento, a implantação, a coordenação e a execução de ações relacionadas à preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais costeiros;
- A identificação e mediação de conflitos na Zona Costeira do Espírito Santo;
- A implementação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (instituído pela Lei 5.816/98 e seus instrumentos); e
- A coordenação e execução de Programas do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira – PAF que visem o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira brasileira.

Também vinculado ao GERCO-ES está a coordenação do Projeto Orla.

### ➤ Unidades de Conservação

As unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) dividem-se em dois grupos, com as seguintes categorias de manejo (Tabela II.5.3.58).

**TABELA II.5.3.58 – Categorias de manejo das unidades de proteção.**

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Proteção Ambiental Estadual
Parque Nacional	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Estadual	Floresta Nacional
Monumento Natural	Floresta Estadual
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva Extrativista
	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

As unidades de conservação devem possuir instrumentos de planejamento e gestão ambiental. As unidades de proteção integral, onde é permitido apenas o uso indireto, como os parques nacionais, devem elaborar um plano de manejo para estabelecer as diretrizes básicas do manejo da unidade, utilizando técnicas de planejamento ecológico para determinar o zoneamento da unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico de acordo com suas finalidades (IBAMA, 1996). As unidades de conservação de uso sustentável, onde é permitido o uso direto, admitem a presença de moradores, como as reservas extrativistas, cuja gestão cabe a um Conselho Deliberativo, composto por representantes do órgão ambiental e de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e das populações tradicionais que residem na área.

O Item II.5.2 – Unidades de Conservação apresenta as unidades de conservação na área de influência e a informação sobre a existência ou não de planos de manejo.

### ➤ **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)**

O ZEE é um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, compatibilizando as relações econômicas, sociais e ambientais. Tem como objetivo integrar as ações e políticas públicas territoriais, bem como a articulação com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno com a gestão do território (MMA, 2011).

No Rio de Janeiro, a Lei Estadual 5.067/07, regulamentou o zoneamento ecológico-econômico do Estado do Rio de Janeiro e conferiu competência à Secretaria de Estado do Ambiente para coordenação da elaboração e implementação do projeto, em conjunto com as Secretarias de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Obras (GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2011).

No Espírito Santo, o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico no Estado do Espírito Santo – PEZEE-ES (Decreto Estadual 2.086-R, de 01/07/08) tem como objetivos: contribuir para a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo subsidiar a formulação de políticas de ordenação do território, orientar os diversos níveis decisórios para a adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico do país, propondo soluções de proteção ambiental e de desenvolvimento; e, orientar os investimentos do governo e da sociedade civil segundo as peculiaridades das áreas definidas como zonas e tratadas como unidades de planejamento, buscando a melhoria das condições de vida da população e a redução dos riscos de perda do patrimônio natural.

### ➤ **Planos Diretores Municipais**

O Plano Diretor dos municípios também é um importante instrumento de gestão ambiental, já que nele são previstas diretrizes e ações nas áreas de turismo, meio ambiente, pesca, entre outras. Dos municípios da área de influência, apenas São João da Barra não têm seu Plano Diretor instituído. As leis que os instituem encontram-se na Tabela II.5.3.59.

**TABELA II.5.3.59 – Planos Diretores dos municípios da área de influência**

<b>Município</b>	<b>Plano Diretor</b>
Arraial do Cabo	Lei Municipal 602/92
Cabo Frio	Lei complementar 001/06
Macaé	Lei Complementar 076/06
São João da Barra	Em elaboração
São Francisco de Itabapoana	Lei Municipal 228/06
Itapemirim	Lei Complementar 024/06

## L) Principais recursos naturais utilizados

Importantes ecossistemas estão localizados na área de influência do empreendimento, como praias, restingas, estuários, manguezais e costões rochosos. A faixa costeira dos municípios da área de influência apresenta elevado valor ecológico e a qualidade de seus recursos naturais é de extrema relevância do ponto de vista socioeconômico, tendo em vista que as atividades turísticas e pesqueiras realizadas são importantes fontes de renda e emprego para grande parte da população.

O turismo, especialmente o realizado na região de Arraial do Cabo e de Cabo Frio, em função de sua paisagem natural, representa importante fonte de renda e emprego (Figuras II.5.3.16 e II.5.3.17). Os demais municípios que compõem a área de influência – Norte Fluminense e Microrregião de Itapemirim – apresentam menor expressão no que se refere à atividade turística. Seu litoral, no entanto, é utilizado para o lazer da população local e para a atividade pesqueira.



**FIGURA II.5.3.16 – Arraial do Cabo**

Foto: Acervo AECOM



**FIGURA II.5.3.17 – Cabo Frio**

Foto: Acervo AECOM

A pesca, desenvolvida em todos os municípios da área de influência (Figuras II.5.3.18 e II.5.3.19), envolve um grande contingente de trabalhadores. É praticada nos rios, lagoas, estuários, manguezais, costões rochosos, praias e em regiões afastadas do litoral, alcançando a área do talude continental.



**FIGURA II.5.3.18 – Arrasto de praia em Arraial do Cabo.**

Foto: Acervo AECOM



**FIGURA II.5.3.19 – Desembarque do pescado em São Francisco de Itabapoana.**

Foto: Acervo AECOM

Em função da importância da preservação dos recursos naturais, há na área de influência duas Unidades de Conservação. A Reserva Extrativista de Arraial do Cabo (Figura II.5.3.20), dentre seus objetivos, foi criada com vistas à preservação dos recursos pesqueiros e a manutenção de comunidades tradicionais de pescadores artesanais.



**FIGURA II.5.3.20 – Reserva Extrativista de Arraial do Cabo**

Foto: Acervo AECOM

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (Figura II.5.3.21) foi criado com o objetivo de preservar o ecossistema de restinga. É uma unidade de proteção integral, ou seja, é apenas admitido o uso indireto de seus recursos para fins de pesquisa científica. O Parque abrange as planícies fluviais e marinhas do litoral de Quissamã, Carapebus e Macaé.



**FIGURA II.5.3.21 – Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, Macaé.**

Fonte: Prefeitura de Macaé, 2011. Foto: Rômulo Campos

Pode-se afirmar que a tendência futura dos recursos disponíveis no litoral e em alto mar, para o prazo de duração do empreendimento, é a sua deterioração, não obstante os mecanismos criados pelo poder público para sua preservação. O crescimento populacional desordenado, aliado à precária fiscalização dos órgãos competentes, acarreta na perda da qualidade das condições naturais.

O hidrocarboneto possui suma importância econômica na Bacia de Campos. É a maior região petrolífera produtora do Brasil, responsável por mais de 80% da produção do país. Após a queda do monopólio da produção de petróleo no final da década de 1990, o recurso passou a ser explorado não só pela estatal brasileira Petrobras, mas também por empresas privadas – Shell Brasil (Campos de Parque das Conchas, Bijupirá & Salema), BP Energy (Campo de Polvo), Chevron Brasil (Campo de Frade) e Statoil do Brasil (Campo de Peregrino). Pode-se afirmar que a tendência futura deste recurso, para o prazo de duração do empreendimento, é diminuição das reservas existentes, por não se tratar de um recurso renovável.

Em nota à imprensa, a ANP divulgou que, em junho de 2011, a produção de petróleo dos campos não operados pela Petrobras atingiu a marca de 200 mil barris por dia (bbl/d). O volume, pela primeira vez alcançado, teve como maior contribuição a produção das empresas citadas acima (ANP, 2011).

### M) Qualidade da Paisagem Natural

A paisagem natural da área de influência atrai grande contingente de turistas devido à sua beleza cênica. No entanto, o que atrai pode se tornar um fator de afastamento devido ao processo de degradação ambiental, o que compromete também a atividade pesqueira, principalmente a desenvolvida nas lagoas, rios, mangues e no litoral em áreas mais próximas à costa.

A Região das Baixadas Litorâneas apresenta um primeiro trecho, dirigindo-se a leste, desde a praia de Itaipuaçu, em Maricá, onde a paisagem é determinada pela presença de uma sequência de lagoas separadas do mar por estreita faixa de terra. Estas lagoas, que por muito tempo foram o principal atrativo turístico da região, hoje apresentam problemas consideráveis de deterioração de seus corpos d'água, o que não impede que continuem recebendo um grande número de veranistas, embora haja uma clara preferência pelas praias oceânicas da região. Um segundo trecho, inflexionando a nordeste, se inicia nas dunas de Cabo Frio, com um litoral recortado, onde são encontradas extensas praias, como as do Perú (Figura II.5.3.22) e das Conchas. É um trecho de grande beleza cênica aglutinador da atividade turística na região.



**FIGURA II.5.3.22 – Praia do Perú, Cabo Frio.**

Foto: Acervo AECOM

Em Macaé, há praias próprias para o banho, como a dos Cavaleiros, e impróprias, como a de Imbetiba (Figuras II.5.3.23 e II.5.3.24) . Situa-se nesse município a Lagoa de Imboassica, que passa por grande



pressão devido ao crescimento industrial e demográfico de Macaé: ocupações no entorno por condomínios residenciais, empresas, novas obras e a rodovia. A lagoa vem passando por processos de aterramento, assoreamento, abertura descontrolada da barra e descarte de resíduos.



**FIGURA II.5.3.23 – Praia dos Cavaleiros, Macaé.**

Fonte: Prefeitura de Macaé, 2011. Foto: Kaná Manhães



**FIGURA II.5.3.24 – Praia de Imbetiba, Macaé.**

Fonte: Prefeitura de Macaé, 2011. Foto: Kaná Manhães

Em São João da Barra, a paisagem natural e antrópica vêm sofrendo modificações em função do Rio Paraíba do Sul, cuja nascente é no estado de São Paulo, passando por Minas Gerais até seu deságue no distrito de Atafona (Figura II.5.3.25). Ao longo do Paraíba do Sul, são encontradas diversas represas destinadas à provisão de água e eletricidade. Suas águas também são utilizadas para abastecimento industrial e disposição final de esgoto. Como consequência, o distrito de Atafona sofre um processo de deterioração dos corpos d'água.

Em São Francisco de Itabapoana, são cerca de 60 km de praias, como as de Santa Clara, Guaxindiba, Gargaú, Sonho, Sossego e Barra do Itabapoana (Figura II.5.3.26). Caracterizam-se principalmente por suas areias medicinais e pelos atrativos naturais. Outros atrativos são as Ilhas de Lima, do Peçanha e da Convivência, que, na foz do Paraíba do Sul, possuem cerca de 200 km<sup>2</sup> de áreas de manguezais ricas em espécies de crustáceos, canais tipo igarapé, várias pequenas lagoas, ilhas de areias e vegetação nativa.



**FIGURA II.5.3.25 – São João da Barra**

Foto: Acervo AECOM



**FIGURA II.5.3.26 – Praia de Gargaú, São Francisco de Itabapoana**

Foto: Acervo AECOM

Itapemirim, no Espírito Santo, possui dois importantes balneários: Itaoca (Figura II.5.3.27) e Itaipava (Figura II.5.3.28), que possuem atrativos turísticos baseados na paisagem natural. Em Itaipava, no entanto, a orla sofre as ações do assoreamento da faz do Rio Itapemirim e erosão pela ação da maré. A proposta de abertura de dois canais foi considerada como emergencial pela justiça e foi colocada em prática a partir de 23 de julho deste ano (PREFEITURA DE ITAPEMRIM, 2011).



**FIGURA II.5.3.27 – Balneário de Itaoca, Itapemirim**

Fonte: Site Flickr do Yahoo-Photos, 2011.



**FIGURA II.5.3.28 – Itaipava, Itapemirim**

Foto: Acervo AECOM

## **N) Caracterização da atividade pesqueira**

Em 2006, a equipe de socioeconomia da AECOM (antiga ENSR) produziu seu primeiro Estudo de Impacto Ambiental na Bacia de Campos para o Sistema de Produção e escoamento de Gás Natural no Bloco BM-C-7 (Campo de Peregrino). Para a elaboração do estudo, foi realizado levantamento de campo em todos os municípios fluminenses da Bacia de Campos – de Saquarema a São Francisco de Itabapoana. A partir dos resultados do levantamento, a equipe obteve um panorama da pesca artesanal praticada pelas diversas frotas destes municípios.

Desde então, a equipe executou, na Bacia de Campos, o monitoramento de embarcações pesqueiras nas zonas de segurança de unidades petrolíferas através da implementação de Projetos de Comunicação Social de cinco blocos (BC-10, Shell; BM-C-32, Devon; BM-C-37, Maersk Oil; BM-C-29 e BM-C-30, Anadarko) e cinco campos de produção (Peregrino, Statoil; Parque das Conchas e Bijupirá & Salema, Shell; e Frade, Chevron). Como resultado do monitoramento, verificou-se a existência de frotas especializadas na modalidade de pesca conhecida popularmente pelos pescadores de pesca de plataforma nos municípios de Cabo Frio, Macaé, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, no estado do Rio de Janeiro, e Itapemirim, no estado do Espírito Santo.

Na pesca de plataforma, são utilizados três tipos de petrechos: linha de mão boiada, vara e isca viva, e linha de mão de fundo, sendo as duas primeiras direcionadas à captura de atum e cavala e a última de peixes de fundo como namorado, cherne e garoupa. O espinhel de superfície, apesar de ser utilizado em profundidades acima de 60 m para captura de dourado, não é utilizado próximo às plataformas. Seu comprimento varia

entre 1,5 e 24 milhas, o que impede sua utilização próximo às plataformas, pois há risco de perda de material. No entanto, é frequente embarcações que utilizam esse petrecho encostarem-se às plataformas para ancoragem ou abastecimento de isca (“iscar o barco”) com pequenas espécies de atum (bonito, gaiado). Além disso, fora da safra do dourado, é comum que tais frotas direcionem seus esforços para outros pescados com ocorrência nas proximidades das plataformas, atum, principalmente.

Para comunicação social de atividades petrolíferas, como parte dos PCSs implementados, e para elaboração do Plano de Trabalho de Educação Ambiental do Campo de Frade, a equipe realizou, nos últimos cinco anos, nove campanhas de campo nas sedes das entidades locais e nos principais portos de desembarque pesqueiro na Bacia de Campos. Nas campanhas, a equipe aproveitou para atualizar seu banco de dados de pesca artesanal e coletar novas informações sobre a dinâmica pesqueira com foco nas frotas que praticam a pesca de plataforma.

Destaca-se a importância da observação das embarcações pesqueiras nos portos para identificação dos portos de origem. Como o nome do município escrito no costado do barco refere-se ao local de inscrição na Capitania dos Portos, o monitoramento das zonas de segurança por si só não permite identificar o porto de origem das embarcações, sendo necessário o cruzamento das informações.

Outro trabalho desenvolvido pela equipe da AECOM que possibilitou um maior entendimento da dinâmica pesqueira foi o Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos, desenvolvido pela Petrobras nos anos de 2008 a 2010. O trabalho da equipe consistiu no monitoramento do desembarque pesqueiro de onze portos localizados entre os municípios de Saquarema e São Francisco de Itabapoana e na caracterização socioeconômica dos municípios fluminenses integrantes da bacia. Para utilização de dados neste relatório, foi consultado o Boletim Estatístico da Pesca Marítima na Bacia de Campos, entre agosto de 2008 e junho de 2009, uma vez que o mesmo já foi publicado e é de domínio público.

Conclui-se, portanto, que a atividade de desenvolvimento e escoamento da produção de petróleo no Bloco BM-C-41 possui potencial de impacto nas atividades pesqueiras artesanais de frotas existentes nos municípios de Cabo Frio, Macaé, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Itapemirim.

A seguir, é apresentada a caracterização da pesca artesanal praticada pelas frotas dos municípios costeiros entre Saquarema e Itapemirim. Logo após, é apresentada a síntese da dinâmica pesqueira dos municípios que compõem a área de influência do empreendimento pelo critério da interferência na atividade pesqueira artesanal.

## **Saquarema**

A pesca em Saquarema é exercida tanto na lagoa como no mar. Durante muitos anos, a boca da barra de comunicação da lagoa com o mar foi mantida fechada, impedindo a renovação da água bem como a entrada de peixes na lagoa. Paralelamente, a grande expansão urbana na região e a consequente poluição dos corpos d'água levaram à degradação do ambiente lagunar e ao esgotamento dos recursos pesqueiros existentes, tendo como resultado a redução da importância econômica e social da pesca lagunar no município, favorecendo a manutenção da pesca marítima como alternativa para os pescadores locais.

Em 2003, o canal foi aberto e dragado através do Projeto de Revitalização da Lagoa de Saquarema, promovida pelo governo do estado do Rio de Janeiro. A abertura do canal proporcionou a ligação permanente entre o mar e a lagoa, melhorando as condições ambientais e pesqueiras. Já são observadas espécies de peixes e crustáceos (bagre, camarão, siri, robalo e tainha) que já não eram mais encontradas. Além disso, antes da abertura do canal, a pesca em Saquarema estava restrita a apenas 120 dias por ano, período em que as condições de mar permitem a realização da atividade (Figura II.5.3.29).



**FIGURA II.5.3.29 – Vista da Lagoa de Saquarema e Praia de Itauna.**

Foto: Acervo AECOM.

As principais modalidades de pesca empregadas pelos pescadores marítimos de Saquarema são: linha de mão, utilizada em profundidades entre 5 e 80 m; espinhel de fundo, empregado em até 60 m de profundidade; rede de espera, utilizada em profundidades entre 5 e 30 m.

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema estima que haja 800 pescadores no município (2006), utilizando botes boca aberta com motor de popa (Figura II.5.3.30). A área de atuação dos pescadores de Saquarema abrange o trecho entre Saquarema e Arraial do Cabo. O desembarque do pescado é normalmente efetuado na Praia de Itaúna, onde existe um guincho para puxar os barcos para a praia, e ainda na praia da Vila e no Porto da Barra, na Barra da Lagoa. A comercialização é realizada principalmente para atravessadores, sendo que também ocorrem vendas diretas ao consumidor final.



**FIGURA II.5.3.30 – Botes boca aberta na Praia de Itauna.**

Foto: Acervo AECOM.

## Araruama

Em Araruama, a pesca é realizada principalmente no sistema lagunar e, em menor escala, na região marítima. Não existe colônia de pesca no município, e com isso, os pescadores que atuam no mar, localizados principalmente na Praia Seca, estão geralmente associados à Colônia de Pescadores Z-5 de Arraial do Cabo.

Com relação à pesca marítima, levantamentos de campo de 2006 indicaram a existência de cerca de 110 pescadores e quatro canoas a remo, com de 3 a 7 m de comprimento. As principais artes de pesca utilizadas para a pesca marítima são a linha de mão e o espinhel de fundo, utilizadas para a captura de cherne, namorado, pargo e xerelete, em profundidade de até 60 m. A área de atuação dos pescadores de Araruama abrange o trecho de Saquarema a Arraial do Cabo.

## Arraial do Cabo

A pesca em Arraial do Cabo é uma das principais atividades econômicas do município, resultado da grande produtividade pesqueira da região proporcionada pelo fenômeno da ressurgência. Este fenômeno, característico da região, traz à superfície, junto com as águas frias do fundo do oceano, grande quantidade de nutrientes, atraindo uma enorme variedade de espécies e proporcionando condições bastante favoráveis à pesca.

A pesca praticada pelos pescadores do município é exercida preferencialmente nos limites da Resex de Arraial do Cabo e com características próprias, como o cerco de canoas praticado nas praias do município. A pescaria inclui o trabalho em terra realizado pelos “maestros”, como são conhecidos os responsáveis por localizar os cardumes, que ficam posicionados em locais que permitam uma visão panorâmica do mar.

Segundo informações da colônia coletadas em outubro de 2009, os principais petrechos e espécies encontrados pelos pescadores associados são:

- Linha de mão – utilizada em até 50 m de profundidade entre Maricá e a Ilha de Cabo Frio na captura da anchova;

- Espinhel de fundo – utilizado em até 80 m de profundidade entre Maricá e Macaé cuja principal captura é o namorado;
- Cerco – utilizado na Resex para captura de sardinha, corvina e tainha;
- Rede, puçá e zagarelho – utilizado na Resex para captura de lula.

Na sede do município, as comunidades de pesca são distribuídas de acordo com a praia: Grande, Prainha e dos Anjos. Mais afastados da sede do município, é encontrada a comunidade pesqueira no distrito de Monte Alto.

Na Fundação de Instituto e Pesca de Arraial do Cabo – FIPAC, o diretor administrativo e financeiro, Sr. Ronaldo Andrade de Mendonça juntamente com o presidente, Sr. Paulo Fernandes de Carvalho, contribuiu com o levantamento do município (outubro/2009). Foi informado pelos diretores da fundação que em Arraial do Cabo há cerca de 1.500 pescadores artesanais e que a maioria possui barcos médios e grandes, com casario, os quais desembarcam na marina, e 120 barcos pequenos e grandes sem casario, que conservam o pescado em urnas.

Em geral, o pescado é comercializado diretamente para atravessadores e donos de peixarias da região. A comercialização direta para consumidores finais ou donos de restaurantes e pousadas ocorre na alta temporada do turismo. O desembarque pesqueiro ocorre, principalmente, na Marina dos Pescadores, localizada na praia dos Anjos (Figura II.5.3.31).



**FIGURA II.5.3.31 – Marina dos Pescadores.**

Foto: Acervo AECOM.

## Cabo Frio

O porto pesqueiro de Cabo Frio é um dos principais locais de desembarque do estado, recebendo embarcações pesqueiras de outros municípios e estados (Figuras II.5.3.32 e II.5.3.33). O município possui empresas especializadas na captura de espécies pelágicas como atuns e sardinhas, além de realizarem a captura do pescado, absorvem boa parte da produção da frota de pequena escala do município.



**FIGURA II.5.3.32 – Desembarque de bonito listrado no Mercado Municipal.**

Foto: Acervo AECOM.



**FIGURA II.5.3.33 – Desembarque de dourado no Mercado Municipal.**

Foto: Acervo AECOM.

A partir da década de 1970, com o processo de urbanização ocorrido em Cabo Frio, impulsionado principalmente pelo turismo, as comunidades tradicionais de pescadores foram dispersas para diferentes bairros. Duas exceções podem ser citadas: os pescadores da Gamboa, comunidade localizada próximo ao Centro que resiste à pressão imobiliária, e a da Praia do Siqueira, no entorno da Lagoa de Araruama (neste caso, não foi realizada a caracterização, uma vez que não se trata de pesca praticada em ambiente marítimo).

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores de Cabo Frio Z-4, Sr. Alexandre Marques (julho/2011), há aproximadamente 900 associados, mas, no município, há cerca de 2.000 pescadores. A frota pesqueira do município é bem diversificada, composta por cerca de 200 embarcações artesanais, sendo que cerca de 50% deste total pratica a pesca de plataforma. No entanto, diferentes frotas de embarcações de pesca são originárias do município – desde botes boca aberta sem motor até traineiras e atuneiros de porte industrial. A Tabela II.5.3.60 apresenta um resumo das características da pesca de Cabo Frio, conforme relato obtido.

**TABELA II.5.3.60 – Frota pesqueira de Cabo Frio**

Petrecho	Espécies alvo	Área de pesca	Tipos de embarcação
Linha de fundo	Anchova, espada, pargo	Até 60 m de profundidade. Entre Armação dos Búzios e Cabo Frio.	Barcos motorizados boca aberta. Comprimento de 6,5 – 7 m. 2 a 3 tripulantes. Armazenamento do pescado em urnas.
Linha de fundo (Figura II.5.3.35)	badejo, pitangola, cherne	50 – 250 m de profundidade. Do Cabo de São Tomé ao Rio de Janeiro.	Barcos motorizados com casario. Comprimento de 8 – 15 m. 5 a 6 tripulantes. Armazenamento do pescado em urnas.
Espinhel de fundo	Namorado, batata	Após a queda da plataforma continental (acima de 200 m de profundidade). Do Cabo de São Tomé ao Rio de Janeiro.	Barcos motorizados com casario. Comprimento de 8 – 15 m. 5 a 6 tripulantes. Armazenamento do pescado em urnas.

Petrecho	Espécies alvo	Área de pesca	Tipos de embarcação
Espinhel de superfície	Dourado, cações	A partir de 60 m de profundidade até o talude continental (acima de 200 m de profundidade). De Guarapari a Laguna.	Barcos motorizados com casario. Comprimento de 12 – 18 m. 5 a 6 tripulantes. Armazenamento do pescado em urnas.
Rede de espera	Xerelete, cação, anchova, maria mole, corvina	15 – 45 m de profundidade. Entre Cabo Frio e Saquarema.	Barcos motorizados boca aberta. Comprimento de 8 – 9 m. 3 a 4 tripulantes. Sem conservação do pescado a bordo.
Linha de superfície	Pitangola, olhete, cavala	Após a queda da plataforma continental (acima de 200 m de profundidade). Do Cabo de São Tomé a São Sebastião.	Barcos motorizados com casario. Comprimento de 10 – 15 m. 5 a 6 tripulantes. Armazenamento do pescado em urnas.
Arrasto duplo	Peixes de fundo	De Cabo Frio ao Rio de Janeiro, em lâmina d'água variando de 30 a 150 m.	Barcos industriais*
Cerco	Sardinha	Entre o Cabo de São Tomé e o Cabo de Santa Marta. Em até 70 m de profundidade.	Barcos industriais (traineiras)*
Espinhel de superfície	Atum, dourado, cação	Em todo o litoral do Brasil, mas preferencialmente nas Bacias de Campos e Santos, em profundidades variando entre 100 e 600 m.	Barcos industriais*

\*As informações acerca da frota industrial foram obtidas com os rádios operadores da Estação Costeira Atalaia.



**FIGURA II.5.3.35 – Pescaria com linha de fundo de embarcação de Cabo Frio.**

Foto: Acervo AECOM

A Associação de Pescadores e Amigos da Gamboa é uma entidade representativa dos pescadores localizados na sede do município, com cerca de 100 associados. A presidente informou que, no bairro da Gamboa,



existem aproximadamente 90 embarcações artesanais distribuídas conforme Tabela II.5.3.61 (fevereiro/2011).

**TABELA II.5.3.61 – Número de embarcações da Gamboa**

Tipo	Tamanho	Nº de barcos
Barco sem motor	Menor ou igual a 8 m	17
Barco sem casario	Não especificado	20
Barco pequeno com casario	Menor ou igual a 8 m	20
Barco médio com casario	De 8 a 12 m	28
Barco com casario grande	De 12 a 16 m	5

Os principais petrechos utilizados e espécies capturadas pelos pescadores da Gamboa são:

- Cerco – praticado nas proximidades da Ilha de Cabo Frio na captura de sardinha, cavalinha, serra, bonito, xerelete, anchova, goete, galo e folha de mangue. São empregadas embarcações classificadas como traineiras com 11 a 14 m de comprimento;
- Espinhel de fundo – praticado em até 200 m de profundidade entre a Bahia e Angra dos Reis. Muitos pescadores realizam esta pescaria nas plataformas de petróleo da Bacia de Campos. Capturam principalmente batata, cherne, namorado, cações, pargo e raia. São empregadas, nesta pescaria, embarcações com casario de porte médio;
- Linha de mão do tipo currico – praticada em até 120 m de profundidade entre Armação dos Búzios e Saquarema na captura de serra, bonito, xerelete e palombeta.

Além das frotas localizadas na sede do município, representativa também é a frota do 2º distrito de Cabo Frio: Santo Antonio. O distrito localiza-se na foz do rio São João e o movimento do desembarque do pescado é intenso no período da manhã, principalmente nos dias que antecedem os fins de semana e feriados.

Segundo o presidente da Associação dos Pescadores do São João, no 2º distrito de Cabo Frio existem 40 pescadoras que atuam na atividade de filetagem, pescaria e descasque do camarão entre os 400 pescadores. A Tabela II.5.3.62 apresenta a distribuição das embarcações de acordo com o presidente da associação.

**TABELA II.5.3.62 – Número de barcos dos pescadores do São João**

Tipo	Tamanho	Nº de barcos
Barco sem motor	-	40
Barco pequeno sem casario	Menor ou igual a 8m	35
Barco grande sem casario	Maior que 8m	10
Barco pequeno com casario	Menor ou igual a 8m	4
Barco médio com casario	De 8 a 12m	6

Os principais petrechos e as espécies capturadas pelos pescadores do 2º distrito são:

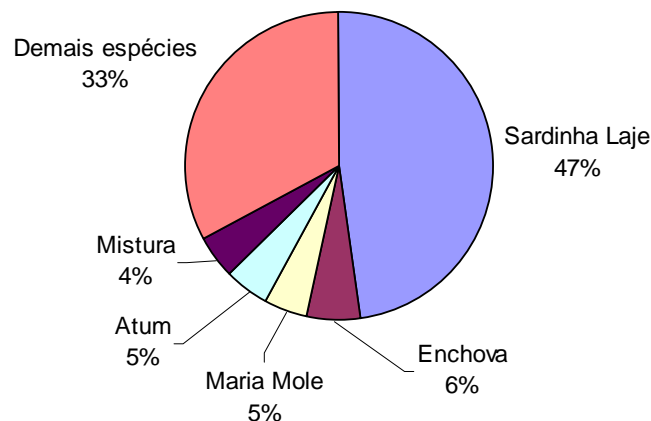
- Rede de espera – praticada entre 15 e 40 m de profundidade entre Cabo Frio e Atafona para captura de tainha e pescadinha;
- Arrasto – praticado entre 30 e 40 m de profundidade entre Armação dos Búzios e Atafona na captura dos camarões sete barbas e barba russa;
- Cerco de praia – praticado nas praias locais na captura de robalo, galo e xerelete.

## Armação dos Búzios

Em Armação dos Búzios, existem diversas comunidades de pescadores, localizadas principalmente nas praias de Geribá, Rasa e Centro. No entanto, a importância do turismo no município, associado às condições de qualidade da água para a prática do mergulho livre, favorece que os pescadores frequentemente utilizem suas embarcações para passeios turísticos bem como para o mergulho e a pesca esportiva, atividades melhor remuneradas que a pesca comercial.

A atividade pesqueira é caracterizada principalmente pelo cerco da sardinha, recurso vendido como isca viva para frota de outros municípios especializadas em capturas de atuns e dourados. A sardinha para isca viva é vendida diretamente para essas embarcações, não ocorrendo seu desembarque em terra.

De acordo com o Boletim Estatístico da Pesca Marítima na Bacia de Campos (agosto de 2008 a junho de 2009), Armação dos Búzios apresentou uma produção de 200,87 ton. de pescado (Figura II.5.3.35), sendo que deste total, 47% eram de sardinha laje. Considerando que boa parte da produção de sardinha laje não é desembarcada, pode-se afirmar que a sardinha é o produto pesqueiro mais representativo de Armação dos Búzios, cujas capturas são praticadas em ambientes costeiros próximos ao município, com o uso de rede de cerco.



**FIGURA II.5.3.35 – Principais espécies capturadas em Armação dos Búzios**

Fonte: Adaptado de IBAMA/PETROBRAS/AECOM, 2009.

Apesar de o atum ser o quarto produto mais pescado em volume em Armação dos Búzios no período analisado, 99,8% do seu desembarque foi realizado em um único mês, caracterizando um desembarque ocasional deste produto pela frota de Armação dos Búzios. As demais espécies destacadas na Figura II.5.3.x são capturadas em ambientes costeiros próximos ao município.

Além do cerco da sardinha, outras modalidades de pesca apresentam importância no contexto da pesca local como: rede de espera (anchova, maria mole), utilizada para a captura em profundidades variando de 10 a 60m; arrasto do camarão em profundidades variando de 10 a 30 m; linha de mão, utilizada predominantemente pela comunidade da Rasa, em profundidades de até 50 m; e arpão (mergulho), utilizado para captura de lagosta, em profundidades entre 10 e 30 m.

Com relação à área de atuação dos pescadores deste município, segundo o presidente da Colônia de Pescadores Z-23 (julho/2009), a área corresponde ao trecho entre a costa de Arraial do Cabo e Rio das Ostras, não ultrapassando, em geral, 80 m de profundidade.

A pesca no município é praticada por cerca de 450 pescadores, que utilizam uma frota pesqueira composta por 305 embarcações, representada principalmente por pequenas embarcações motorizadas. O pescado capturado é comercializado tanto para os atravessadores como para restaurantes e consumidor final. O desembarque do pescado é realizado no Cais do Centro e na praia Rasa.

### Rio das Ostras

Os pescadores de Rio das Ostras são representados pela Colônia Z-22. Segundo estimativas do presidente da colônia (julho/2009), há 200 pescadores atuando na pesca no município utilizando 45 embarcações, compostas por barcos motorizados com cerca de 9 m de comprimento.

A pesca marítima do município é realizada com os seguintes petrechos:

- Rede de espera boiada, empregada em profundidades de 15 a 50 m, entre a foz do rio Paraíba do Sul e Rio das Ostras;
- Rede de espera de fundo (Figura II.5.3.36), empregada em profundidades de 15 a 100 m; entre a foz do rio Paraíba do Sul e Rio das Ostras;
- Linha de mão, utilizada em profundidades em torno de 65 m, entre Macaé e Cabo Frio;
- Arrasto de camarão, utilizado em até 30 m de profundidade, entre Barra de Itabapoana e a foz do rio São João.

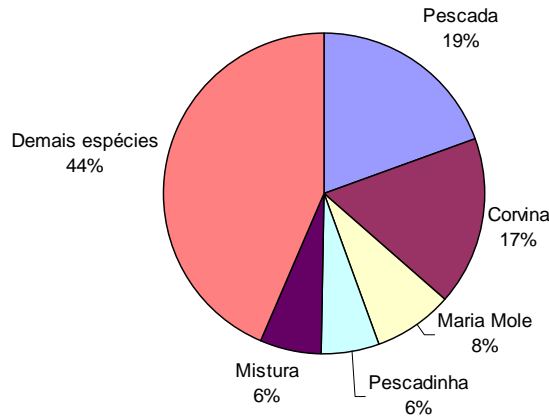


**FIGURA II.5.3.36 –  
Embarcação com rolo para  
puxar a rede de espera.**

Foto: Acervo AECOM.

No município, não há um tipo de pescado que se sobressaia em termos de captura. Segundo o Boletim Estatístico da Pesca Marítima na Baía de Campos, entre agosto de 2008 e junho de 2009 foram capturados

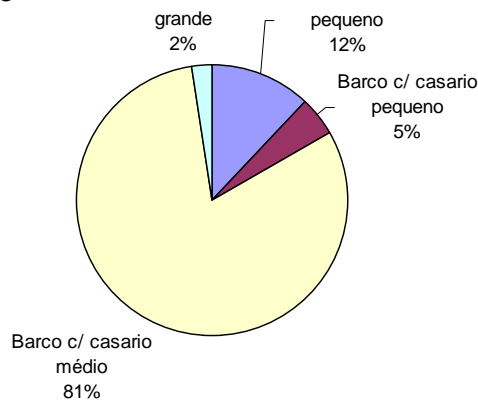
68 produtos de pescado, sendo que as cinco mais capturadas foram a pescada, corvina, maria mole, pescadinha e mistura (Figura II.5.3.37).



**FIGURA II.5.3.37 – Principais espécies capturadas em Rio das Ostras.**

Fonte: Adaptado de IBAMA/PETROBRAS/AECOM, 2009.

Ainda segundo o monitoramento, há apenas uma embarcação de porte grande (acima de 12 m de comprimento) em Rio das Ostras (Figura II.5.3.38).



**FIGURA II.5.3.38 – Composição da frota de Rio das Ostras.**

Fonte: Adaptado de IBAMA/PETROBRAS/AECOM, 2009.

Segundo o presidente da colônia, há duas embarcações atuando com espinhel de superfície para captura de dourado entre Vitória e Ubatuba, em profundidades acima de 200 m.

**Macaé**

Assim como em Cabo Frio, não é possível identificar em Macaé uma comunidade de pescadores artesanais. A urbanização ocorrida ao longo da década de 1970, impulsionado principalmente pela instalação da Petrobras no município, desencadeou um processo de especulação imobiliária, “expulsando” as comunidades de seus locais de origem. Atualmente, os pescadores residem em bairros carentes em investimento público e altos índices de violência. Nestes bairros, a maioria populacional não é de pescadores, não sendo possível, desta forma, classificá-los por comunidades pesqueiras.

Segundo os dirigentes, diferentes artes de pesca são praticadas pelos pescadores de Macaé, conforme relação a seguir:

- Cerco – pescaria realizada para “iscar” os barcos com sardinha, galo e xerelete, em profundidades de até 40 m em frente ao município;
- Rede de espera (cabellino) – utilizada para capturar pescadinha, maria mole, goete e castanha em até 60 m de profundidade entre Atafona e Arraial do Cabo;
- Rede de espera (mijuada) – utilizada para capturar cações, corvina, serra e anchova em até 80 m de profundidade entre Atafona e Angra dos Reis;
- Arrasto de camarão – praticado entre Atafona e Armação dos Búzios, em até 50 m de profundidade;
- Linha de mão de fundo – utilizado para captura de badejo, cherne, olho de boi e pitangola em até 200 m de profundidade entre Vitória e Angra dos Reis;
- Espinhel de superfície (Figura II.5.3.39) – utilizado para a pesca de dourado, meca e cações;
- Linha de mão de superfície – utilizada para a captura de atum e cavala;
- Linha de mão de meia água – utilizada para captura de olhete, pitangola, anchova e xerelete, utilizando 40 braças de linha (cerca de 80 m de comprimento).



**FIGURA II.5.3.39 – Embarcação equipada com espinhel de superfície.**

Foto: Acervo AECOM.

No município, existem cerca de 100 embarcações que realizam a pesca no entorno de plataformas (25% do total de embarcações de Macaé), com comprimentos variando entre 12 e 15 m. Geralmente, saem para o mar com mais de um tipo de petrecho: espinhel de superfície e linha de mão. O espinhel de superfície não é empregado próximo às plataformas de petróleo, pois como a linha deste material é muito extensa, a tripulação corre o risco de perder o material caso agarre nas plataformas. Quando a pescaria com espinhel não está propícia, ou estão no período noturno, as embarcações utilizam o entorno das plataformas para a pesca com linha de mão utilizada em meia água ou no fundo.

Os dirigentes informaram ainda que há no município mais de 2.000 pescadores, sendo que 1.500 são inscritos na colônia. Há apenas 30 mulheres inscritas, mas acreditam que haja mais 150 trabalhando no descasque de camarão e na filetagem de peixe.

O desembarque do pescado ocorre preferencialmente no Mercado Municipal de Macaé. No entanto, as embarcações de médio (8 a 12 m) e grande porte (12 a 16 m) utilizam outros portos, como os de Barra de Itabapoana, Cabo Frio, Jurujuba, Itacuruça, Angra dos Reis, Ubatuba, São Sebastião e Itajaí.

## **Carapebus**

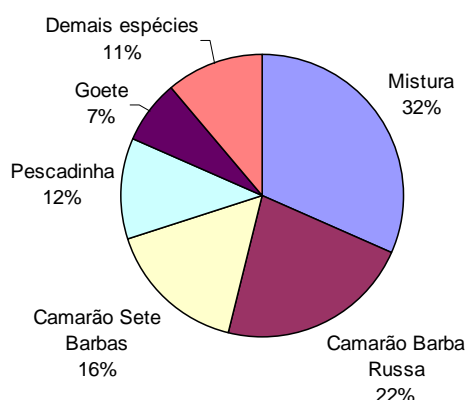
A pesca em Carapebus é realizada quase que em sua totalidade na Lagoa de Carapebus com o uso da rede de espera. Os instrumentos usados para a pesca são, na maioria das vezes, dos donos dos barcos. Os pescadores usam barcos, chamados de “caíco”, denominação dada às canoas a remo com cerca de 6 m. O pescado neste município é utilizado, principalmente, como subsistência, sendo uma pequena parte comercializada para as peixarias locais.

Os pescadores de Carapebus encontram-se filiados à Associação dos Pescadores de Carapebus. Não existe uma colônia de pescadores no município, sendo direcionados para filiação na Colônia Z-3 de Macaé. Conforme coleta de dados realizada em 2006, a associação possuía 62 associados, embora estimativas do presidente da entidade apontassem a existência de cerca de 100 pescadores atuando na região, que utilizam aproximadamente 60 pequenas embarcações para pesca, das quais 30 são registradas. Entre as embarcações registradas, existem cinco barcos motorizados com 5 m de comprimento enquanto as 25 embarcações restantes são menores.

## **Quissamã**

Barra do Furado, vila de pescadores distante 42 km da sede do município, é onde se concentram as atividades pesqueiras no município, sendo o arrasto do camarão a pescaria mais praticada, realizada entre 15 e 25 m de profundidade. Outra pescaria realizada com menos frequência é a com rede de caída, utilizada em profundidades menores que 15 m.

Segundo o Boletim Estatístico da Pesca Marítima na Bacia de Campos, entre agosto de 2008 e junho de 2009, a maior produção das embarcações de Barra do Furado foi de mistura, com 32% do valor total das capturas. Durante o arrasto para a pescaria de camarão, há a captura da fauna acompanhante, composta por pequenos peixes de baixo valor comercial, chamada no estado do Rio de Janeiro como mistura. Em segundo e terceiro lugar, com maior volume de captura tem-se os camarões barba russa e sete barbas, respectivamente. Considerando que os três produtos com maior volume de captura em Barra do Furado são pescados com o uso de arrasto, pode-se afirmar que 70% das embarcações trabalham com essa arte de pesca. Em quarto e quinto lugar, tem-se a pescadinha e o goete, capturados com rede de espera em ambientes costeiros (Figura II.5.3.40).



**FIGURA II.5.3.40 – Principais espécies capturadas em Quissamã.**

Fonte: Adaptado de IBAMA/PETROBRAS/AECOM, 2009.

A maioria dos pescadores utiliza instrumentos próprios e embarcações com tamanho variando de 4 a 13 m de comprimento. Segundo informações fornecidas pela Associação de Pescadores de Barra do Furado em 2006, existiam 78 pescadores associados e 27 embarcações. A área de atuação dos pescadores de Barra do Furado abrange o trecho entre Saquarema e Barra de Itabapoana. O desembarque do pescado é efetuado no Terminal Pesqueiro, próximo à vila de Barra do Furado, situado no município de Campos dos Goytacazes (Figura II.5.3.41).



**FIGURA II.5.3.41 – Embarcação de arrasto no Terminal Pesqueiro.**

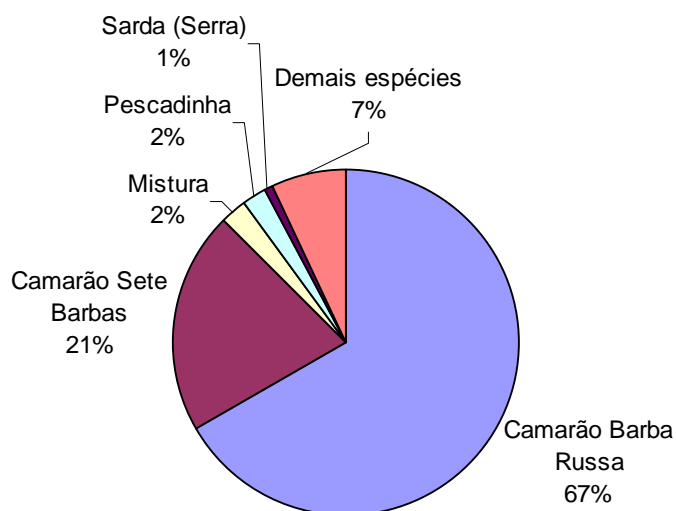
Foto: Acervo AECOM.

## Campos dos Goytacazes

Em Campos dos Goytacazes, há apenas uma localidade onde é praticada a pesca marítima, no distrito de Farol de São Tomé. Os desembarques ocorrem em dois pontos da Praia do Farol e em um no Terminal Pesqueiro próximo ao distrito de Barra do Furado. Segundo o presidente desta colônia, as embarcações de Farol de São Tomé são divididas entre barcos médios com casario (170 unidades) e barcos grandes com casario (três unidades).

A pesca realizada pelos pescadores de Farol de São Tomé é similar à praticada pelos pescadores de Barra do Furado. Os esforços são direcionados para a captura de diferentes espécies de camarão, sendo o sete-barbas e o barba-russa os mais frequentes.

Segundo o Boletim Estatístico da Pesca Marítima na Bacia de Campos, entre agosto de 2008 e junho de 2009, as capturas dos camarões barba russa e sete barbas e de mistura corresponderam a 90% do total capturado, demonstrando a importância da pescaria de arrasto na comunidade (Figura II.5.3.42).



**FIGURA II.5.3.42 – Principais espécies capturadas em Campos dos Goytacazes.**

Fonte: Adaptado de IBAMA/PETROBRAS/AECOM, 2009.

Tanto nos pontos da praia de Farol de São Tomé como no Terminal Pesqueiro são avistadas apenas embarcações empregadas no arrasto do camarão realizando o desembarque desse tipo de pescado. Conforme conversa realizada com pescadores na Praia do Farol, é muito difícil ocorrer outra pescaria no local, pois os pescadores do Farol não se adaptam a embarques longos. Para eles, o rendimento, aliado à comodidade de voltar para terra todos os dias, é satisfatório. O local configurou-se como fornecedor regional de camarão, o que pode ser comprovado pela movimentação dos portos, principalmente no final da tarde, com desembarque de grandes volumes deste pescado (Figura II.5.3.43).





**FIGURA II.5.3.43 – Desembarque de camarão na Praia do Farol.**

Foto: Acervo AECOM.

### São João da Barra

Em São João da Barra, existem duas comunidades pesqueiras: Atafona e Açú, sendo esta última caracterizada por atuar principalmente em ambiente lagunar. Segundo o presidente da colônia de pescadores (fevereiro/2011), são 1.200 pescadores no município e 300 embarcações. Do total de embarcações, 38% são barcos dedicados à pescaria com rede de caída, 38% são barcos de arrasto, 11% dedicados à pesca de plataforma, 11% dedicados a pescaria com espinhel do tipo pargueira e 3% são traineiras (rede de cerco). As principais artes de pesca do município, conforme relatado pelos dirigentes, são:

- Arrasto de camarão (sete barbas) – praticado entre Atafona e o Açú, em até 25 m de profundidade;
- Rede de caída – para captura de corvina, cações, pescada e tainha em até 60 m de profundidade entre Santa Cruz e Macaé;
- Rede de espera (mijuada) – utilizada para capturar cações, corvina, goete, sarda, anchova, badejo e garoupa em até 40 m de profundidade entre Santa Cruz e Macaé;
- Espinhel do tipo pargueira (de fundo) – para captura de peroá e pargo, utilizado em até 30m de profundidade entre São Mateus e o Açú;
- Cerco – para captura de bagre, anchova, tainha e xerelete, em profundidades de até 40 m em frente ao município.

As embarcações que realizam a pescaria de plataforma geralmente saem para a faina com três tipos de petrecho: espinhel de superfície (*long line*) (Figuras II.5.3.44 a II.5.3.47), currico e espinhel de fundo. Durante o dia, trabalham com espinhel para captura de dourados (apenas no período de safra, entre novembro e janeiro). À noite e fora do período da safra do dourado, trabalham com linha de fundo próximo às plataformas de petróleo. O currico é utilizado para iscar o barco, ou seja, capturam peixes menores que servem de isca para o dourado. A área destas pescarias compreende o trecho entre Conceição da Barra e Angra dos Reis, até a região do talude continental.



**FIGURAS II.5.3.44 a II.5.3.47 – Embarcações de Atafona que utilizam espinhel e linha de mão.**

Fotos: Acervo AECOM.

Em entrevistas realizadas com pescadores no cais pesqueiro de Atafona, foi informado que não é possível determinar a profundidade máxima alcançada pelas embarcações, uma vez que suas sondas não detectam profundidades superiores a 200 m, mas afirmam que a pescaria do dourado ocorre desde áreas mais “secas” (100 m de profundidade) até em águas profundas, provavelmente na região do talude continental.

### **São Francisco de Itabapoana**

Segundo o presidente da Colônia Z-1 de São Francisco de Itabapoana e a capataz de Guaxindiba (julho/2011), há cerca de 500 barcos no município e 1.800 pescadores associados, sendo 900 provenientes de Gargaú, 400 de Barra de Itabapoana e 500 de Guaxindiba.

Segundo pescador em Gargaú indicado à equipe pelo presidente da Colônia Z-1 para informar as características da pesca praticada nos distritos de Gargaú e Guaxindiba, a pescaria realizada nas duas comunidades é muito similar. As frotas existentes nas duas comunidades são, em geral, equipadas para dois tipos de pescaria: arrasto de camarão com de duas a quatro portas e linha de mão com puçá para captura do peroá.

Preferencialmente, as embarcações atuam na captura do camarão sete barbas. Nos períodos de defeso desta espécie ou quando o peroá apresenta preço satisfatório para a venda, as embarcações direcionam seus esforços para essa pescaria.

O arrasto do camarão é praticado entre Conceição da Barra e Macaé, em até 80m de profundidade. Já a área utilizada para a captura do peroá compreende o trecho entre Conceição da Barra e o Açu, em até 60 m de profundidade. A frota de Gargaú e de Guaxindiba é composta por embarcações motorizadas, com casario, com comprimento variando entre 9 e 12 m.

Em Barra de Itabapoana, a administradora da capatazia Nurieve Minguta informou que há cerca de 40 embarcações dedicadas à captura do dourado com espinhel de superfície. Outras espécies, como por exemplo, pescada, corvina, papa-terra e bagre são capturadas utilizando a rede de espera e o camarão sete barbas, obtido com o uso da rede de arrasto.

Aproximadamente 90% da frota de Barra de Itabapoana é composta de barcos médios com casario (comprimento maior que 8m e menor ou igual a 12 m), menos que 1% são de barcos pequenos sem casario (comprimento menor ou igual a 8 m) e o restante são de embarcações com casario grandes (comprimento entre 12 e 16 m) (Figura II.5.3.48).



**FIGURA II.5.3.48 – Embarcações de Barra de Itabapoana que utilizam espinhel e linha de mão.**

Foto: Acervo AECOM.

## **Presidente Kennedy**

Em Presidente Kennedy, a vila de Marobá é onde se concentra a comunidade de pescadores marítimos do município. Em 2009, foi inaugurada a Colônia de Pescadores de Presidente Kennedy Z-14, cujo presidente é o Sr. Carlos Roberto Alves Belonna, que forneceu os dados de pesca de seu município juntamente com o presidente da Associação de Pescadores de Marobá (outubro/2009).

Os pescadores de Marobá utilizam a região em frente ao município e a Marataízes como área de pesca. No entanto, segundo o presidente da colônia, existem alguns pescadores de Presidente Kennedy trabalhando em

embarcações de espinhel em Barra de Itabapoana, uma vez que no município não há porto que permita embarcações maiores que 8m aportarem.

O presidente da Associação de Pescadores de Marobá informou que existem 200 pescadores no distrito. A Tabela II.5.3.63 apresenta o número de embarcações existentes em Marobá, conforme estimativa do presidente da associação.

**TABELA II.5.3.63 – Características da frota artesanal de Presidente Kennedy**

Tipologia	Tamanho dos barcos	Quantidade
Barcos sem motor	-	6
Barco com casario pequeno	Menor ou igual a 8 m	60
Barco com casario médio	De 8 a 10 m	100
Barco com casario grande	Maior que 12 m	40

### Marataízes

Em Marataízes, há a Colônia de Pescadores Z-8 – Nossa Senhora dos Navegantes, cuja área de atuação, desta forma, é o próprio município de Marataízes. Como a colônia de Presidente Kennedy foi inaugurada recentemente, muitos pescadores ainda são filiados à Z-8, que contabiliza cerca de 2.500 pescadores associados (julho/2009).

Marataízes possui cerca de 800 embarcações pesqueiras distribuídas nas comunidades de Barra de Itapemirim, Centro, Pontal e Praia dos Cações. Os locais preferenciais de desembarque do pescado são Barra de Itapemirim, centro de Marataízes e no Pontal, onde há um cais de atracação para as embarcações pesqueiras (Figura II.5.3.49).



**FIGURA II.5.3.49 – Embarcações atracadas no Pontal.**

Foto: Acervo AECOM.

As principais artes de pesca praticadas pelos pescadores de Marataízes (julho/2009) são: rede de espera, utilizada em profundidades de até 60 m, para a captura da lagosta, também chamada de caçoeira; rede de arrasto, empregada em profundidades de até 30 m; linha de mão, utilizada em profundidades de até 80 m; e o

covo, utilizado em profundidades de 40 a 60 m.

Em geral, as embarcações pesqueiras não ultrapassam 100 m de profundidade. As principais espécies capturadas são: lagosta, camarão rosa, cação, pargo, peroá, corvina e chicharro. As áreas de pesca compreendem o trecho entre Macaé e Conceição da Barra. Na direção de Macaé, as espécies alvo são o peroá e o pargo, enquanto que na direção de Conceição da Barra o alvo são as lagostas.

### Itapemirim

Em Itapemirim, existem duas comunidades de pescadores: Itaoca e Itaipava. A primeira caracteriza-se pela atuação próxima à costa e a segunda é composta por uma grande frota que realiza longos deslocamentos (Figuras II.5.3.50 e II.5.3.51), sendo no estado do Espírito Santo, líder na exportação de atuns e dourados. O presidente da Colônia Z-10 informou, em fevereiro de 2011, que a entidade possui cerca de 2.200 associados.



**FIGURAS II.5.3.50 e II.5.3.51 – Embarcações de Itaipava que utilizam espínhel.**

Fotos: Acervo AECOM

Nesta mesma data, o presidente da colônia, juntamente com dois pescadores de Itaipava, informou à equipe que as frotas desta comunidade trabalham com espinhéis de superfície do tipo *long line* com até 24 milhas de comprimento. Para este tipo de pescaria, as embarcações ultrapassam as plataformas de petróleo, pois os petrechos, devido ao seu comprimento, podem enroscar nas pernas das plataformas. As principais espécies alvo são dourado, atum, meca e cação. No verão, quando os cardumes aproximam-se da costa, as embarcações atuam com o espínhel de superfície, chamado localmente de boieiro, com comprimentos de até 1,5 milhas.

Os barcos também trabalham com curricos próximo às plataformas de petróleo para captura de peixes como atum, serra e cavala (Figura II.5.3.52). Alguns deles, a partir do desenvolvimento de uma nova técnica de pesca, trabalham com vara, sem utilização de isca. À noite, suas sondas localizam os cardumes que geralmente concentram-se nas plataformas de petróleo. A embarcação, então, se aproxima do cardume e, com uma luminária acesa na lateral do barco, atrai o cardume para fora da zona de segurança da plataforma e captura o peixe com a vara. O presidente da colônia estima que haja no município 600 barcos realizando estas pescarias.



**FIGURA II.5.3.52 – Pesca de plataforma com currico praticada por embarcação de Itaipava**

Foto: Acervo AECOM.

As frotas de Itaipava acompanham a rota do dourado, única espécie de peixes que migra no Brasil de Norte para Sul, iniciando a migração no Recife (PE) e finalizando no Rio Grande (RS). Quando os cardumes se aproximam do litoral do sul do Espírito Santo e Norte Fluminense, é possível capturá-los em 60 m de profundidade, local chamado pelos pescadores de seco. No litoral das Baixadas Litorâneas, onde a queda da plataforma é mais acentuada, a profundidade mínima é de 80 m. Os cardumes chegam a essa região entre os meses de dezembro e janeiro.

Além do espinhel de superfície para captura de dourado, as embarcações são equipadas com espinhéis específicos para captura de cações, colocados em até 40 m de profundidade (meia água), linha de mão e vara para captura de atuns e ainda tarrafas para abastecer a embarcação de iscas (bonitos, lulas e sardinhas).

Os melhores portos para desembarque são os de Cabo Frio e Niterói, onde há melhor infraestrutura de cais e é possível obter melhores preços de venda. No entanto, grande volume é desembarcado no porto de Itaipava e vendido para as empresas da região: Atum do Brasil, em Itaipava, e Fisher Brasil, LBN Pescados e Zippilima Pescados, em Piúma. Além de compradoras, essas empresas possuem embarcações de até 20 AB, que utilizam o porto de Itaipava para embarque e desembarque e são tripuladas por pescadores desta comunidade.

Na comunidade de Itaoca as embarcações possuem comprimentos variando de 4m a 6m, tripuladas com um ou dois pescadores que atuam com o arrasto (balão) do camarão ou do baiacu. A pescaria caracteriza-se por durar apenas um dia, não ultrapassando os limites do município e atingindo até 30m de profundidade.

Há em Itaipava a Associação de Pescadores e Armadores do Distrito de Itaipava – APEDI, entidade representativa dos armadores de pesca do distrito. Segundo seu presidente, em Itaipava predomina uma frota composta de 300 embarcações pesqueiras, com comprimentos variando de 11 a 19 m, equipadas com de uma a três tinas para iscas vivas. Geralmente, são tripuladas por de seis a oito pescadores. Essas embarcações trabalham com diferentes artes de pesca, a saber:

- Espinhel para dourado – utilizado em profundidades mínimas de 60 m. Não é possível precisar a profundidade máxima atingida, uma vez que as sondas utilizadas nas embarcações detectam até 300 m de profundidade. Atuam desde o Recife até o Rio Grande;
- Linha de mão para atum – utilizada em profundidades acima de 200 m. Plataformas de petróleo são utilizadas como área de pesca;
- Linha de mão para sarda – utilizada preferencialmente em áreas de barrancos e plataformas de petróleo;
- Espinhel pelágico para meca (com mais de 20 milhas de comprimento) – utilizada em profundidades acima de 200 m.

O presidente acredita que haja ainda 25 embarcações com comprimentos variando de 4 a 6 m, tripuladas com um ou dois pescadores, atuando com o arrasto (balão) do camarão ou baiacu. A pescaria caracteriza-se por durar apenas um dia, não ultrapassando os limites do município e atingindo até 30 m de profundidade.

### Síntese da caracterização da pesca

Como resultado do estudo apresentado, constatou-se a existência de frotas pesqueiras artesanais em Itapemirim, no estado do Espírito Santo, e em São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Macaé e Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro que utilizam o espaço onde será realizada a produção petrolífera no Bloco BM-C-41.

Nos demais municípios estudados, a pesca artesanal ocorre em ambientes lagunares, estuarinos ou próximos ao litoral. Apesar de ter sido declarada por entrevistados a existência de embarcações com potencial para atuação em regiões compatíveis com a do Bloco BM-C-41 nos municípios de Arraial do Cabo e Rio das Ostras, elas representam um pequeno percentual da frota destes municípios, não sendo essa área de pesca representativa para a pesca praticada pelos pescadores de Arraial do Cabo e Rio das Ostras.

Adotou-se como estimativa de pescadores existentes na área de influência, as informações fornecidas pelas colônias de pescadores referentes à pesca marítima. Aproximadamente nove mil pescadores atuam nos municípios da área de influência, desenvolvendo atividades de pesca comercial (Tabela II.5.3.64).

**TABELA II.5.3.64 – Número de pescadores na área de influência**

Município	Número de pescadores
Cabo Frio	2.000
Macaé	2.000
São João da Barra	1.200
São Francisco de Itabapoana	1.800
Itapemirim	2.200
<b>TOTAL</b>	<b>9.200</b>

Fonte: Levantamentos de campo, 2009 a 2011.

#### (a) caracterização física das embarcações e métodos de conservação de pescado a bordo

Em geral, os municípios da área de influência possuem frotas pesqueiras artesanais diversificadas, podendo

ser encontradas embarcações com até 8m de comprimento que atuam próximo à costa, chamadas de boca aberta, embarcações empregadas no arrasto de camarão, entre 10 e 15 m, atuando em até 60 m de profundidade, e embarcações acima de 10 m atuando em regiões acima de 100 m de profundidade, atingindo o talude continental, ao longo das regiões Sul e Nordeste. Exceção é o distrito de Itaipava, cuja frota é bem homogeneia, composta por embarcações acima de 12 m com casario.

A Bacia de Campos, em isóbatas compatíveis com a área do Bloco BM-C-41, é área de pesca de embarcações artesanais com comprimentos variando entre 10 e 18 m, com casario. Geralmente, são equipadas com duas a três tinas para armazenamento de iscas vivas. O pescado é armazenado no porão ou urna das embarcações, utilizando-se gelo. A Tabela II.5.3.65 apresenta o numero de embarcações por município da área de influência com tais características.

**TABELA II.5.3.65 – Número de embarcações**

Município	Número de embarcações
Cabo Frio	100
Macaé	100
São João da Barra	30
São Francisco de Itabapoana	40
Itapemirim	600
<b>TOTAL</b>	<b>870</b>

Fonte: Levantamentos de campo, 2009 a 2011.

#### **(b) descrição das pescarias e dos petrechos de pesca utilizados**

No entorno das plataformas de petróleo, são geralmente utilizados dois petrechos de pesca: linha de mão e vara. A linha de mão pode ser utilizada na superfície, também conhecida como linha boiada ou currico, para captura de atum, cação e cavala. É utilizada por frotas identificadas em todos os municípios da área de influência. Também pode ser utilizada no fundo, com algumas variações: pargueira ou espinhel de fundo. É utilizada principalmente pelos barcos de Cabo Frio, Macaé e Atafona para captura de namorado, badejo, olho de cão, pitangola, entre outros.

A vara com isca viva é utilizada por embarcações de porte industrial oriundas de Cabo Frio, Niterói e Itajaí. Recentemente, utilizando uma luminária à noite, nas proximidades das plataformas, embarcações de Itaipava atraem o pescado e utilizam a vara, sem isca viva.

Em regiões fora do entorno das plataformas, mas em isóbatas compatíveis com a do Bloco BM-C-41 é utilizado o espinhel de superfície, também chamado de boieiro e *long line*. Geralmente, o espinhel boieiro possui comprimento mais curto, em torno de 1,5 milhas e é empregado com isca viva, sendo utilizado por todos os municípios da área de influência. Já o *long line* pode atingir 24 milhas de comprimento e é utilizado por embarcações de Itaipava. Com frequência, as embarcações que utilizam o espinhel aproximam-se de plataformas petrolíferas para abastecer de iscas, utilizando o currico, ou para ancoragem.



### (c) descrição dos regimes de comercialização, dos métodos de beneficiamento e agregação de valor do pescado capturado

O pescado desembarcado é vendido preferencialmente para atravessadores e empresas especializadas na comercialização de dourados e atuns, sediadas em Cabo Frio, Itaipava e Piúma. Não é comum a venda direta ao consumidor final. O único tratamento a bordo é a retirada de vísceras para melhor conservação do pescado, não ocorrendo nenhuma agregação de valor.

### (d) principais locais de desembarque por frota

No Estado do Rio de Janeiro, o principal porto de desembarque pesqueiro é o cais da Ilha da Conceição, em Niterói. Quando a pescaria é realizada em áreas próximas ao município ou o valor de venda compense o deslocamento é comum o desembarque das frotas dos municípios da área de influência. Cabo Frio divide a preferência com Niterói, por sediar empresas especializadas em comercializar atuns, dourados e sardinhas. A Tabela II.5.3.66 apresenta os portos de desembarque dos municípios da área de influência.

**TABELA II.5.3.66 – Principais portos de desembarque**

Município	Principal	Eventual
Cabo Frio	Cabo Frio (cais das empresas e Mercado Municipal)	Niterói, Angra dos Reis, Macaé, Guarapari
Macaé	Macaé (Mercado Municipal)	Niterói, Cabo Frio
São João da Barra	Atafona e Macaé (Mercado Municipal)	Niterói, Cabo Frio e Barra de Itabapoana
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana e Macaé (Mercado Municipal)	Niterói, Cabo Frio e Guarapari
Itapemirim	Itaipava	Ubatuba, Niterói, Angra dos Reis, Cabo Frio, Macaé, Guarapari

Fonte: Levantamentos de campo, 2009 a 2011.

### (e) dinâmica das diferentes frotas (áreas de atuação e períodos de safras)

Conforme mencionado anteriormente, nos municípios da área de influência são encontradas diferentes modalidades de pesca, com áreas de atuação de acordo com a arte utilizada ou com a espécie alvo. Neste item, será conferido destaque à dinâmica das frotas com potencial de atuar em regiões compatíveis a do Bloco BM-C-41. A Tabela II.5.3.67 sintetiza a dinâmica pesqueiras das referidas frotas.

**TABELA II.5.3.67 – Áreas de pesca**

Petrecho	Frota	Área de pesca	Principais espécies
Linha de mão de fundo	Embarcações com casario de 10 a 15 m de comprimento oriundas de Cabo Frio, Macaé e Atafona	Após a queda da plataforma continental. Do Cabo de São Tomé ao Rio de Janeiro.	Namorado, olho de cão, pitangola, cherne

Petrecho	Frota	Área de pesca	Principais espécies
Linha de mão de superfície	Embarcações com casario de 11,5 a 15 m de comprimento oriundas de Cabo Frio, Macaé e Atafona, Barra de Itabapoana e Itaipava	De 100 m de profundidade até o talude continental. De Vitória ao Rio de Janeiro.	Atum, cavala, cação
Espinhel de superfície	Embarcações com casario de 10 a 18 m de comprimento oriundas de Cabo Frio, Macaé, Atafona, Barra de Itabapoana e Itaipava	A partir de 60 m de profundidade até o talude continental (acima de 200m de profundidade). Do Recife ao Rio grande.	Dourado, cação, cavala, meca
Vara	Embarcações com casario de 11,5 a 18 m de comprimento oriundas de Itaipava	De 100 m de profundidade até o talude continental. De Vitória ao Rio de Janeiro.	Atum, cavala

A pesca é frequente durante todo o ano, visto que algumas espécies não apresentam um período de safra definido. No entanto, devido ao mar apresentar melhores condições de navegação no verão, a produtividade nesta estação é maior. Em função disto, muitos pescadores preferem parar o barco para manutenção no inverno.

Além disso, como a safra do dourado é no verão, é comum observar no inverno embarcações em manutenção preparando-se para a safra deste pescado. No entanto, muitas embarcações espinheleiras passam a direcionar seus esforços para outras pescarias no inverno, como a do atum. A Tabela II.5.3.68 apresenta as safras das principais espécies capturadas.

**TABELA II.5.3.68 – Safras**

Espécie	Safra
Atum	Outono - inverno
Cavala	Outono - inverno
Cherne	Primavera - verão
Dourado	Primavera - verão
Pargo	Primavera - verão
Pescada	Primavera - verão

Fonte: Levantamentos de campo, 2006 a 2009.

No Mapa II.5.3.1, são identificadas as áreas de pesca utilizadas pelas frotas pesqueiras dos municípios integrantes da área de influência pelo critério da interferência na atividade pesqueira artesanal. Para confecção dos mapas, foram tomadas como base as informações levantadas junto aos representantes dos pescadores, a partir da apresentação de cartas náuticas para que estes identificassem a área de atuação das frotas presentes em seus municípios.

A representação dos mapas, no entanto, foi relativizada. Em alguns casos, os presidentes das colônias não exercem mais a atividade de pesca, ou ainda, não possuem o conhecimento das áreas utilizadas para pescarias diferentes das praticadas por ele. Desta forma, além da identificação realizada pelos representantes do setor pesqueiro, foram consideradas as artes de pesca utilizadas, a espécie-alvo e o tempo de mar para

determinação das áreas de pesca.

## O) Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e Populações Extrativistas

Para a identificação das comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas, foram pesquisadas informações na Fundação Nacional do Índio – FUNAI e na Fundação Palmares, além de diversos artigos acadêmicos voltados para a pesquisa histórica sobre populações tradicionais no litoral fluminense e sul capixaba.

### ➤ Comunidades Indígenas

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (2010), no Estado do Espírito Santo existem, atualmente, dois povos indígenas (Tupiniquim e Guarani Mbyá) localizados em seis terras, no município de Aracruz, totalizando 2.685 pessoas. No Rio de Janeiro existe somente um povo indígena (Guarani Mbyá) remanescente, que está dividido em três terras, nos municípios de Parati, Angra dos Reis e Niterói, e soma 536 pessoas. Nenhuma das terras e povos indígenas encontra-se na Área de Influência.

### ➤ Comunidades Quilombolas

O reconhecimento das terras dos “remanescentes das comunidades dos quilombos” se dá a partir da Constituição Federal promulgada em 1988, através do artigo 68 das Disposições Transitórias.

Nos municípios que fazem parte da Área de Influência existem atualmente seis comunidades reconhecidamente quilombolas, como mostra a Tabela II.5.3.68, localizadas nos municípios de Itapemirim, Cabo Frio e São Francisco de Itabapoana.

**TABELA II.5.3.68 – Comunidades Quilombolas na área de influência**

Município	Comunidade Quilombola
Cabo Frio	Preto Forro, Botafogo, Maria Joaquina
Parati	Cabral
São Francisco de Itabapoana	Deserto Feliz
Itapemirim	Graúna

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2011.

A presença de quilombos no Rio de Janeiro e no Espírito Santo remete à colonização do Brasil, sendo o litoral fluminense e capixaba um dos primeiros territórios a sofrerem exploração e utilização de mão de obra escrava. Itapemirim, no século XVI, representava um importante centro produtivo de cana de açúcar e derivados. A importância econômica do município no âmbito escravista brasileiro permaneceu por séculos, sendo que no século XIX a cidade se caracterizava por sua produção de café e metade dos seus moradores era formada por escravos. No litoral fluminense, a realidade era praticamente a mesma. Em Cabo Frio, por exemplo, a produção de cana de açúcar com uso de mão de obra escrava teve início no século XVI.

## ➤ Populações Extrativistas

A expressão população extrativista pode ser atribuída às comunidades que praticam a retirada de recursos pela coleta ou extração dos mesmos. Geralmente, a atividade extrativista identifica as populações que as praticam, como é o caso dos pescadores – que tem sua identidade através da atividade que exercem.

Por se situarem no litoral, a maioria dos municípios da Área de Influência tem em seu território populações extrativistas, sendo a maioria delas caracterizadas pela pesca artesanal.

Em Arraial do Cabo, a pesca é uma das principais atividades econômicas do município, tanto que em 1997 foi criada uma Unidade de Conservação Federal na categoria de Reserva Extrativista Marinha (RESEX). Desta maneira, a pesca no município passou a ser exercida preferencialmente nos limites demarcados pela reserva e com características próprias, como o arrasto de praia realizado principalmente na praia Grande e o cerco para a pesca da sardinha e outras espécies.

No município também estão organizadas diversas associações e organizações de pescadores, como por exemplo: a Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo – APAC, uma organização representativa dos pescadores artesanais com cerca de 400 associados; a Fundação de Instituto e Pesca de Arraial do Cabo – FIPAC, órgão municipal que atua no planejamento e ordenamento da atividade pesqueira local; a Associação de Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – AREMAC, que possui cerca de 2.000 associados e a Associação de Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos – ABTBPA, que possui aproximadamente 40 pescadores associados. Estes exemplos demonstram a importância da pesca artesanal no município.

Em Cabo Frio, o processo de urbanização impulsionado principalmente pelo turismo dispersou a maioria das comunidades tradicionais de pescadores para diferentes bairros do município. Atualmente duas comunidades resistem à pressão imobiliária: os pescadores da Gamboa e a da Praia do Siqueira, no entorno da Lagoa de Araruama.

Na Gamboa, existe uma Associação de Pescadores localizada na sede do município com cerca de 100 associados e aproximadamente 90 embarcações. Segundo a Associação, as principais modalidades de pesca praticadas na praia são o cerco, praticado nas proximidades da Ilha de Cabo Frio.

Em Macaé, tampouco é possível identificar uma comunidade de pescadores artesanais. A urbanização impulsionada pela instalação de indústrias petroleiras no município desencadeou um processo de exclusão das comunidades de pescadores do litoral, sendo que atualmente a maioria reside em bairros carentes, distantes do litoral, onde a identidade local não está relacionada à pescaria.

No município de São João da Barra, duas comunidades pesqueiras foram identificadas: Atafona e Açu, sendo que a segunda pesca principalmente em lagoas da região. Os principais petrechos de pesca utilizados no município são espinhel, rede de caída e rede de espera, sendo praticados o arrasto de camarão e o cerco.

Em São Francisco de Itabapoana, as principais localidades pesqueiras são Gargaú, Guaxindiba e Barra de Itabapoana. São praticados o arrasto do camarão, captura de dourado com espinhel e de outras espécies

menores com rede de espera e de arrasto. Em Barra do Itabapoana, há uma comunidade pesqueira organizada, com cerca de 400 associados. Grande parte da frota é composta por barcos de 8 a 12 m de comprimento.

No município de Itapemirim, nas localidades de Itaoca e de Itaipava foram identificadas duas comunidades de pescadores. A primeira atua próximo à costa e a segunda realiza longos deslocamentos.

Em Itaoca, as embarcações têm de 4 a 6 m e atuam com o arrasto do camarão ou do baiacu. A pescaria dura apenas um dia e conta com um ou dois tripulantes, não ultrapassando os limites do município. Em Itaipava, as embarcações variam de 11 a 19 m e geralmente são tripuladas por seis a oito pescadores. A comunidade de pescadores da localidade realiza longos deslocamentos e a pescaria atinge níveis maiores de profundidade para captura de atum, sarda e meca.

Como visto, em toda a Área de Influência é possível identificar a existência de comunidades de pescadores artesanais, que são caracterizadas como populações extrativistas. A pesca nos municípios é frequente durante todo o ano, sendo que em períodos de defeso de determinadas espécies os pescadores passam a procurar espécies mais abundantes à época, respeitando o ciclo da natureza.

## **P) Identificação e Caracterização de Tombamentos**

Praticamente toda a região da área de influência era habitada antes da chegada dos colonizadores por populações autóctones. A proximidade com ambientes estuarinos representava um forte fator de atração destas populações em decorrência da facilidade de obtenção de alimentos. Especialmente nas regiões onde se encontram sistemas lagunares, cuja presença é marcante na área de influência, têm sido descobertos inúmeros sítios arqueológicos em particular sambaquis, acampamentos de pesca e aldeias de grupos horticultores.

O primeiro registro da chegada de portugueses ao Rio de Janeiro faz referência à data de 1º de janeiro de 1502. A cidade foi fundada em 1565 e em 1763 tornou-se a capital do país. Em 1503, uma esquadra portuguesa chegou a Cabo Frio, criando uma fortaleza com o objetivo de explorar o pau-brasil.

A região da área de influência apresenta um gigantesco acervo de Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural, tombado pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ou seja, reconhecida como Patrimônio Nacional. Em nível estadual, o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – Inepac, do Rio de Janeiro reconhece um grande número de bens presentes na área de influência como Patrimônio Estadual. A estes, são acrescidos os bens reconhecidos pelas Secretarias de Cultura Municipais como Patrimônio Municipal.

### **➤ Sítios Arqueológicos**

Conforme pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, foram encontrados 163 sítios arqueológicos na região da Área de Influência, como apresentado na Tabela II.5.3.69, sendo 100 sítios em Cabo Frio, 25 em Arraial

do Cabo, 14 em Macaé, 11 em São João da Barra e dois em Itapemirim. Não há sítios arqueológicos em São Francisco de Itabapoana.

**TABELA II.5.3.69 – Sítios arqueológicos na área de influência**

Município	Sítios Arqueológicos
Arraial do Cabo	Sítio Arqueológico Histórico Forte do Sururú, Sítio Arqueológico da Ponta da Cabeça, Sítio do Condomínio do Atalaia, Sambaqui de Massambaba, Caverna do Boqueirão, Sítio da Praia Grande, Sítio do Boqueirão, Sítio da Guarita, Lagoa Salgada nº 1, Morro da Ponta da Cabeça, Brejo do Mato nº 1, Sítio Arqueológico Dunas da Praia Seca, Sítio da Ruína, Abrigo sob Rochas, Sítio C. Vigia do Atalaia, Sítio Arqueológico da Ilha de Cabo Frio, Massambaba, Polidor Fixo da Praia Grande, Brejo do Mato n.2, Sítio da Ilha de Cabo Frio, Sambaqui do Morro da Concha, Sítio da Prainha, e Sítio Enseada Azul.
Cabo Frio	Sítio Praia do Perú, Polidores de Cabo Frio, Sambaqui da “Ilha da Boa Vista”, Sítio Fazenda São José, Quilombo Sem Identificação, Abrigo Sob Rocha do Atalaia, Sítio de Entulho, Sítio Ilha do Cabo, Sítio Perú III, Sítio do Nacil, Sítio da Ponta do Arpoador, Sambaqui da Ilha da Boa Vista II, Sítio da Concha, Arrumação de Pedras em Feitio de Grega, Abrigo Praia dos Anjos, Sambaqui do Morro do Índio, Sítio Lagoa Salgado I, Sítio Perú IV, Boca da Barra, Sítio Arqueológico do Rio Una II, Sambaqui da Fazenda Batelão, Morro da Guia, Casa de Pedra Francesa, Abrigo da Praia do Forno, Sambaqui do Forte II, Sambaqui de Ponta a Cabeça, Sítio Praia do Forno, Sítios Arqueológicos do Meio, Sítio Arqueológico do Cemitério de Cabo Frio, Sambaqui da Salina Peroano, Sítio da Passagem das Dunas, Fortaleza Inglesa, Capela de Santana, Sambaqui São João, Sítio Moro da Concha, Sítio Praia do Forno II, Sítio Arco-Íris, Sítio Arqueológico Rio Una I, Duna da Boa Vista, Sítio da Malhada, Sistema de Captação de Água, Gruta de João Fernandes, Sambaqui do Mato da Boa Vista, Sítio Gravatá, Sítio Porto do Ceceu, Sítio das Dunas do Perú, Sítio da Salina do Perú, Sítio da Depressão, Sambaqui do Rumo, Pátio do Convento Nossa Senhora dos Anjos, Sítio Aroeiras, Sítio do Cemitério Cabo Frio, Sítio Ilha da Boa Vista III, Sítio Praia dos Anjos, Sambaqui do Forte, Sambaqui Fazenda Malhada, Sítio do Trator, Sambaqui da Estrada de Ferro, 1º Plateau, Sítio Boa Vista I, Sítio Geribá I, Sítio Ilha da Boa Vista IV, Sítio da Ruína, Sítio da Boca da Barra, Sítio do Forte, Sambaqui da Ilha da Vigia, Sambaqui de Campos Novos, Alinhamento de Pedras Formando um Ângulo Reto, Sítio Boqueirão, Sítio da Estação, Ruínas do Convento da Igreja Nossa Senhora dos Anjos, Sítio Rio Una A, Sítio Netuno, Sambaqui da Ilha da Conceição, Sítio Manuel Vitorino, Sambaqui Antonio Reis, Sítio Arqueológico Histórico Conjunto, Sítio Colônia de Pesca ZP-05, Sítio Grande, Sítio Perú I, Sítio do Rogério, Sítio Arqueológico de Manguinhos, Sambaqui Fernandes Couto, Ilha Palmeira, Sambaqui do Tambor, Lajes com Desenhos Esculpidos, Sítio Caverna do Boqueirão, Sítio Ilha do Jacaré, Sítio Perú II, Sítio da Tarioba, Sítio dos Tamaios, Sambaqui das Lagoas dos Jacarés, Sítio Novo, Sítio Massambaba I, Sítio Massambaba II, Sítio Massambaba III, Sítio Pontal, Sítio Pantigueiras, Sítio da Praça, e Sítio Arqueológico Histórico da Boca da Barra.
Macaé	Sítio Tupiguarani de Juburatiba, Sambaqui do Glicério, Sítio da Ilha de Santana, Sambaqui do Curral, Sambaqui de Imbetiba, Sítio Aroeira, Sítio Fazenda Içara, Sítio Marimondo, Sítio Rio do Meio, Sítio Sacarrão, Sítio do Ury, Sítio Vila Nova, Sítio Sem Nome, e Sítio Carapebus.
São João da Barra	Rui Saldanha, Ponta do Caçador, Sítio Alpamura, Sítio do Bugre, Sítio Campo de Boa Vista, Sítio das Marrecas, Sítio Praia de Manguinhos, Sítio Santo Amaro, Sítio Histórico Vila Rainha, São João da Barra I, e Campos dos Goytacazes 3.
Itapemirim	Casarão Fazenda Santa Helena, e ES-GU nº2.

Fonte: IPHAN - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, 2011.

Grande parte dos sítios arqueológicos encontrados na área litorânea do Rio de Janeiro é de Sambaquis (palavra de origem Tupi que significa “monte de conchas”), que estão distribuídos por toda a costa brasileira, ocupando principalmente regiões lacunares e áreas recortadas de baías e ilhas. Estes sítios, também chamados de concheiros, variam bastante de tamanho alcançando até 70 m de altura e 500 m de comprimento. A formação desses sítios é principalmente constituída por inúmeras conchas de moluscos, bem como por ossos de peixes, mamíferos, aves e répteis, sementes e coquinhos, sepulturas humanas, restos de fogueira e marcas de habitação.

Nas Baixadas Litorâneas, diversos estudos arqueológicos foram realizados e em muitos foram encontrados Sambaquis sepultados pelo tempo, evidenciando a tradição funerária hoje inexistente de empilhamento de restos humanos e de animais. Estes locais são bastante particulares, apresentando textura, relevo, odor e acidez do solo diferenciados. Foram identificados 19 Sambaquis em Cabo Frio (Figuras II.5.3.53 e II.5.54), três em Macaé e dois em Arraial do Cabo.



**FIGURA II.5.3.53 – Sambaqui do Forte, Cabo Frio.**



**FIGURA II.5.3.54 – Sambaqui do Morro dos Índios, Cabo Frio.**

Fonte: Sebrae-RJ, 2011.

### ➤ **Bens tombados**

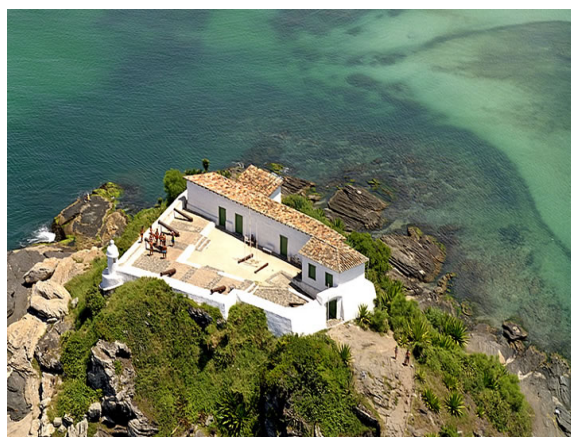
Na década de 1930, foi decretada a Lei Federal nº 25/1937, que prevê a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico e o Tombamento de Bens e de Valores Históricos e Culturais. O intuito deste decreto é, dentre outras coisas, o de minimizar e preservar possíveis impactos que possam vir a deteriorar estes patrimônios históricos e culturais. Como o projeto do empreendimento, objeto deste estudo, localiza-se no mar, somente os bens tombados situados no litoral.

Para o levantamento de bens tombados na esfera federal do patrimônio histórico e cultural dos municípios que fazem parte da Área de Influência do empreendimento, foi consultado o cadastro de bens tombados registrados no Arquivo Noronha Santos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Neste arquivo constam quatro Livros de Tombos: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro Histórico; Livro das Belas Artes e Livro das Artes Aplicadas. Os municípios de Cabo Frio e São João da Barra são os únicos que apresentam bens tombados, conforme apresentado na Tabela II.5.3.70.

**TABELA II.5.3.70– Bens tombados**

Município	Bens Tombados	Descrição
Cabo Frio	Cabo Frio, RJ: Conjunto Paisagístico	Compreende a Capela de Nossa Senhora da Guia, abrangendo o morro em que está situada mais a área de 100 m da planície em torno da Igreja de Santa Maria dos Anjos; ruínas do convento anexo; Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco, com o cruzeiro e o adro fronteiro, mais o Largo de Santo Antônio até a orla do canal; o Forte de São Matheus, a faixa do litoral situada entre a Avenida Parque Litorâneo e o mar, com largura mínima de 150 m, desde o início da mesma avenida até encontrar a estrada para Arraial do Cabo; Morro do Telégrafo e os baixos que forem aterrados como acréscimos de marinha no canal de acesso à lagoa.
	Forte de São Matheus (Figura II.5.3.55)	O Forte São Matheus (1617) tinha como objetivo assegurar a ocupação e combater o tráfico de pau-brasil. Localizado no ponto extremo da Praia do Forte, foi construído em uma ilhota rochosa junto à entrada da barra da Lagoa de Araruama.
	Capela de Nossa Senhora da Guia (Figura II.5.3.56)	Sem descrição no IPHAN
	Convento e Igreja de Nossa Senhora dos Anjos (Figura II.5.3.57), Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco	Obra representativa da arquitetura franciscana, século XVII. Foi concluído em 13 de janeiro de 1696, quando Frei Cristóvão da Madre de Deus Luz inaugurou a igreja e o cemitério (chão destinado as sepulturas na igreja). O conjunto é composto pela Igreja de N. Sra. dos Anjos, os remanescentes do Convento franciscano, a Capela dos Terceiros e claustro e cemitério respectivos.
São João da Barra	Casa de Câmara e Cadeia	Sem descrição no IPHAN

Fonte: IPHAN, 2011.



**FIGURA II.5.3.56 Forte de São Matheus, Cabo Frio.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2011.



**FIGURA II.5.3.57 Capela de Nossa Senhora da Guia**

Fonte: Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2011.





**FIGURA II.5.3.58 Igreja Nossa Senhora dos Anjos, Cabo Frio.**

Fonte: Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2011.